MÁRIO NORBERTO SLOMP

CADEIA AGROINDUSTRIAL DO LEITE: AS MUDANÇAS NO AMBIENTE COMPETITIVO E AS NOVAS DEMANDAS PARA O SEGMENTO DA PRODUÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (Convênio UFSC/FACE) como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia. Área de concentração: Economia Industrial
Orientador: Dr. Laércio Barbosa Pereira

FLORIANÓPOLIS – SC

2003

CADEIA AGROINDUSTRIAL DO LEITE:
AS MUDANÇAS NO AMBIENTE COMPETITIVO E AS NOVAS DEMANDAS PARA O ELO DA PRODUÇÃO

MÁRIO NORBERTO SLOMP

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, em abril de 2003.

Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cário. Dr.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Laércio Barbosa Pereira, Dr. – PPGE/UFSC
Presidente

_____

Prof. Lauro Francisco Mattei, Dr. – PPGE/UFSC
Membro

_____

Prof. José Paulo de Souza, Dr. – PPGE/UEM
Membro

Aprovada em: 16/04/2003

Minha homenagem a Antônio Müller, agricultor familiar da Colônia Maratá em Porto União, que, junto com a esposa e os filhos, teve que deixar a propriedade e ir trabalhar como empregado, para garantir a sobrevivência. Sua realidade é a mesma de tantos produtores de leite, suas dificuldades e seus motivos não estão nos livros.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela existência da maravilha chamada VIDA;

A meus pais, que com humildade, trabalho e dedicação total, deram para os filhos o que eles jamais tiveram: a oportunidade de ter acesso a Educação;

A minha esposa, Angélica, um anjo até no nome, a quem Deus deu o dom da serenidade, tornando-a uma juíza equilibrada e sábia. Seu único defeito como magistrada é sempre me julgar inocente;

Ao meu filho Luiz Henrique, que aos seis anos, tem idéias de adulto e tende a ser um revolucionário inconformado com as coisas do mundo. Que me desculpe por passar metade de sua vida até agora, ouvindo que o pai não tinha tempo, por causa do mestrado;

À Heloíse, filha que com poucos meses de idade emprestou seus olhos azuis e seu sorriso, que me deram energia para terminar esta missão;

Aos funcionários e a direção da Uniguaçu, que muito mais do que uma Instituição de Ensino Superior, veio provar aos incrédulos que nunca podemos deixar de sonhar e acreditar que as utopias podem transformar-se em fatos concretos;

Ao coordenador do curso de mestrado, Prof. Dr. Sílvio Cário, que sempre mostrou-se um amigo compreensivo;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Laércio Barbosa, profundo conhecedor de economia agrícola, que não apenas dividiu seu conhecimento e experiência. Testou comigo sua paciência;

Aos produtores de leite da região de Castro e, especialmente, de União da Vitória, a quem, depois de tantos anos trabalhando diariamente, aprendi a respeitar ainda mais pela persistência;

A Jeane Carla Rubel, funcionária e amiga, que tanto ajudou, dando suporte nas minhas deficiências. Teve muito trabalho;

A Pedro Ivo Ilkiv, um amigo que considero como irmão. Agricultor e produtor de leite, a quem conheci dando assistência técnica há 15 anos e que hoje é deputado. Com certeza, será uma das grandes lideranças deste país, a medida que as pessoas vão descobrindo o valor da honestidade;

A uma pessoa que, mesmo não sendo agrônomo, veterinário ou economista, poderá ajudar os produtores de leite do Brasil, especialmente àqueles ligados à agricultura familiar: o torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva.

RESUMO

Neste estudo busca-se avaliar as principais mudanças que aconteceram na Cadeia Produtiva do Leite em Nível de Brasil, no Paraná e em duas bacias leiteiras em específico, quais sejam a da região de União da Vitória, no sul do Estado, caracterizada pela predominância de produtores familiares e a da região de Castro, nos Campos Gerais do Paraná, onde predominam grandes produtores que exploram a atividade com alta tecnologia. A forma como os produtores estão reagindo também foi objeto do trabalho. Depois da desregulamentação do mercado de produtos lácteos que ocorreu em 1991, rápidas e intensas transformações modificaram totalmente o panorama do setor lácteo brasileiro, com grandes conseqüências para o elo da produção. A estabilização da economia através do plano real que fez aumentar o consumo de produtos; as importações de leite em pó; o fenômeno de vendas em que se transformou o leite longa vida alterando o padrão de consumo de leite fluido pelo consumidor brasileiro e influindo diretamente na diminuição do preço pago ao produtor; aliado a questões como a coleta à granel e novas normas de qualidade trouxeram um novo cenário, que vem exigindo adaptações rápidas por parte dos produtores de leite brasileiros e paranaenses. Foi observada também mudanças radicais no tamanho da indústria processadora de leite no país. Grandes multinacionais absorveram indústrias menores, apresentando uma tendência de concentração que parece ser irreversível. O mesmo fenômeno de concentração foi constatado no setor produtivo. A implantação do PNMQ - Programa Nacional de Melhoria da Qualidade de Leite, em setembro de 2002 embora tenha trazido inúmeras exigências buscando melhorar o padrão do leite nacional, fez várias concessões, após a mobilização dos produtores familiares de leite, flexibilizando normas que haviam sido anteriormente propostas. Tal fato evitou a exclusão de um grande número de produtores, com conseqüências sociais positivas. A cadeia produtiva do leite está demonstrando que vem se organizando. Entidades de caráter nacional, como a Láctea Brasil vem ganhando força na representação dos produtores. Estão sendo encontradas soluções inovadoras para problemas antigos. Exemplo disso é o pool de comercialização de leite através das cooperativas Batavo e Castrolanda e a criação do Conseleite - Conselho Paritário entre as indústrias e os produtores do Paraná, que através de uma parceria com a UFPR, busca levantar e divulgar mensalmente um preço referência para o leite no Estado. Quanto a Bacia Leiteira de União da Vitória, o estudo mostrou que a tendência de desaparecimento do pequeno produtor de leite não é verdadeira. Mais de 70% dos produtores ainda produzem menos de 50 litros diários, demonstrando a importância que a atividade leiteira ainda possui na agricultura familiar.

ABSTRACT

The aim of this study is to evaluate the main changes that occurred in the Range of The Milk Production in Brazil, Paraná and two specific points, which are: the region of União da Vitória, in the south of Paraná, where predominates the small production made by small farmers, and the region of Castro, in Campos Gerais of Paraná, where the big manufactures exploit the milk activity with high technology. The way the producers are reacting was also the object of this study. After the end of the adjustment of the milk products market, which happened in 1991, fast and strong transformations changed all the scenery of Brazilian milk sector, with deep consequences for the production. The economy stabilization of the country, with the Real Currency Plane, caused a lot of modifications to this sector, which were: the growth of consumption; the milk powder importation; the sale phenomenon of packed milk, modifying the Brazilian way of consumption and influencing directly in the reduction of the price paid to the milk producer. The bulk milk collection and the new quality rules have also brought new scenery, which has demanded fast adaptations to the producers. It was also observed radical changes in the milk industrial field. Some multinational companies absorbed small industries, presenting a tendency of concentration that seems to be irreversible. The same concentration phenomenon was observed in the milk production field. The implantation of the PNMQ (National Program of Quality Improvement of Milk), in September 2002, although has brought several requirements to improve the quality of the national milk, has suffered a lot of concessions, after the mobilization of small family producers. This fact avoided the exclusion of a great number of producers, with positive social consequences. Some national corporations, like Láctea Brasil, are getting strength among the producers. It has been found innovations to solve old problems. An example of this is the milk pool market, through the Batavo and Castrolândia Cooperatives and the creation of Conseleite - the council to the industries and Paraná producers. Having UFPR as a partner, this council works to keep and divulge a reference price to the milk of the State every month. About the Milk Production Range of União da Vitória, this study has shown that the tendency of the disappearance of the small milk producer is not true. More than 70% of the producers still produce less than 50 liters/day, demonstrating the importance of the milk activity in the familiar agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fatores que influem na estratégia das firmas e desempenho dos mercados..... 28

Figura 2 – Gráfico: Evolução da exportação de leite condensado (Jan 2001 - Jun 2002)..... 54

Figura 3 - Gráfico: Exportação brasileira de produtos lácteos em geral e leite condensado (US$)..... 55

Figura 4 - Mesorregiões do Paraná..... 66

Figura 5 - Evolução % do volume de leite produzido por mesorregião do PR 1985-1996..... 67

Figura 6 - Evolução percentual do efetivo bovino (gado de corte, leite e misto) no Paraná (1985-1996) 68

Figura 7 - Evolução da produtividade de áreas com pastagens no Paraná entre 1985 e 1996..... 70

Figura 8 -Evolução dos estabelecimentos ocupados com a atividade leiteira. 71

Figura 9 - Evolução do tamanho médio da atividade leiteira no Paraná entre 1985-1996..... 73

Figura 10 - Fusões e aquisições no mercado lácteo brasileiro. 92

Figura 11 – Gráfico da Evolução das vendas de leite longa vida e pasteurizado no Brasil (1991-2000) 99

Figura 12 – Gráfico do Comportamento da produção de leite na região de União da Vitória (1997-2002) 113

Figura 13 - Gráfico demonstrativo do volume produzido de leite nos períodos de verão e inverno. 125

Figura 14 – Produção de leite ao longo do ano na Região de União da Vitória..... 126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de leite, vacas ordenhadas e produtividade em países selecionados (2002)..... 39

Tabela 2 - Taxas anuais de crescimento no Brasil (1970 - 1999)..... 44

Tabela 3 - Importação brasileira de produtos lácteos (1997 - 2002)..... 49

Tabela 4 - Importações brasileiras de leite em pó (2001 - 2002)..... 50

Tabela 5 - Evolução das exportações brasileiras de produtos lácteos.. 52

Tabela 6 - Exportação brasileira de produtos lácteos (2000 - 2002).... 53

Tabela 7 - Número de produtores e produção de leite da Itambé em faixas de produção selecionadas..... 55

Tabela 8 - Maiores laticínios do país: recepção, produtores e produção média..... 57

Tabela 9- Evolução da forma de comercialização e consumo no Brasil (1980 - 2000) 57

Tabela 10 - Maiores empresas de laticínios no Brasil (2002)..... 59

Tabela 11 - Produção de leite no Brasil por Estado (1990 e 2000)..... 59

Tabela 12 - Balanço do setor lácteo brasileiro (1995 - 2002)..... 83

Tabela 13 - Mercado total de leite fluido e vendas de leite longa vida (1980 -1990) 98

Tabela 14 - Vendas de leite fluído e longa vida no Brasil (1990 - 2001)..... 98

Tabela 15 - Faturamento das maiores empresas de laticínios no Brasil - 2000..... 101

Tabela 16 - Faturamento dos maiores supermercados (2000)..... 101

Tabela 17 - Evolução das vendas de leite longa vida e pasteurizado no Brasil (1991 - 2000) 105

Tabela 18 - Consumo de leite UHT e pasteurizado em países selecionados (%)..... 106

Tabela 19 - Evolução da produção na região de União da Vitória (1997 - 2002) 112

Tabela 20 - Fornecimento de leite em diferentes estratos de tamanho de produtor na região de União da Vitória (abril 2002)..... 114

Tabela 21 - Dados gerais da produção na bacia leiteira da Cooperativa Batavo (1995 - 2002) 121

Tabela 22 - Dados gerais da produção na bacia leiteira da Cooperativa Castrolanda (1995 - 2002) 121

Tabela 23 - Produção média diária e número de produtores por faixa de produção (Janeiro 2003) 122

Tabela 24 - Sazonalidade da produção na bacia leiteira de União da Vitória (1997 - 2000) 125

Tabela 25 - Tipos e preços de resfriadores com diferentes capacidades..... 137

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Quantidade de leite adquirido pelos estabelecimentos de laticínios sob inspeção no Brasil – 1998/2002. .....

ANEXO 2 - Quantidade de leite industrializado pelos estabelecimentos de laticínios sob inspeção no Brasil - 1998/2002.....

ANEXO 3 - Produção mundial de leite de vaca - 1992/2002.....

ANEXO 4 - Classificação mundial dos principais países produtores de leite - 2002.....

ANEXO 5 - Produção de leite nos países europeus - 1992/2002.....

ANEXO 6 - Produção de leite nos países da América 1992-2002.....

ANEXO 7 - Produção de leite nos países da oceania 1992-2002.....

ANEXO 8 - Produção de leite por habitante em países selecionados – 2001.....

ANEXO 9 - Produção de leite, vacas ordenhadas e produtividade em países selecionados, 2002.....

ANEXO 10 - Ranking da principais mesorregiões produtoras de leite no Brasil – 1991/2001.....

ANEXO 11 - Produção e importação de leite longa vida no Brasil – 1993/2001.....

ANEXO 12 - Consumo brasileiro de leite pasteurizado – 1990/2000.....

ANEXO 13 - Classificação mundial de laticínios por faturamento global, 1999. .....

ANEXO 14 - Quantidade de leite adquirido pelos estabelecimentos de laticínios sob inspeção no Brasil, 1998 - 2002. .....

ANEXO 15 - Produção brasileira x leite sif, 1998 - 2001.....

ANEXO 16 - Questionário da pesquisa de campo.....

ANEXO 17 - Sistema de bonificação de leite por qualidade – Frimesa.....

ANEXO 18 - Sistema de bonificação de leite por qualidade - pool abc .....

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15
1.1 OBJETIVOS..... 19
1.1.1 Objetivo geral..... 19
1.1.2 Objetivos específicos..... 19
1.1.3 Metodologia..... 20
1.2 Estrutura do trabalho 21
2 O NOVO AMBIENTE COMPETITIVO E SEUS REFLEXOS NAS CADEIAS PRODUTIVAS..... 23
2.1 COMPETITIVIDADE: UMA REVISÃO TEÓRICA..... 23
2.2 FATORES DETERMINANTES DA COMPETITIVIDADE..... 25
2.3 ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO..... 29
2.3.1 Características comportamentais dos agentes..... 29
2.3.2 Tipos de contratos na ECT..... 33
2.4 A ORGANIZAÇÃO VISTA COMO UMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 34
2.4.1 Integração vertical 34
2.4.2 Terceirização..... 35
2.4.3 Forma mista entre a integração vertical e a terceirização..... 36
2.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO..... 36
3 PANORAMA DA PRODUÇÃO MUNDIAL, BRASILEIRA E PARANAENSE DE LÁCTEOS..... 38
3.1 A PRODUÇÃO MUNDIAL DE LEITE..... 38
3.2 TRANSFORMAÇÕES NA CAL BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS..... 41
3.2.1 Década de 70..... 43
3.2.2 Década de 80..... 45
3.2.3 Os anos 90: Uma década de grandes mudanças..... 46
3.3 O BRASIL COMO IMPORTADOR DE LÁCTEOS..... 49
3.4 O BRASIL COMO EXPORTADOR DE LÁCTEOS..... 51
3.4.1 Concentração da produção..... 55

3.5 PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA ATIVIDADE LEITEIRA NO BRASIL..... 58
3.6 CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA LÁCTEA NO SUL DO BRASIL..... 62
3.7 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA NO PARANÁ..... 63
3.7.1 Principais bacias leiteiras do Paraná..... 65
3.7.2 Evolução da produção de leite..... 66
3.7.3 Evolução do efetivo bovino 67
3.7.4 Evolução do rebanho de produção (vacas ordenhadas)..... 68
3.7.5 Evolução das áreas ocupadas com pastagem..... 69
3.7.6 Evolução dos estabelecimentos ocupados com pecuária..... 70
3.7.7 Indicadores de desempenho da pecuária de leite..... 71
3.7.7.1 Produtividade animal..... 71
3.7.7.2 Produtividade da terra..... 72
3.7.7.3 Tamanho médio da exploração leiteira..... 73
3.8 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO..... 74
4 CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS NA CAL EM NÍVEL DE BRASIL E PARANÁ..... 76
4.1. AMBIENTE ORGANIZACIONAL..... 76
4.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL..... 79
4.2.1 Desregulamentação do mercado..... 79
4.2.2 Abertura comercial e consolidação do Mercosul..... 80
4.2.3 Estabilização da economia..... 82
4.2.4 A CPI do Leite no paraná..... 83
4.2.5 Propostas da CPI do Leite no Âmbito Nacional..... 85
4.2.5.1 Possível evasão de tributos e contribuições sociais 85
4.2.5.2 Abuso do poder econômico e concentração setorial..... 85
4.2.5.3 Inclusão do leite na política de garantia de preços mínimos..... 85
4.2.5.4 Proibição da utilização de leite importado em programas sociais..... 85
4.2.5.5 Mecanismos reguladores..... 86
4.2.5.6 Qualidade do Leite..... 86
4.2.5.7 Exportação..... 86
4.2.5.8 Legislação para proteção do mercado nacional..... 87
4.2.5.9 Legislação tributária..... 87

4.2.5.10 Linhas de crédito..... 87
4.2.6 Propostas da CPI do Leite no Âmbito Estadual..... 87
4.2.6.1 Comissão permanente..... 87
4.2.6.2 Política agroindustrial..... 88
4.2.6.3 Valorização do leite local e regional..... 88
4.2.6.4 Tributação Estadual 88
4.2.6.5 Fiscalização..... 89
4.2.6.6 Infra-estrutura..... 89
4.2.6.7 Assistência Técnica Especializada..... 89
4.2.6.8 Pesquisa e difusão de tecnologia..... 89
4.2.6.9 Qualidade de leite..... 90
4.3 AMBIENTE TECNOLÓGICO..... 90
4.4 MUDANÇAS NO AMBIENTE COMPETITIVO 91
4.4.1 Fusões..... 91
4.4.2 Concentração também no Mercosul..... 94
4.4.3 A influência do leite longa vida 95
4.4.3.1 Evolução da comercialização do leite longa vida no Brasil..... 96
4.4.3.2 O poder das grandes redes de supermercados..... 100
4.4.3.3 Questionamentos sobre a qualidade nutricional do leite longa vida.... 102
4.4.3.4 A embalagem do longa vida e a poluição ambiental..... 104
4.4.3.5 A questão do custo da embalagem..... 105
4.4.3.6 Consumo de leite longa vida em outros países..... 106
4.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO..... 107
5 AS BACIAS LEITEIRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA E DE CASTRO E AS MUDANÇAS OCORRIDAS EM NÍVEL DOS SEGMENTOS ENVOLVIDOS.. 109
5.1 MUDANÇAS OCORRIDAS NA BACIA LEITEIRA DA REGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA NOS ÚLTIMOS ANOS..... 109
5.1.1 Caracterização..... 109
5.1.2 A criação da Centralpar..... 111
5.1.3 O comportamento da produção..... 112
5.1.4 O predomínio dos pequenos..... 114
5.1.5 Granelização da coleta..... 117
5.2.AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA BACIA LEITEIRA DE CASTRO..... 118

5.2.1 Venda para a PARMALAT 118
5.2.2 A formação do Pool de comercialização..... 119
5.2.2.1 Razões do Sucesso do Pool ABC..... 122
5.3 ASBACIAS LEITEIRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA E CASTRO E A ECT..... 123
5.2.5 Características das transações..... 124
5.2.5.1 Bacia Leiteira de União da Vitória..... 124
5.2.5.2 Bacia Leiteira de Castro..... 124
5.2.6 Características dos agentes..... 127
5.2.7 O Ambiente Institucional na ECT..... 129
5.2.8 Tipos de Contratos..... 130
5.2.9 Estrutura de Governança..... 131
5.4 AS NOVAS DEMANDAS PARA O ELO DA PRODUÇÃO..... 132
5.2.10.1 Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNMQL... 132
5.2.10.2 Adequação dos pequenos produtores às novas normas..... 134
5.2.10.3 Redução do custo de produção 134
5.5 PRINCIPAIS PONTOS CRÍTICOS QUE IMPLICAM NA EXCLUSÃO..... 134
5.3.1 Preço ao produtor..... 135
5.3.2 Alto custo de produção..... 135
5.3.3 Círculo vicioso do preço baixo x baixa produtividade..... 135
5.3.4 Insegurança quanto ao futuro..... 135
5.3.5 Disponibilidade de mão-de-obra..... 136
5.3.6 Limitação de área..... 136
5.3.7 Baixa capacidade de investimento 137
5.3.8 Dificuldade de adequação às novas normas de qualidade..... 137
5.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO..... 138
6 SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRONEGÓCIO DO LEITE NO BRASIL E NO PR 140
6.1 PRINCIPAIS AVANÇOS DO SETOR LEITEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS..... 141
6.1.1 Defesa comercial..... 142
6.1.2 Especialização da pecuária leiteira..... 144
6.1.3 Plano agrícola e pecuário..... 145

6.1.4 Inclusão do Leite na Política de Garantia de Preços Mínimos 146
6.1.5 Autorização da concessão de EGF para o leite..... 147
6.1.6 O Conseleite..... 147
6.2 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO..... 149
7 CONCLUSÃO..... 150
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 156

1 INTRODUÇÃO

A CAL - Cadeia Agroindustrial do Leite caracteriza-se como uma das mais importantes do agronegócio brasileiro, tanto sob a ótica social quanto econômica. Ela está presente em todo o território nacional, desempenhando um papel relevante no suprimento de alimentos, na geração de emprego e de renda para a população (GOMES et al, 2001). Nos últimos anos, a CAL vem passando por intensas transformações. Alguns acontecimentos foram marcantes e tiveram um impacto significativo sobre a pecuária leiteira, notadamente nos três estados do sul, caracterizados principalmente, em sua grande maioria, pela propriedade familiar rural.

Dentre estes fatos relevantes, pode-se destacar o fim do tabelamento de preços pelo governo em 1991, após mais de 40 anos de rígido controle estatal no mercado de laticínios. Passados 12 anos, o setor encontra-se no início de um longo processo, buscando harmonizar as relações entre os diferentes setores da cadeia produtiva do leite. Neste período, ocorreram grandes transformações que impactaram a estrutura do mercado lácteo nacional, destacando-se o impressionante incremento de consumo no início do Plano Real, a estabilidade da moeda, o aumento significativo das importações e a expansão da produção na região Centro-Oeste do país

O segmento empresa láctea nacional é amplo e diversificado, estando presentes empresas de laticínios de vários portes, desde pequenas fábricas, captando reduzido volume de leite, até as multinacionais e cooperativas centrais, que processam centenas de milhares de litros de leite por dia. A cadeia ainda impulsiona parte da produção nacional de grãos e outros insumos necessários nas várias etapas da produção e industrialização. Estão envolvidas na atividade cerca de 1,5 milhão de propriedades leiteiras, das quais 400 mil entregam o leite a pouco menos de 1.000 empresas de laticínios.

Em termos de número de pessoas ocupadas, a CAL brasileira é responsável por 3,6 milhões de empregos, o que representa mais que o café, a soja e a cana juntos, levando-se em conta que o segmento processador adquiriu leite de cerca de 1,8 milhões de propriedades agrícolas, admitindo-se, em média dois trabalhadores atuando na atividade em cada propriedade. Só no Paraná, são quase 200 mil produtores. Em 1996, o setor leite movimentou R$ 17,34 bilhões, descontados os

impostos diretos líquidos e as margens de transporte e de comercialização. Deste montante, 54% referiram-se a dispêndios em consumo direto das famílias e o restante correspondeu à aquisição por outros setores da economia, que utilizaram produtos lácteos como insumo na elaboração de produtos e serviços. (IBGE, 2000).

A arrecadação de impostos também é um indicador da importância do setor, sendo que o ICMS é o principal imposto incidente sobre o leite e derivados. Em 1996, a arrecadação deste imposto sobre os lácteos foi de R$ 2,11 bilhões, o que correspondeu a 4% do total arrecadado com ICMS, embora o sistema lácteo tenha movimentado 1,3% do total da economia (IBGE, 2000).

O investimento no setor leite, responde por mais empregos e renda, que a resposta em áreas mais beneficiadas por investimentos ou incentivos estatais, tais como construção civil e indústria automobilística. A cada R$ 1,00 de investimento na indústria de lácteos, há um acréscimo de R$ 4,98 no aumento do PIB, o que a coloca à frente de setores importantes como siderurgia e indústria têxtil. (MARTINS; GUILHOTO, 2001).

A produção total de leite no Brasil em 2000 foi de 20,1 bilhões de litros. Deste total, cerca de 60% é controlado pelos serviços oficiais de inspeção, dos quais, aproximadamente 50% são comercializados na forma fluida (leite pasteurizado, longa vida e esterilizado), 20% são transformados em pó, 20% em queijos, 5% em iogurtes e sobremesas lácteas e 5% em outros produtos (cremes, doce de leite, manteiga, etc.). Os outros 40% são consumidos pelo "mercado informal", sem qualquer fiscalização higiênica, física ou sanitária (LEITE,2001).

Quando se analisa a evolução da produção leiteira observa-se que esta vem passando por avanços significativos, embora ainda seja o elo fraco da cadeia. Dentre os avanços, pode-se destacar o crescimento sistemático e constante por três décadas na produção nacional, com taxas próximas de 4% ao ano, uma das mais altas do mundo.

A sazonalidade da produção vem diminuindo de forma significativa, o que indica um aprimoramento técnico dos produtores. A produtividade brasileira ainda é considerada muito baixa, porém, vem aumentando de forma sistemática, principalmente em algumas regiões do país. No entanto, começa a fazer parte deste cenário positivo a questão da qualidade do leite, que somente nos últimos anos vem ocupando de forma expressiva a agenda do setor.

Neste aspecto, destaca-se um processo bastante recente, mas extremamente veloz, de granelização do transporte de leite e resfriamento da matéria-prima na fazenda. Nos últimos três anos, o mercado, capitaneado especialmente pelas grandes empresas de laticínios, desencadeou um processo acelerado de disseminação de tanques de resfriamento por expansão direta nas fazendas, sendo que esse processo continua se alastrando e estima-se que, até 2005, o mercado de tanques de resfriamento movimentará cerca de US$ 800 milhões com a comercialização de 55 mil unidades de resfriamento (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER, 2001)

Outros fatores vem afetando de forma significativa toda a cadeia produtiva do leite, como a concentração do mercado, processo que se acentuou nos últimos anos, com a fusão e aquisição de importantes laticínios, localizados em regiões estratégicas, por grandes empresas multinacionais, fato que trouxe mudanças significativas na relação produtor-agroindústria (DESER,2000).

Segundo a Confederação Nacional da Agricultura - CNA (2000) e a Associação Brasileira dos Produtores de Leite (2000), os 12 maiores laticínios juntos, são responsáveis por 49% da produção oficial. A Nestlé lidera a lista, com captação de 1,3 bilhão de litros anuais, com uma média de 270 litros/produtor/dia. Há três anos, é o principal laticínio do país. Os números de 2001 das mesmas fontes mostram que esses números estão em crescimento, onde a média/produtor cresceu para 458 litros/dia.

O número de produtores reduziu-se, porém a produção cresceu. Esse aumento da quantidade captada por pecuarista pode ser explicado, em parte, pela maior quantidade de leite coletado a granel. Com a granelização, diminui-se os custos de frete e o produtor passa a produzir mais leite para ocupar o tanque de resfriamento, o que demonstra a ocorrência de maior seletividade dos produtores, aumento dos ganhos de escala e diminuição do custo de transporte.

No ano de 2000, as 12 maiores empresas industrializaram 5,6 bilhões de litros de leite, crescendo 6,7% sobre o ano anterior. Essa produção foi adquirida de 114 mil produtores, o que significa uma redução de 15%, num período de um ano. A concentração de mercado é uma tendência mundial, já que quanto mais a indústria aprimora a qualidade, mais dificuldade tem de receber o leite de pequenos produtores. (DESER,2000)

Atualmente, do total de leite produzido no Brasil, 59% é proveniente de produtores com capacidade superior a 500 litros/dia. O pequeno produtor (com 25 litros/dia) responde por apenas 0,48% do total e aquele com 50 litros/dia (média nacional), não chega a 2% da produção total (LEITE, 2001)

Para analisar a evolução da produção brasileira de leite, deve-se considerar a intensa heterogeneidade da estrutura produtiva. O país possui diversos sistemas de produção, com diferentes níveis tecnológicos, adaptados às diferentes condições encontradas entre os Estados, e entre as sub-regiões dentro de cada Estado. Existem desde produtores de leite de subsistência, que comercializam basicamente excedentes de safra, até produtores altamente especializados, o mesmo acontecendo no Estado do Paraná, havendo a existência de diferentes bacias leiteiras, com características particulares em cada uma delas (BRESSAN et al, 1999).

A importação de leite, com denúncias comprovadas de dumping, de países da União Européia, Nova Zelândia, Uruguai e Argentina (BERNARDES et al,2001) vieram agravar a situação dos preços no mercado interno, deteriorando ainda mais a situação da remuneração do produtor.

A justificativa para se estudar a Cadeia Agroindustrial do Leite no Paraná, comparando-a com a brasileira e as demandas colocadas pelo ambiente competitivo ao elo da produção, estão na importância econômica e social que tanto a cadeia como um todo, como o setor da produção representam.

O Paraná se caracteriza por ser um Estado com tradição agropecuária. A pecuária leiteira encontra-se praticamente consolidada nas bacias das regiões Centro Sul e Oeste do Estado, e em fase de consolidação nas outras regiões. O Estado participa com 9,9% do volume produzido no país, situando-se na Quinta posição no ranking nacional. A produtividade média por vaca no Paraná situa-se em 1.447 litros/ano, considerada baixa, quando comparada à média internacional, porém, é superior àmédia nacional de 1.199 litros/vaca/ano (SEAB-DERAL, 2000).

Vários Estados, dentre eles o Paraná, através de suas Assembléias Legislativas, implantaram Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI's - para averiguar as grandes diferenças existentes entre o preço final ao consumidor e o preço pago pelas indústrias aos produtores

Como aconteceu a evolução e o rápido processo de mudança na CAL, especialmente no segmento da produção, em função das alterações no cenário econômico brasileiro dos últimos 10 anos?

Qual a capacidade de resposta dos diferentes tipos de produtores, sejam especializados ou não, dentro de estratos diferenciados de produção e produtividade, frente às profundas mudanças no cenário econômico e no ambiente competitivo?

Quais as tendências do setor, frente a diferentes cenários de políticas públicas e privadas e quais estratégias podem ser utilizadas para diminuir ou eliminar os pontos críticos da CAL, buscando aumentar a competitividade e reduzir a exclusão de produtores?

São apenas algumas das respostas que o presente trabalho pretende trazer.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o dinamismo e perspectivas da cadeia de laticínios paranaense e nas duas bacias estudadas, em especial o segmento da produção, frente as novas demandas colocadas pelo ambiente econômico competitivo e a necessidade de, simultaneamente, obter maior inserção nos mercados e inclusão dos produtores.

1.1.2 Objetivos específicos

Caracterizar o novo ambiente econômico competitivo e os seus principais impactos sobre a cadeia de laticínios brasileira e paranaense.

Identificar e avaliar as novas demandas colocadas para o elo da produção, oriundas das mudanças no ambiente competitivo, bem como os pontos críticos para obtenção de maiores ganhos de produtividade e como os diferentes tipos de produtores quanto ao tamanho (pequenos, médios e grandes) e quanto ao grau de especialização vem respondendo a estas demandas.

Identificar e sugerir políticas públicas e privadas, bem como estratégias que levem àredução ou eliminação dos pontos críticos, a maiores ganhos competitivos e a maior inclusão dos produtores.

1.1.3 Metodologia

A pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Nas investigações, em geral, nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica e nem somente aqueles que se conhece, mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso. Na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, usados concomitantemente.

Neste trabalho que está sendo proposto far-se-á uma pesquisa descritiva, que utiliza métodos bastante amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamento de fontes secundárias, levantamento de experiências, estudo de casos selecionados e observação informal.

As fontes secundárias a serem utilizadas incluem levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais, estatísticos, além do levantamento de pesquisas já efetuadas sobre o assunto, bem como uma ferramenta muito importante, atualmente, que é a Internet.

Para caracterizar o novo ambiente competitivo e seus principais impactos sobre a CAL no Brasil e no Paraná, será construído um quadro teórico-analítico, baseado na literatura, da evolução do conceito de competitividade, frente a internacionalização dos mercados, adotando indicadores de desempenho que permitam avaliar os efeitos destas mudanças.

A identificação e avaliação das novas demandas colocadas para o elo da produção, em função das mudanças no ambiente competitivo bem como os pontos críticos para obtenção de maiores ganhos de produtividade, serão levantadas através de pesquisa bibliográfica e em instituições ligadas ao setor leiteiro, de pesquisa e estatística, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite (CNPGL), a

Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) através do Departamento de Economia Rural (DERAL), da Associação LEITE BRASIL, além de dirigentes de cooperativas isoladas e de Centrais, como a SUDECOOP.

Para analisar a resposta das diferentes categorias de produtores (pequenos, médios e grandes e especializados e não especializados) às principais demandas, serão realizadas entrevistas com produtores, em duas bacias leiteiras distintas: a de União da Vitória (médio Iguaçu) e a de Castro-Carambeí, na região de Ponta Grossa. No total, serão realizadas 15 entrevistas em cada uma das bacias regionais, totalizando 30 entrevistas. Na bacia de União da Vitória serão entrevistados 5 produtores em cada um dos seguintes estratos de produção: menores que 50 litros/dia, entre 50 e 100 litros diários e maiores que 100 litros. As entrevistas na região de Castro também serão em número de 5 em cada um dos seguintes estratos de produção: menores que 500 litros/dia, entre 500 e 1000 litros diários e maiores que 1000 litros. Tal forma de divisão das entrevistas foi sugerida pelos técnicos de cada região, por considerarem que retratam o que são considerados produtores pequenos, médios e grandes em cada uma das bacias.

A aplicação da ECT nas duas bacias leiteiras será feita, através através de verificação in loco e de entrevistas pessoais com técnicos e dirigentes.

1.2 Estrutura do trabalho

A dissertação será composta pela introdução, conclusão e outros cinco capítulos. No segundo capítulo será feita uma ampla revisão bibliográfica, caracterizando o novo ambiente competitivo e seus impactos nas cadeias produtivas, abordando o ambiente organizacional, institucional e tecnológico. Neste mesmo capítulo, é analisada a Teoria da Economia dos Custos de Transação.

O terceiro capítulo abordará o panorama da produção láctea mundial, brasileira e paranaense.

O quarto capítulo irá caracterizar e avaliar as mudanças na Cadeia Agroindustrial do Leite em nível de Brasil e Paraná, no que diz respeito aos ambientes organizacional, institucional, tecnológico e competitivo.

As bacias leiteiras de União da Vitória e de Castro e as mudanças ocorridas em nível dos segmentos envolvidos serão estudadas no quinto capítulo. A primeira,

localizada na região sul do Paraná, que abrange também alguns municípios do planalto norte catarinense e a Segunda, na região de Castro, nos Campos Gerais do Paraná. Em União da Vitória, predomina a agricultura familiar e em Castro, a bacia é caracterizada por produtores tecnologicamente mais avançados e com maior volume individual de produção. Neste capítulo serão avaliadas as novas demandas colocadas para o segmento da produção, além de serem identificados como os diferentes tipos de produtores vem respondendo à estas novas demandas, bem como serão levantados os principais pontos críticos que implicam na exclusão de produtores da atividade leiteira e que impedem o crescimento da produtividade, influenciando na competitividade destes produtores.

A sugestão de políticas públicas e privadas que possam contribuir para o desenvolvimento da CAL do leite no país será o assunto tratado no sexto e último capítulo, onde as políticas existentes serão também avaliadas.

2 O NOVO AMBIENTE COMPETITIVO E SEUS REFLEXOS NAS CADEIAS PRODUTIVAS

Neste segundo capítulo, apresenta-se uma revisão sobre o estudo da competitividade, seu conceito e os fatores que a determinam. Em seguida é desenvolvido o modelo proposto por Farina (1997), onde é proposto uma nova configuração para a análise sistêmica da competitividade, estabelecendo a cadeia produtiva como estrutura de análise frente ao dinâmico ambiente competitivo, onde são descritos os ambientes organizacional, institucional, tecnológico e competitivo.

Com o objetivo de explicar a competitividade das organizações em ambientes complexos e dinâmicos e as relações entre os diversos elos das cadeias produtivas,é apresentada a Teoria da Economia dos Custos de Transação – ECT. Como o estudo das questões agroindustriais no Brasil tem utilizado diferentes terminologias que, embora tratem das mesmas questões, apresentam diferentes espaços de análise, realizou-se uma rápida revisão sobre o tema, buscando situar o presente estudo dentro deste contexto.

2.1 COMPETITIVIDADE: UMA REVISÃO TEÓRICA

Muito embora o conceito de geração de empregos através da indústria seja de certa forma irreal, a importância do setor industrial se dá mais pelos efeitos multiplicadores que é capaz de proporcionar sobre as demais atividades produtivas, que são em última instância, os maiores responsáveis pela absorção de pessoal, como a agricultura, o comércio e o setor de serviços. Daí a importância da presença de um setor industrial competitivo, como alavancador desses efeitos, atuando no fornecimento de insumos e equipamentos com menores preços e cada vez melhor qualidade, além de garantir os mercados que os absorverão, impulsionando a produção primária fornecedora de matéria-prima e fazendo crescer as atividades de prestação de serviço, que dela derivam.

Os estudos sobre a competitividade não possuem um consenso sobre sua definição nem tampouco sobre as várias metodologias de avaliação. Ferraz et al

(1997), resume naquilo que chama de “duas famílias” de conceitos de competitividade. Uma primeira, onde a competitividade é tratada do ponto de vista do desempenho, ao que chama de competitividade revelada. Nesta ótica, a competitividade é expressa na participação de mercado (market-share) alcançada por uma firma em um mercado em um certo momento do tempo. A demanda de mercado é que define a posição competitiva das empresas, como resultado das ações destas na produção, comercialização e marketing que as mesmas tenham colocado em prática. Assim, a competitividade é uma variável ex-post, que sintetiza os fatores preço e não preço. Embora se constitua na abordagem mais difundida para avaliação da competitividade, pela facilidade de construção de indicadores , o conceito de desempenho é muito limitado.

Dentro deste mesmo contexto, há o conceito de Haguenauer (1989), onde são competitivas as empresas ou indústrias que ampliam sua participação na oferta internacional de determinados produtos.

Na segunda família, a competitividade é atribuída a uma abordagem de eficiência, ou competitividade potencial, onde se busca o conceito de competitividade através da relação insumo-produto praticada pela firma. Em última instância, está se analisando a capacidade da empresa transformar insumos em produtos com o máximo de rendimento. Os indicadores são conseguidos através de comparativos de custos e preços, coeficientes técnicos (de insumo-produtos e outros) ou produtividade dos fatores, em termos das melhores práticas encontradas na indústria internacional.

Para os que associam competitividade a eficiência, seus indicadores são os coeficientes técnicos ou produtividade dos fatores, associando a competitividade como uma característica estrutural. São competitivas as empresas ou indústrias que tem a capacidade de produzir determinados bens igualando ou superando os níveis de eficiência observáveis em outras economias (HAGUENAUER, 1989)

Nesta segunda abordagem, a competitividade é um fenômeno ex-ante, refletindo o grau de capacitação detido pelas firmas, que se traduz nas técnicas por elas praticadas. É o produtor que, ao escolher as técnicas que utiliza, e dentro das suas limitações tecnológicas, financeiras, comerciais e gerenciais, estará definindo a sua competitividade. Assim, o desempenho conseguido no mercado seria uma conseqüência do sucesso da firma em colocar em prática estas capacidades. É o

domínio das técnicas mais produtivas que determina a competitividade de uma empresa.

Os mesmos autores sugerem uma perspectiva mais dinâmica do conceito de competitividade, definindo-a como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado (FERRAZ et al, 1997). Este novo conceito foi proposto em função da inconformidade com as definições de que a competitividade seria uma medida de desempenho (competitividade revelada) ou de eficiência (competitividade potencial). Ambos seriam enfoques estáticos e, portanto, limitados já que se ocupariam de analisar apenas resultados que já aconteceram, sem tratar da questão talvez mais importante, qual seja, as relações causais que mantêm com a evolução da competitividade.

A partir desta nova abordagem, o desempenho da empresa e sua eficiência produtiva são uma conseqüência de sua capacitação acumulada, em função de suas estratégias competitivas, conseguidas através da percepção do dinamismo do processo concorrencial e ao meio ambiente econômico onde tais empresas estão inseridas.

Ao invés de entendida como uma característica intrínseca de um produto ou de uma firma, a competitividade surge como uma característica extrínseca, relacionada ao padrão de concorrência vigente em cada mercado. Um padrão de concorrência, por sua vez, corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso em um mercado específico. (FERRAZ et al, 1997).

O sucesso competitivo passa, assim, a depender não só da criação, mas também da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo em que cada produtor se esforça por obter peculiaridades que o distingam favoravelmente dos demais, como, por exemplo, custo e/ou preço mais baixo, melhor qualidade, menor lead-time, maior habilidade de servir a clientela, etc. (FERRAZ; COUTINHO, 1994).

Um fator importante, na manutenção da vantagem competitiva, é a capacidade que a empresa possui não apenas de adotar estratégias competitivas adequadas, mas de fazer, quando necessário, mudanças nessas estratégias, sempre observando as especificidades do mercado e do ambiente econômico e as modificações esperadas nas formas de concorrência.

Uma diferenciação conceitual importante é a existente entre competitividade e concorrência. Embora muitas vezes, ambas sejam encontradas de forma associada, não são sinônimos. A competitividade é a capacidade de uma empresa crescer e sobreviver de modo sustentável, sendo portanto, a característica de um agente (a empresa) . Por outro lado, concorrência é essencialmente uma característica dos mercados, sendo uma referência a disputa entre as empresas pela renda limitada dos consumidores ou pelo acesso aos insumos. Pode-se dizer que competitividade é a capacidade da empresa concorrer de modo sustentável.

As análises de competitividade devem levar em conta simultaneamente – e com o devido peso- os processos internos à empresa e à indústria e as condições econômicas gerais do ambiente produtivo (FERRAZ et al, 1997).

2.2 FATORES DETERMINANTES DA COMPETITIVIDADE

É de fundamental importância que sejam conhecidos os fatores que determinam o sucesso competitivo, que de acordo com o padrão de concorrência de cada um deles, podem variar dependendo do setor. São os chamados fatores determinantes da competitividade, que vão além dos limites da firma, relacionando-se não só com a estrutura da indústria, mas também do mercado e ao sistema produtivo como um todo. Analiticamente, segundo Ferraz et al (1997), tais fatores foram agrupados em três grupos distintos, conforme o grau de externalidade que representam para as empresas: fatores empresariais (internos à empresa), fatores estruturais (referentes à indústria) e os chamados fatores sistêmicos (onde a empresa possui pouca ou nenhuma capacidade de intervenção).

Os fatores empresariais dependem unicamente da empresa e fazem parte de seu processo decisório. Estão relacionados aos recursos acumulados pela empresa e as estratégias de ampliação dos mesmos, que vão desde a eficácia da gestão do posicionamento estratégico, sua capacidade tecnológica e produtiva, bem como na gestão de seus recursos humanos.

Já onde a empresa tem uma capacidade limitada de intervenção, em função do processo de concorrência encontram-se os chamados fatores estruturais. Dizem respeito ao ambiente competitivo onde as empresas se enfrentam, estando sob a

influência direta de instituições públicas e não públicas, que acabam por determinar o regime de incentivos e a regulação da concorrência.

O terceiro e último grupo de fatores determinantes da competitividade é determinados pelos fatores sistêmicos, onde não existe praticamente nenhuma capacidade de intervenção por parte da firma. Dizem respeitos a questões macroeconômicas, como taxa de câmbio, taxa de juros e carga tributária. Podem ser ainda de ordem político-institucionais, onde entram aspectos de política tributária e tarifária, ou aspectos legais e regulatórios, como de regulação do capital estrangeiro e políticas de proteção à propriedade industrial ou de preservação do meio ambiente. Constituem ainda fatores sistêmicos, aspectos de infra-estrutura, como energia, telecomunicações e transporte, além de questões sociais, relacionadas com seguridade social, políticas trabalhistas e de educação.

Segundo Jank e Nassar (2000), a competitividade, entendida como a capacidade de sobrevivência e crescimento nos mercados é resultado das estratégias competitivas adotadas pelas firmas, o que inclui controle de custos, produtividade, P & D e capacitação, dentre outras variáveis. Em uma abordagem dinâmica, considera-se também a capacidade da firma de alterar em seu benefício os elementos que, no curto prazo, limitam sua capacidade de agir sobre o meio ambiente. Essas estratégias estão associadas ao ambiente competitivo.

A capacidade de coordenação, através das estruturas de governança adotadas, nos dois sentidos nas relações sistêmicas ao longo da CAL, é que determinará, em última instância, o sucesso das estratégias por parte das firmas.

Segundo Farina (1999), a análise da competitividade sistêmica requer novos níveis de agregação, considerando o desempenho de sistemas produtivos e não somente firmas. Tais sistemas são formados por diversos segmentos, com diferentes graus de dependência entre si. A análise sistêmica da competitividade ganha nova dimensão, não mais apenas estendendo horizontalmente o conceito da firma para a indústria, mas também verticalmente, da indústria para as cadeias produtivas.

Adotar uma abordagem sistêmica dos negócios agroindustriais, enfatizando as relações entre os segmentos constituintes da cadeia produtiva, pressupõe o conhecimento da organização e dinâmica interna de cada segmento. As transações entre segmentos são moldadas pelos padrões de concorrência e crescimento, assim como pelo ambiente competitivo vigente dentro de cada um deles. Dessa

forma, discutir a coordenação dos sistemas exige tratar dos condicionantes técnicos, organizacionais e estratégicos predominantes em cada um dos segmentos.

Um esquema analítico, proposto por Farina et al (1997), para o estudo da organização industrial dos segmentos, visando dar subsídios para a análise da coordenação dos sistemas é apresentado na figura 1.

Os autores propõem uma configuração para a análise sistêmica da competitividade, estabelecendo a cadeia produtiva como estrutura de análise frente ao dinâmico ambiente competitivo. Assim o método de descrição sugerido abrange as variáveis contidas no ambiente institucional, ambiente tecnológico, ambiente organizacional, ambiente competitivo e estratégias empresariais.

A Figura 1 mostra no quadro 1, o Ambiente Organizacional, onde estão representados as organizações corporativas, os Institutos de Pesquisa, os Sindicatos de Produtores, as Associações Comerciais e Câmaras Setoriais, além de políticas setoriais privadas. Estão presentes na grande maioria das cadeias agroindustriais brasileiras, atuando na representação das diversas organizações nas reivindicações junto a órgãos públicos, na cooperação entre os agentes e no suprimento de informações. Cada um destes agentes é fundamental no exercício de maior ou menor competitividade, dependendo do nível de organização e de coordenação da cadeia.

O Ambiente Institucional apresentado no quadro 2, engloba todo o sistema legal de solução de disputas, as tradições e costumes, os sistema político e as políticas macroeconômicas, tarifárias, tributárias, comerciais e setoriais adotadas pelo governo. Neste mesmo ambiente está envolvido os governos de outros países, sejam parceiros comerciais ou concorrentes. Tal aspecto tem se revelado de especial importância, frente às crescentes barreiras não tarifárias, através de controles sanitários, bem como das retaliações comerciais, formação de blocos econômicos e a atuação das empresas transnacionais. As políticas setoriais envolvem a política agrícola, industrial e de desenvolvimento regional.

O quadro 3, do Ambiente Tecnológico, é constituído pelo paradigma tecnológico, representado pelas mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas, através do lançamento de novos produtos e processos, maior produtividade e redução de custos, que aumentam a eficiência produtiva das empresas e alteram o padrão de concorrência.

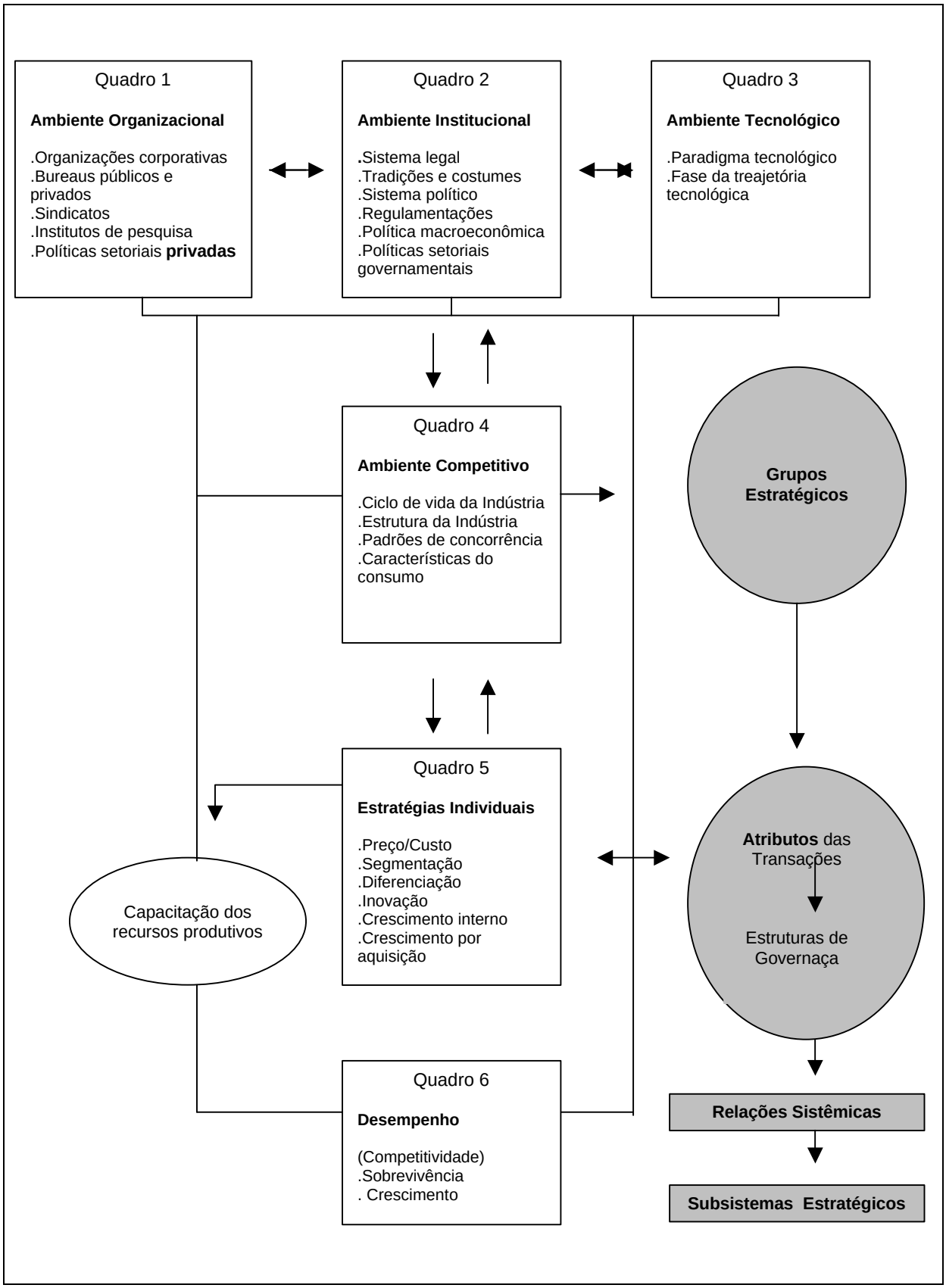
O Ambiente Competitivo (quadro 4) é constituído pela estrutura de mercado relevante (concentração, economias de escala e escopo, grau de diferenciação dos produtos, barreiras técnicas de entrada e saída), pelos padrões de concorrência vigentes (concorrência preço e extrapreço, presença de grupos estratégicos, barreiras de mobilidade, etc), pelas características de consumidor cliente, que possibilitam a segmentação de mercado, além do ciclo de vida da indústria, que também pode contribuir na definição dos padrões de concorrência (FARINA, 1999, p. 24).

O quadro 5 mostra as Estratégias Individuais que buscam alterar os padrões de concorrência e o ambiente competitivo. Sua importância para um segmento ou para o sistema agroindustrial depende do processo de imitação e difusão desse padrão

A capacidade de ação estratégica, associada à competitividade sistêmica, inclui também a articulação de ações cooperativas entre rivais, fornecedores , distribuidores, institutos de pesquisa públicos ou privados. Significa ter a capacidade de mudar as regras do jogo competitivo a seu favor ou mesmo o ambiente institucional (FARINA, 1999, p. 27)

O conceito de desempenho, representado no quadro 6, diz respeito à capacidade duradoura de sobrevivência e crescimento das firmas nos mercados em que atuam. Esse desempenho só será duradouro caso situações de prejuízos sejam passageiras e conjunturais (FARINA,1999).

Figura 1 - Fatores que influem na estratégia das firmas e desempenho dos mercados



Fonte: Baseado em Farina et al, 1997.

2.3 ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

A Economia dos custos de transação, tem origem nos trabalhos realizados por Coase na década de 30, quando se perguntava por que uma única firma não produz todos os produtos que a sociedade necessita. Afirmou que isto não ocorria devido aos custos de conduzir o sistema econômico, o que ele chamou de custos de transação. Entretanto estes trabalhos ficaram esquecidos, até que Williamson retomou os estudos a partir da década de 70 e passou a ser difundido nas organizações. O objetivo fundamental da ECT é estudar os custos relacionados aos modos alternativos de organização da produção dentro de um ambiente institucional em que a unidade básica a ser analisada é a transação onde ocorre a troca de direitos de propriedade.

De acordo Lírio, Reis e Souza (1999), para que seja possível entender a proposta da ECT, torna-se necessário que se compreenda previamente o termo "custos de transação". Rezende (1999), afirma que os custos de transação são custos para se gerenciar o sistema econômico, por meio da identificação, explicação e atenuação dos riscos contratuais, que podem apresentar-se sob diversas formas. No entanto, apesar de os contratos criarem garantias para as organizações envolvidas numa transação, a sua elaboração e manutenção representam aumentos nos custos de transação. Assim, a gestão dos riscos e custos inerentes àformulação e à manutenção dos contratos tem levado muitas organizações a optarem por alianças estratégicas, por meio da celebração de contratos de longo prazo. Lírio, Reis e Souza (1999) e Claro (1998), destacam que os custos dos contratos dividem-se em dois segmentos distintos; o grupo "ex-ante", que ocorre no período que antecede a celebração do contrato; e o grupo "ex-post", que ocorre no período de vigência do contrato.

Diversos autores mencionam que, devido a distúrbios inesperados, a renegociação dos contratos e as contingências comportamentais como a racionalidade limitada e o oportunismo tendem a elevar os custos de transação, sendo elementos importantes na determinação das formas de governança a serem adotadas pelas organizações.

2.3.1Características comportamentais dos agentes

A ECT considera que as características comportamentais dos agentes envolvidos nas transações podem afetar os tipos de contratos existentes e a opção das organizações em relação às formas de governança. Dentre as características comportamentais dos agentes contempladas pela ECT, destacam-se a racionalidade limitada e o oportunismo.

a) Racionalidade limitada

Contrapondo-se à perspectiva de racionalidade global proposta pelos teóricos racionalistas, Simon (citado por FREITAS et al, 1993) ponderou que a capacidade computacional da mente humana é limitada, fazendo com que as decisões nunca sejam totalmente racionais. Conforme Lírio, Reis e Souza (1999), a implicação do pressuposto de que a racionalidade humana é limitada é que, por serem incapazes de prever todas as ocorrências futuras relacionadas à transação, os indivíduos, ainda que supostamente agindo de forma "racional", são obrigados a deixar margens para adaptações e renegociações futuras, o que representa custos adicionais, além de limitar a adoção de contratos de longo prazo.

De acordo com Kato e Margarido (1999: p.5) em função de que:

> (...) A racionalidade dos agentes econômicos é limitada, pelo fato de que esses agentes não têm condições para elaborar um modelo que possa prever perfeitamente os acontecimentos futuros, isso necessariamente implica que os contratos pertinentes a qualquer tipo de transação econômica são incompletos. Apesar da racionalidade dos agentes econômicos ser limitada, eles estão cientes do fato de que as relações contratuais necessitam passar por adaptações e renegociações ex-post para salvaguardar seus respectivos interesses.

b) Oportunismo

De acordo com Claro (1998), o oportunismo é caracterizado por um jogo não cooperativo, no qual há uma assimetria de informações entre os envolvidos numa transação, fazendo com que uma parte se beneficie da falta de conhecimentos da outra. Kato e Margarido (1999: p.5) afirmam que, conforme a ótica neoclássica, os

agentes econômicos não são oportunistas e possuem informações perfeitas a respeito das variáveis que envolvem as transações, ou seja, não existem custos para se obter informações adicionais, o que sugere que os contratos podem ser perfeitos. Assim, no mundo neoclássico, não há espaços para ações oportunísticas, não havendo, portanto, a necessidade de renegociação dos contratos. Zylbersztajn et al. (1999) afirmam que a análise neoclássica do funcionamento dos mercados, ao ignorar o oportunismo, está assumindo que os agentes são benignos, distanciando-se, assim, das relações existentes no mundo real.

Ainda em relação ao oportunismo, segundo Williamson, citado por Breda et al (2001), “é a busca do auto interesse com dolo”. Seriam as falsas promessas, mentiras, enganar, ocultar e distorcer informações que levam ao auto-interesse, com “avidez” (WILLIANSOM, 1985, citado por ZYLBERSTZTAJN, 1985). Para Zylbersztajn (1985), devem-se também considerar certas características de contratos ligadas à tradição, a confiança, a relações familiares, às ideologias e aos ambientes sociais coercitivos das ações representadas por atitudes oportunistas. Nootebom (2000), citado por Breda et al (2001) acrescenta a lealdade, compromisso e reputação entre os agentes que realizam a transação como redutoras de seus custos, melhorando a alocação de recursos para a atividade produtiva.

c) Características das transações

Além das características comportamentais dos agentes envolvidos numa transação, a ECT também considera as características das transações, incluindo a especificidade dos ativos, a freqüência das transações e a incerteza.

d) Especificidade dos Ativos

Um ativo é dito específico se o seu valor é muito baixo ou inexistente quando destinado a um uso alternativo, resultando esta especificidade num maior risco de perdas para a firma se, por quaisquer motivos, os contratos forem interrompidos ou encerrados antes do tempo previsto para a sua vigência. Quanto maior é a especificidade dos ativos, maior será a tendência de que os contratos continuem indefinidamente, o que faz com que diversos autores defendam que ela represente o mais forte indutor da forma de governança.

A ampliação da especificidade dos ativos conduz ao desenvolvimento de salvaguardas contratuais e cumpre a função de preservar os contratos, reduzindo o oportunismo e/ou a racionalidade limitadas, permitindo a redução dos custos de transação e o ajuste de transações e novas circunstâncias. (PONDÉ, 1994).

e) Freqüência das transações

As organizações desejam manter relações estáveis e duradouras com os outros atores das cadeias produtivas com os quais efetuam transações. O aumento da freqüência das transações proporciona o estabelecimento de relacionamentos mais estáveis entre os agentes, o que tende a reduzir os custos de transação.

Quanto maior for a frequência em uma transação, maior será a possibilidade de surgir mecanismos complexos de organização como a cooperação, lealdade, confiança e reputação. No sentido de preservar ganhos futuros, menores serão atitudes oportunistas dos agentes, reduzindo a incerteza.

f) Incerteza

A ECT contempla também os aspectos inerentes à incerteza, fazendo com que os agentes desconheçam as variáveis que poderão afetar as organizações no futuro. Assim, a incerteza refere-se à maior ou menor confiança dos agentes quanto a efeitos não previsíveis, o que limita o estabelecimento de cláusulas contratuais. Assim, a existência de incertezas pode levar ao rompimento contratual, gerando custos transacionais. Quanto maior a incerteza associada a uma determinada transação, maior será o custo incorrido na mesma.

g) Ambiente institucional

Segundo North (1994) , as instituições podem ser definidas como sendo os limites que as sociedades se impõem para estruturar as relações políticas, econômicas e sociais entre os agentes. Assim sendo, as limitações que são impostas pelo contexto institucional auxiliam na definição de um conjunto possível de oportunidades e limitações ao comportamento dos indivíduos em uma sociedade. As

instituições podem ser tanto formais (constituições, leis, direitos de propriedade, entre outros), quanto informais (crenças, tradições códigos de condutas e costumes).

Especificamente no caso de organizações que atuam no agronegócio, o ambiente institucional tem-se demonstrado bastante relevante, particularmente no que tange à capacidade de adaptação das organizações. A ECT trata o ambiente institucional como um composto formado pelo aparato legal e a cultura dos agentes.

h) Aparato legal

O aparato legal está diretamente relacionado às intervenções governamentais que podem afetar de maneira direta ou indireta as condições estruturais da indústria. A legislação pode não apenas beneficiar um agente envolvido numa transação em detrimento do outro, como também apresentar arestas, que poderão ser utilizadas para ações oportunísticas por alguma das partes. Dessa forma, o aparato legal poderá exercer influências positivas ou negativas nos custos de transação.

i) Cultura

Conforme Souki et al. (2001), a cultura pode ser definida como um conjunto de valores, crenças, hábitos, tradições e expectativas que são compartilhados entre grupos de pessoas em diversos níveis, e que podem ser identificados por meio de elementos culturais como os ritos, as cerimônias, estórias, sagas, heróis, mitos, tabus, gestos, lendas, linguagem entre outros, e que exercem influência não apenas sobre a identidade e as estratégias da organização, mas também sobre as pessoas e as sociedades. Assim sendo, a cultura afeta a forma de atuação das organizações e o comportamento dos agentes nas transações:

2.3.2 Tipos de contratos na ECT

Basicamente, os contratos existentes na ECT podem ser classificados em três tipos, dependendo das características dos agentes, das características das transações e do ambiente institucional.

a) Clássicos

Claro (1998) citando Williamson afirma que os contratos clássicos são aqueles nos quais todas as regras são estabelecidas previamente de maneira formal, tendo, portanto, conseqüências previsíveis. Trata-se de um modelo estático que não abre espaço para renegociações.

b) Neoclássicos

Tal tipo de contrato considera a racionalidade limitada dos agentes, além da existência de incertezas, abrindo espaços para que o contrato original possa ser renegociado e/ou adaptado. Cabe ressaltar ainda que, nesse modelo, utiliza-se o contrato anterior como base para futuras renegociações.

c) Relacionais

Esse modelo de contrato se baseia no relacionamento constante entre as partes, havendo espaços para renegociações e/ou adaptações do contrato original. No entanto, difere-se do tipo neoclássico pelo fato de que, nesse modelo, não se utiliza o contrato original nas negociações futuras, ou seja, um novo contrato é criado para substituir o anterior. As características das transações, as características dos agentes e o ambiente institucional são as variáveis que interferem tanto nos tipos de contratos a serem eleitos quanto na forma de governança das organizações. Variáveis que interferem na forma de governança.

2.4 A ORGANIZAÇÃO VISTA COMO UMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

As firmas devem ser entendidas como uma forma alternativa de organização, baseada nas possíveis "estruturas de governança" que surgem com o objetivo de economizar em custos de transação. Assim, em função das características das transações e dos agentes, além do ambiente institucional, as organizações poderão optar por diferentes estruturas de governança, o que amplia as possibilidades estratégicas das organizações. A ECT propõe que as organizações têm a opção de adotar basicamente três estruturas de governança, quais sejam: a integração vertical, a terceirização e uma forma mista entre a integração vertical e a terceirização.

2.4.1 Integração vertical

Uma das formas de governança que podem ser adotadas pelas organizações que fazem parte das cadeias agroindustriais é a integração vertical que, segundo Silva (1994: p.152) se caracteriza pelo "controle interno gerencial de estágios sucessivos de produção tecnicamente separáveis". Porter (1991) citado por Silva (1994), complementa mencionando que a integração vertical se baseia na congregação de processos tecnológicos distintos para produção, processamento, distribuição e venda de bens e serviços, retendo-os sob um mesmo comando decisório. Lírio, Reis e Souza (1999) afirmam que integração vertical é o mecanismo de ampliação da firma por meio da aglutinação sucessiva do comando das transações.

2.4.2 Terceirização

A segunda forma de governança discutida na ECT é a terceirização, que representa o conceito inverso da integração vertical, ou seja, consiste em abandonar a produção interna, destinando sua consecução a terceiros. Assim, se por um lado, na integração vertical as organizações detêm o poder sobre as decisões em diversas etapas, desde o processo produtivo até a comercialização, na terceirização as organizações transferem para terceiros a responsabilidade sobre a execução de algumas de suas etapas (LÍRIO et al, 1999).

Souki et al. (2000) afirmam que o ambiente no qual as organizações estão atualmente expostas vem sendo caracterizado pelo aumento das demandas, pela diminuição dos ciclos de vida dos produtos, pela concorrência com grandes grupos internacionais, pela rápida obsolescência das tecnologias, pela necessidade de custos competitivos, entre outros fatores, fazendo com que as organizações que atuam nas cadeias agroindustriais, sejam forçadas a perceber que, sozinhas, teriam dificuldades para serem competitivas. Esses são alguns dos motivos que têm levado as organizações a terceirizarem suas atividades.

Outro fator importante é a competição em produtos e mercados depende da criação de competências múltiplas e de um aprendizado constante e interdisciplinar, o que, com freqüência, é extremamente árduo e caro para as organizações.

Paralelamente, a retenção de ativos fixos em atividades que não representam as competências essenciais da organização aumenta a estrutura de custos, tornando a empresa pouco flexível para reagir às mudanças ambientais (SOUKI et al., 2000).

2.4.3 Forma mista entre a integração vertical e a terceirização

A terceira forma de governança abordada pela ECT é uma forma intermediária entre a terceirização e a integração vertical. Conforme Souki et al. (2000: p.38), "tanto a integração vertical completa quanto a terceirização completa são referências de cunho exclusivamente teórico e didático, não existindo tal situação na realidade das cadeias produtivas. Isso porque, se por um lado nenhuma organização capitalista é completamente auto-suficiente a ponto de produzir a totalidade de suas necessidades; por outro, o fato de uma organização capitalista terceirizar a totalidade de suas atividades impossibilitaria sua sobrevivência, pelo fato de não produzir nada que pudesse ser trocado com o ambiente, gerando renda".

Embora as formas de governança mistas sejam as únicas efetivamente existentes na realidade do mundo capitalista, o entendimento dos conceitos teóricos da terceirização completa e da integração vertical completa é importante pois a existência de formas mistas só é possível devido a tais limites.

2.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Neste capítulo foram abordados os aspectos relativos à competitividade, que não possuem um consenso sobre sua definição e nem sobre as várias metodologias de avaliação. O que tem sido relatado pela maioria dos pesquisadores é a abordagem que considera a competitividade podendo ser tratada de duas formas: do ponto de vista do desempenho, chamada de competitividade revelada, medida pela participação de determinada firma no mercado e a competitividade atribuída a uma abordagem de eficiência, ou de competitividade potencial, explicada pela capacidade da firma transformar os insumos em produtos com eficiência. Mais modernamente, o conceito de competitividade evoluiu para uma perspectiva mais dinâmica, sendo definido como a capacidade da empresa formular e implementar

estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado.

De outra forma, Farina (1997) propôs uma nova configuração para a análise sistêmica da competitividade, estabelecendo a cadeia produtiva como estrutura de análise frente ao dinâmico ambiente competitivo. Foram analisadas as variáveis contidas no ambiente institucional, tecnológico, organizacional, ambiente competitivo e estratégias empresariais.

Neste capítulo também foi analisada a Teoria da Economia de Custos de Transação, que tem por objetivo explicar a competitividade das organizações em ambientes complexos e dinâmicos. A ECT tem sido bastante utilizada nos estudos das cadeias agroindustriais.

3 PANORAMA DA PRODUÇÃO MUNDIAL, BRASILEIRA E PARANAENSE DE LÁCTEOS

Neste capítulo serão estudados todos os aspectos relativos à produção de leite em âmbito mundial, do Brasil e do Paraná. Será feita uma análise da importação de leite e suas conseqüências, sendo também discutida a exportação de lácteos pelo país, o que se configura uma nova oportunidade dentro da CAL.

Em seguida serão abordadas as principais transformações que ocorreram na cadeia láctea brasileira nos últimos 30 anos, destacando-se a importante tendência de concentração da produção verificada em praticamente todas as bacias leiteiras do país.

O capítulo também analisa os dados de produção por região e por estado, observando os principais aspectos relativos a produtividade. Também é realizada uma caracterização da produção na região sul do Brasil e no estado do Paraná, onde é feita uma análise pormenorizada das mesorregiões produtoras do estado.

3.1 A PRODUÇÃO MUNDIAL DE LEITE

Embora o Brasil seja o 6.º produtor mundial de leite, em volume produzido, com 21 bilhões de litros em 2001, segundo dados da EMBRAPA – Gado de Leite, o país ocupa a 17.ª posição em termos de produtividade do rebanho, com 1014 litros/vaca/ano, além de possuir o 2.º maior rebanho leiteiro do mundo, com 17.885 milhões de cabeças. Embora com características distintas e uma realidade diferente, os Estados Unidos, ordenhando 9,135 milhões de cabeças, produz 72,65 bilhões de litros de leite/ano, com uma produtividade de 7.953 litros/vaca/ano, ou seja produz quase 4 vezes mais leite que o Brasil, utilizando pouco menos da metade do rebanho brasileiro.

Tabela 1 - Produção de leite, vacas ordenhadas e produtividade em países selecionados (2002)

Produção de Leite			Vacas Ordenhadas	Produtividade
País		(mil ton.)	(mil cabeças)	(litros/vaca/ano)
1º	Estados Unidos	75.025	9.120	8.226
2º	Reino Unido	14.980	2.228	6.724
3º	Países Baixos	10.450	1.540	6.786
4º	Canadá	8.100	1.084	7.472
5º	Alemanha	28.122	4.545	6.187
6º	França	25.871	6.705	3.858
7º	Itália	11.848	10.058	1.178
8º	Austrália	11.620	2.206	5.267
9º	Argentina	8.200	2.300	3.565
10º	Polônia	12.001	2.769	4.334
11º	Chile	2.211	1950	1.134
12º	Nova Zelândia	13.908	3.756	3.703
13º	Ucrânia	14.249	5.550	2.567
14º	Federação Russa	33.029	13.300	2.483
15º	México	9.700	7.600	1.276
16º	Brasil	23.398	20.580	1.137
17º	Índia	86.320	94.100	917

Fonte: USDA - Anualpec 2002

Observação: os dados são de responsabilidade da FNP Consultoria & Agroinformativos

Santos et al (2001), buscando avaliar o desempenho da produção láctea brasileira nos últimos 10 anos, adotaram como parâmetro a produção e a produtividade dos principais países que se destacam no cenário mundial e agruparam os países em três situações distintas:

a) grupo de países cujo aumento de produção ocorreu, predominantemente, devido ao aumento de produtividade. Fazem parte deste grupo a Argentina, o Brasil e a Índia. Destes, apenas o primeiro tem uma produtividade média que pode ser

comparada aos parâmetros mundiais, enquanto que Brasil e Índia possuem os mais baixos índices de produtividade nos países considerados pelo estudo:

b) grupo de países que apresentam estagnação da produção, porém com elevada produtividade. Neste segundo grupo encontram-se a Alemanha, França, Holanda e Estados Unidos. Em todos, com exceção deste último, houve redução na produção total. Além do elevado nível de especialização, todos apresentaram redução do número de vacas ordenhadas;

c) grupo de países, onde o aumento do plantel foi o responsável pelo crescimento da produção. Encontram-se nesta condição o Chile, Nova Zelândia e o Uruguai. Tanto o Chile como o Uruguai apresentam níveis de produtividade considerados baixos, sendo que o Chile foi o único País analisado onde a produtividade decresceu.

A produção mundial de leite em 1997 foi de aproximadamente 544 milhões de toneladas, segundo dados elaborados pela FAO, citados por Brandão (2001). Os 20 maiores produtores são responsáveis por 75% da produção. A produção mundial cresceu à taxa de 1,2% ao ano no período 1970-1997 e a produção brasileira cresceu a uma taxa três vezes superior, da ordem de 3,6% ao ano.

Segundo Meireles (2002), citando dados da FAO, a produção brasileira de leite cresceu 4% ao ano no período 1995-2002, enquanto os demais países da América do Sul tiveram metade desta taxa de crescimento (2%). O continente asiático registrou um crescimento da produção de leite de 3,4% contra 1,9% da África, 1,3% da América do Norte e um decréscimo de quase 1% ao ano na Europa.

Se comparado com o resto do mundo, o desempenho do setor lácteo brasileiro, em termos de produção total, foi satisfatório, sendo superado apenas pela Oceania (Nova Zelândia e Austrália), que se tornou o mais importante bloco exportador do mundo, crescendo 5,5% ao ano.

A produção brasileira de queijos e de manteiga não tem a mesma expressão relativa que a produção de leite. O Brasil é responsável por 1,6% da produção mundial de manteiga, ocupando a 18.ª posição na classificação dos países produtores, em 1997. Já a produção de queijos participa com uma quantidade ainda menor, da ordem de 0,4%.

Ainda segundo Brandão (2001), os maiores participantes do comércio internacional são países membros da União Européia (UE), sendo que alguns países são ao mesmo tempo grandes importadores e grandes exportadores dos produtos deste setor. A Alemanha é o maior exportador e o maior importador mundial; a França é o segundo maior exportador e o quinto maior importador; e a Holanda é o terceiro maior exportador e o quarto maior importador.

A existência deste grande volume de importações e exportações envolvendo os mesmos países acontece porque, segundo o mesmo autor, grande parte do comércio mundial nos dias atuais ocorre sobre esta forma, no chamado comércio intra-indústria. Países como Austrália e Nova Zelândia fogem a esta regra. A Nova Zelândia é o maior exportador líquido do mundo e a Austrália ocupa a sexta posição, embora ambos tenham pouco expressiva participação nas importações mundiais.

Os Estados Unidos, por sua vez, são os maiores produtores mundiais, e ao mesmo tempo constituem-se no quinto maior importador líquido (valor das importações menos valor das exportações) do mundo de leite e derivados, detendo aproximadamente 2% das exportações mundiais de lácteos, sendo apenas o 11.º exportador do produto.

Dos países membros do Mercosul, a Argentina o Uruguai são os que têm maior expressão como exportadores. Em 1997, a participação da Argentina nas exportações mundiais foi de aproximadamente 1% e a participação uruguaia foi de 0,5%. Com relação às exportações líquidas, a Argentina ocupa a 8.ª posição e o Uruguai, a 13.ª

3.2 TRANSFORMAÇÕES NA CAL BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

A produção de leite no Brasil é de indiscutível importância não só em relação aos aspectos econômicos, mas, principalmente, sociais que representa.

As características da exploração da pecuária leiteira, muito embora estejam em acelerado processo de transformação, comprovam esta importância, seja pelo seu potencial de manutenção e geração de empregos, pela ocupação de áreas com limitações de uso para outras atividades agrícolas e/ou pecuárias, pela participação na formação da renda, tanto no setor agropecuário, como na renda nacional, seja pela importância nutricional do leite, alimento essencial ànutrição humana.

Nas pequenas propriedades rurais a atividade leiteira desempenha um importante papel econômico, possibilitando a utilização de mão-de-obra familiar excedente e a entrada mensal de receita. Permite, ainda, que o produtor rural tenha uma reserva de valor de elevada liquidez (rebanho). Estas características amenizam as dificuldades financeiras de pequenos produtores ou, até mesmo, viabilizam a sua permanência no meio rural. Além disso, a produção de leite contribui na melhoria das condições de vida da própria família, servindo de fonte alimentar (FILIPPSEN & PELLINI, 1999).

Mesmo apesar desta reconhecida relevância que a produção de leite possui, a atividade no Brasil vive crise consecutivas, que se intensificaram nos anos 90. As causas são as mais variadas, muitas delas diagnosticadas há dezenas de anos, mas que continuam com pouca ou nenhuma interferência que tenha surtido efeitos positivos, fato que pode ser explicado pela multiplicidade de sistemas de produção nas mais diversas regiões do país, com diferentes características sociais e de tecnologia, além da dificuldade de coordenação da cadeia láctea.

Segundo Yamaguchi et al (2001), as principais causas citadas como responsáveis por essas crises são: a baixa produção e produtividade, como reflexo do baixo nível tecnológico; a elevada sazonalidade da produção , quanto comparado ao baixo poder aquisitivo da população; as importações erráticas, decorrentes de conjunturas favoráveis ao mercado internacional; as estruturas oligopolizadas, tanto da intermediação do produto quanto do comércio de insumos, além da ausência de uma política global bem definida de longo prazo para o setor.

Durante 45 anos o governo federal assumiu o controle do preço do leite. O produto pasteurizado era tabelado para o consumidor e a Comissão Interministerial de Preços controlava o preço final dos derivados.

> (...) O objetivo do controle de preços era proteger o produtor contra o oligopsônio da indústria, cujo poder de barganha era ampliado pela especificidade temporal do leite in natura. Ao mesmo tempo, buscava-se dar prioridade para o abastecimento dos mercados de leite pasteurizado a preços considerados "sociais", evitando o suposto poder de monopólio dos laticínios. (FARINA,1983, p.???)

Na verdade, este expediente não protegia exatamente o produtor, pelo menos de forma direta. Uma vez tabelada a ponta do consumo, o grande referencial de

preço pago aos produtores, utilizado como termo de comparação entre as diferentes indústrias compradoras, era o percentual pago ao produtor, em relação ao preço pago pelo consumidor. As distorções no preço pago ao produtor sempre houveram, uma vez que o controle de preços do governo acabava por limitar a concorrência entre as indústrias compradoras, cada uma com sua bacia de captação praticamente definida.

O preço ao produtor era definido à partir de um preço cota, servindo de balizamento de um preço mínimo. A cota era formada levando-se em consideração a média de entrega mensal de leite à indústria, durante os meses de entressafra. O excedente, chamado leite extra-cota, entregue durante o período de safra, acabava sendo pago com desconto, que era variável em função do volume do produto que conseguia ser vendido como leite fluido e com a destinação industrial dada ao produtor, em função da rentabilidade. Note-se que, na época, a única forma de estocagem de leite dava-se através da industrialização de subprodutos, com seus variáveis períodos de possibilidade de consumo, já que o leite longa vida (UHT), tal como é hoje, ainda era um produto sem expressão comercial, no Brasil.

Também eram isolados os casos de pagamentos diferenciados por qualidade, o que começou a ocorrer somente no final dos anos 80, com algumas cooperativas do sul do Paraná. Além do preço cota e extra-cota, o único diferencial existente limitava-se ao pagamento por décimo de gordura adicional aos 3% exigidos por lei.

A importação de lácteos, até então, também fazia parte do controle governamental no setor. As importações de leite em pó eram restritas e, quando permitidas, objetivavam o abastecimento dos mercados urbanos, em épocas de dificuldades de suprimento, causadas pela entressafra. Segundo Farina (1996), a proibição da importação de lácteos acontecia muito mais como medida de contenção de evasão de divisas do que como instrumento de proteção ao produtor nacional.

Os dados apresentados mostram que, durante os últimos 30 anos, a produção cresceu 169%, passando de 7,1 bilhões de litros em 1970 para 19,1 bilhões em 1999, representando uma taxa média de 3,8% ao ano.

Yamaguchi (2001), ao analisar a produção leiteira no Brasil, separando os principais fatos ocorridos em cada uma das três últimas décadas, concluiu que o Brasil passou por um processo de evolução real na produção de leite, durante este período.

3.2.1 Década de 70

Alguns motivos que podem ter levado a esta expansão mais acentuada da produção parecem ter sido o surgimento do leite B em São Paulo, comercializado por um preço diferenciado, buscando consumidores mais exigentes, e que acabava por premiar aqueles produtores que investiam em qualidade do produto, além da criação do PDPL (Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira), que injetou grande quantidade de recursos, através de crédito subsidiado aos produtores de leite, para melhoria das instalações, implantação e reforma de pastagens e aquisição de equipamentos.

Tabela 2 - Taxas anuais de crescimento no Brasil (1970 - 1999)

	1970-1979		1980-1989		1990-1999	
Itens	TAC	R.2	TAC	R.2	TAC	R.2
Produção	4,84	0,795	2,6	0,9424	3,31	0,9199
Importação	-4,63	0,0545	14,36	0,0994	18,05	0,4454
Consumo aparente	4,66	0,8029	3,17	0,7997	4,62	0,91
Consumo per capita	1,79	0,3796	1,28	0,3958	3,24	0,8274
Vacas ordenhadas	6,34	0,9599	1,43	0,8237	-2,03	0,4834
Produtividade	-1,4	0,2874	1,16	0,9007	5,45	0,7658
Preço médio real pago ao produtor	5,03	0,6227	-5,51	0,777	-7,48	0,8522
Preço médio real pago pelo consumidor	-	-	-3,94	0,52	-4,33	0,6682
Preço médio real da ração	2,5	0,4253	-2,87	0,5347	-6,15	0,8465
Valor real do salário mínimo	0,27	0,0959	-6,12	0,8926	-0,15	0,0034

Fonte: Banco de Dados da Embrapa Gado de Leite

O crescimento da produção verificado no período, de 7,1 bilhões de litros em 1970 para 10,2 bilhões de litros em 1979, foi conseguido muito mais em função do aumento de vacas ordenhadas (9,3 milhões em 1970 para 14,9 milhões, em 1979), que foi de 6,3% do que pelo aumento da produtividade, que foi negativa no período, decaindo em média 1,4% ao ano. Tal fato demonstra que a oferta pura e simples de

crédito barato ao produtor não implica necessariamente no aumento do uso de tecnologia, que era o objetivo inicial do programa. Uma das causas, pode ter sido o desvio do crédito para outras finalidades.

Quanto ao comportamento de preços nesta primeira década analisada, observa-se que o preço real recebido pelos produtores cresceu 5,03% ao ano, muito superior às taxas de crescimento dos dois principais itens de custo, quais sejam ração e mão-de-obra, que foram de 2,50% e 0,27% ao ano, respectivamente.

3.2.2 Década de 80

Durante o segundo período analisado, compreendido entre os ano 80 e 89, podem ser destacados quatro importantes eventos, que marcaram a década, no que diz respeito aos seus reflexos na cadeia agroindustrial do leite: a implantação de mini-usinas de pasteurização, o início do cálculos das planilhas de custo de leite pela EMBRAPA, manutenção da política de preço barato, procurando manter a rentabilidade dos produtores comerciais e a implantação do Programa Tíquete do Leite, durante o governo Sarney.

As mini-usinas foram uma resposta de produtores que detinham maior volume de produção, insatisfeitos com o preço recebido, que começaram a implantar usinas próprias, de pequena capacidade, visando atender a mercados localizados especialmente nos grandes centros urbanos, através de um produto diferenciado, com a produção de leite tipo A.

A EMBRAPA, através de seu Centro Nacional de Pesquisa de Gado Leiteiro – CNPGL, então localizado na cidade mineira de Coronel Pacheco, iniciou os trabalhos de pesquisa de custos na produção de leite, buscando balizar o preço nas negociações mensais ‘de reajuste de preços.

Como no cálculo do índice do custo de vida, o preço do leite utilizado era o do tipo C, era este o que obedecia a maior rigidez no seu controle, com o governo buscando manter a política de alimento barato e ao mesmo tempo procurando manter a rentabilidade dos produtores.

Já a política de distribuição de tíquete leite para a população carente, colocou o governo como um grande comprador de leite pasteurizado, muito embora o programa, mesmo tendo por objetivos aumentar o consumo de leite e portanto, melhorar a renda dos produtores e o nível nutricional de crianças carentes, não

atingiu seu objetivo plenamente, sendo inúmeras as denúncias, na época de troca dos tíquetes por outros produtos, além da transformação dos mesmos em objeto de clientelismo político, em função de falhas de implementação e fiscalização do programa.

Neste período de análise, 1980-89, o desempenho observado na pecuária leiteira foi inferior à década anterior. A produção cresceu 25,9%, a uma taxa média anual de 2,6%, passando de 11,2 bilhões de litros, para 14,1 bilhões de litros.

A produtividade também teve um crescimento modesto, de 1,2% ao ano, em média, enquanto que o rebanho ordenhado, mais uma vez cresceu a uma taxa superior, de 1,4% ao ano, muito embora este número seja menor que o verificado na década anterior.

Já com relação aos preços, observa-se que o preço real recebido pelo produtores foi de -5,51% ao ano, enquanto que o preço médio pago pelos consumidores também caiu, a uma taxa de –3,94%, muito embora o preço da ração, um dos principais componentes do custo, tenha também caído 2,87%.

3.2.3 Os anos 90: Uma década de grandes mudanças

Segundo Gomes (2001), nos últimos anos, especialmente na década de 90, a produção de leite no Brasil vem passando por profundas transformações que afetam toda a cadeia de lácteos. Os fatos que desencadearam tais mudanças são:

a) liberalização do preço do leite em 1991, por parte do governo, depois de 45 anos de tabelamento. O controle de preços trouxe prejuízos ao agronegócio leite, uma vez que era praticado com objetivo de controle da inflação e não à modernização do setor. O tabelamento impediu o surgimento da cultura da negociação e até hoje o segmento da produção tem muitas dificuldades de negociar com os outros elos da cadeia;

b) maior abertura da economia brasileira ao mercado internacional, em especial a instalação do Mercosul, o que apesar de trazer a cultura da competição, ocasionou a importação de lácteos, muitas vezes em condições subsidiadas na origem;

c) a implantação do Plano Real, em 1994, trazendo uma relativa estabilidade à economia brasileira, aumentou a demanda por lácteos, através do aumento da renda dos consumidores. Já a estabilidade, conjugada com a abertura comercial, ocasionou uma sensível redução nas margens de lucro ao produtor, especialmente naqueles menos eficientes;

d) a qualidade passou a ser um fator fundamental na cadeia de lácteos. Nunca o assunto antes foi tão insistentemente debatido, passando a ser prioridade em toda a cadeia. Com a implantação do PNMQL, a questão do resfriamento do leite ganhou importância, aumentando o número de resfriadores nas propriedades e a coleta à granel, através de caminhões equipados com tanques isotérmicos. Tal fato trouxe duas conseqüências principais: aumentou o número de produtores que recebem pagamento diferenciado por volume e qualidade e expulsou do mercado formal aqueles produtores que não conseguem fazer os investimentos exigidos pela granelização;

e) o aumento de participação no leite longa vida (UHT) no mercado, alterou o ponto de referência do preço do leite. Devido à estrutura oligopolizada do supermercado, este elo da cadeia acaba tendo grande influência no preço final do leite ao consumidor, trazendo como conseqüência a redução da margem de lucro a toda a cadeia;

f) Yamaguchi (2001) cita ainda outros fatores que influenciaram as mudanças na cadeia láctea, a partir dos anos 90:
- Movimentação visando a efetiva participação de produtores e indústrias lácteas na
- formulação de políticas públicas voltadas para o setor;
- Concentração industrial, a partir de aquisições e fusões;
- Acirramento da concorrência tanto do lado da compra da matéria-prima quanto da venda de produtos no mercado;
- Segmentação do mercado consumidor;

g) mudanças nos canais de comercialização de leite e derivados

h) deslocamento da produção para regiões não tradicionais.

Gomes, (2001), citando dados do IBGE, ao analisar os números da produção de leite, na década de 90, observa que o desempenho foi superior àdécada anterior, em função dos aspectos já discutidos anteriormente. O Plano Real serviu, ainda dentro deste período, como parâmetro de avaliação. Antes de sua implementação, no período compreendido entre 1990-93, a taxa média anual de crescimento foi de apenas 2,5%. No período subseqüente, de 1994-98, foi de 6,21%, sendo que em 1995, a taxa foi de 9% e em 1996, o crescimento verificado foi de 11%.

Nos quatro anos subseqüentes, porém, o ritmo de crescimento diminuiu. A taxa média de crescimento foi de 3,79%, ressaltando-se que em 1997, foi de apenas 0,8% e em 1998 foi de 1,5%, coincidindo com os preços mais baixos pagos ao produtor, em toda a década. O preço médio, durante o período teve uma taxa negativa de crescimento de 7,5%. Já o preço pago pelo consumidor também decaiu 4,3% ao ano.

Ressalte-se que mesmo assim, a taxa média de crescimento da produção de leite tem ficado muito superior àtaxa de crescimento da população.

Segundo Jank (1999), graças a elevada elasticidade-renda dos derivados lácteos (queijos, iogurtes, petit-suisse, bebidas lácteas e outros), o primeiro efeito da estabilização econômica foi o forte aumento do consumo represado nas classes de menor poder aquisitivo. Isso gerou um movimento de estímulo ao produtor, não só nas bacias leiteiras tradicionais, mas também (e de forma crescente) nas novas regiões que passaram a se aventurar nesta atividade, como a área de cerrados de Minas Gerais e de alguns estados da região centro-oeste.

O impacto da estabilização econômica trouxe ganhos expressivos de renda aos consumidores incentivando o aumento da demanda interna. Não obstante, passado este efeito inicial, aumentos adicionais de demanda somente deverão ocorrer quando a economia voltar a crescer a taxas significativas (BRANDÃO, 2001)

A disponibilidade total de leite, em equivalente litros, cresceu em média 4,62%, sendo que o consumo per capita de leite teve um crescimento expressivo nos anos 90, alcançando, ainda segundo a EMBRAPA – Gado de Leite, a quantia de 130,8 litros/hab/ano, em 1999, o que representou uma taxa média de 3,2% ao ano.

Um outro fenômeno verificado, durante a década de 90 e até hoje, foi a mudança radical na forma de comercialização de leite fluido, havendo uma sensível redução no consumo de leite pasteurizado em relação ao leite esterilizado (Longa Vida)1.

A década foi marcada, também, pelo expressivo aumento de produtividade do rebanho brasileiro, traduzido pela redução verificada no número de vacas ordenhadas, de 19,1 milhões de cabeças, para 17,4 milhões, o que equivale a uma taxa geométrica média anual de 2,0% e a produtividade cresceu a ordem de 5,4% ao ano. Há que se ressaltar que somente no ano de 1996, a produtividade média brasileira ultrapassou os 1.000 litros/ano/vaca, demonstrando o baixo nível tecnológico predominante na atividade.

3.3 O BRASIL COMO IMPORTADOR DE LÁCTEOS

Segundo Koehler (2000), o Brasil tem sido um grande importador de produtos lácteos, sendo que em 1995 chegou a importar 3,2 bilhões de litros de leite, o maior volume da história. O aumento da cotação dos lácteos no mercado internacional tem sido a causa principal da queda das importações a partir do ano 2000.O preço do leite em pó importado, em janeiro daquele ano situou-se em US$ 1.500/ton e, em agosto já era de US$ 2.000.

Tabela 3 - Importação brasileira de produtos lácteos (1997 - 2002)

	Quantidade (mil US$)					
Produto	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Leite em pó	145.338	175.097	193.345	139.033	53.566	113.844
Soro de leite	13.146	31.540	30.471	43.129	37.447	36.631
Leite in natura	122.469	137.984	125.497	95.923	39.123	27.560
Iogurte	2.230	1.991	486	416	350	15.265
Manteiga e derivados	6.980	13.692	13.819	12.843	2.674	11.278
Queijos e Requeijão	28.585	23.870	20.056	15.718	8.028	10.754
Total	318.748	384.174	383.674	307.062	141.188	215.332

[1] Uma análise mais ampla do aumento da participação do longa vida no mercado de leite fluido e suas consequências é feita no 3.º capítulo, item 3.7.

	Quantidade (mil kg)					
Produto	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Leite em pó	288.657	325.014	312.869	256.923	110.648	175.656
Soro de leite	10.794	25.731	22.057	28.541	29.623	24.904
Leite in natura	56.662	59.968	37.234	28.579	10.825	6.267
Iogurte	2.468	2.488	694	693	623	8.518
Manteiga e derivados	11.967	25.450	22.401	19.835	4.232	10.835
Queijos e Requeijão	84.121	70.256	44.696	38.529	22.659	21.377
Total	454.669	508.907	439.951	373.100	178.610	247.557

(1) De janeiro a abril de 2002

Fonte: MDIC Alice Web Atualizada em maio/2002

Elaboração: R.ZOCCAL Embrapa Gado Leite

Como já foi citado anteriormente, até o processo de desregulamentação verificado na economia brasileira, à partir do início da década de 90, que promoveu profundas mudanças na CAL, as importações de leite eram mantidas sob rígido controle estatal e quando aconteciam, tinham por objetivo suprir a demanda de leite nos períodos de entressafra, num processo em que o governo estava mais preocupado com o preço do produto ao consumidor final, já que o preço do leite acabava influenciando na taxa de inflação. As importações eram feitas unicamente pelo próprio governo, quando a reidratação do leite em pó, industrializado com o leite do safrista, conseguido a preço baixo de extra-cota, não era suficiente para abastecer o mercado.

Atualmente a realidade é totalmente diferente. As importações são realizadas pelo setor privado, tanto pelas empresas que possuem fábricas no País e que adquirem produtos para complementar seu mix de vendas, como também, e de forma crescente, por empresários que apenas jogam com os diferenciais de preços, fracionamento de produtos, taxas de juros, taxas de câmbio e prazos de pagamento, os chamados “sem fábrica”.

Um dos produtos que teve sua importação aumentada nos últimos anos foi o soro de leite, havendo suspeitas que o produto venha sendo usado indevidamente, especialmente na produção de bebida láctea, que vem sendo aromatizada com soro. Segundo a CAMEX – Câmara de Comércio Exterior, o governo brasileiro deverá incluir o soro de leite na lista de exceções da Tarifa Externa Comum (TEC) do

Mercosul, com a tarifa de importação do produto de países fora do bloco devendo subir de 15,5% para 27%. O aumento da tarifa está tendo o apoio do Uruguai, que está perdendo parte do mercado para seu leite em pó no Brasil, em conseqüência da importação de soro de terceiros mercados, como Europa, Estados Unidos e Nova Zelândia. (MilkPoint, 2002, citando matéria do jornal Valor On Line).

As assimetrias nos custos primários de produção, mais elevados no Brasil, favorecem um incremento da produção e das importações oriundas da Argentina e do Uruguai, dentro das regras do Mercosul. Com a alíquota intra-bloco zerada, os fluxos de comércio de leite em pó, queijos e mesmo leite esterilizado (longa vida) aumentam sensivelmente.

Tabela 4 - Importações brasileiras de leite em pó (2001 - 2002)

	Quantidade (tonelada)		% total	Valor (US$ mil/FOB)	
País	2001	2002	2002	2001	2002
Argentina	39.764	67.162	59,0	82.127	106.063
Uruguai	6.544	35.457	31,1	12.972	53.250
Nova Zelândia	2.621	6.027	5,3	5.792	8.424
Chile		4.490	3,9		6.112
Dinamarca	3.965	358	0,3	7.909	722
Holanda	218	162	0,1	502	443
Bélgica	64	78	0,1	174	370
Estônia		48	0,0		65
Suíça	5	33	0,0	22	155
Alemanha	132	18	0,0	542	18
Espanha	25	10	0,0	38	20
Paraguai	100		0,0	215	
Itália	50		0,0	135	
Irlanda	48		0,0	78	
Reino Unido	16		0,0	29	
Estados Unidos	14	2	0,0	113	12
Total	53.566	113.845	100,0	110.648	175.654

Fonte: MDIC Alice Web

Elaboração: R.ZOCCAL Embrapa Gado Leite

Atualizada em fevereiro/2003

3.4 O BRASIL COMO EXPORTADOR DE LÁCTEOS

O Brasil , como pode-se observar nas tabelas 5 e 6 não tem expressão como exportador de produtos lácteos. Contudo, a formação de excedentes tem levado a projeções de que o País possa se constituir num futuro próximo, como um exportador de leite. Segundo Farina e Zylbersztajn (1998), mesmo que isso ocorra, é preciso ter em mente quatro pontos.

Primeiro, conseguir exportar não significa que o Brasil deixará de importar, pois a economia encontra-se aberta ao exterior e integrada no Mercosul, e tudo depende dos preços internacionalizados de cada produto.

Segundo, para exportar é preciso ser competitivo nos mercados de destino, o que envolve assimilar custos adicionais de fretes, organizar adequadamente a cadeia produtiva para exportar e ter eficiência para competir lá fora, num mercado ainda caracterizado por toda sorte de subsídios e protecionismos tarifários e não tarifários.

Terceiro, para exportar é preciso seguir certos padrões internacionais de qualidade e cumprir exigências sanitárias dos países compradores que o Brasil ainda está longe de atender.

Quarto, o atual excedente de oferta foi produzido num cenário de preços ao produtor certamente mais altos do que os que existirão num contexto de manutenção de excedentes.

Todos estes fatores podem ser alterados em função de mudanças macroeconômicas, como a política cambial brasileira e a situação nos demais países exportadores, notadamente Argentina e Uruguai, que vivem uma profunda crise econômica.

No tocante à qualidade do produto, é notório o avanço que o Brasil vem obtendo neste campo, nos últimos anos, com o avanço a passos largos da coleta de leite a granel e resfriamento na propriedade. A qualidade do leite brasileiro vem aumentando e cada vez mais a produção tem a tendência de ficar sob a responsabilidade de produtores profissionais.

Segundo o Milkpoint, citando dados do MICT – Ministério da Indústria e Comércio, o leite condensado tem sido o principal produto de exportação do setor lácteo, representando um valor de 28% da receita obtida com exportações, de janeiro de 2001 a junho de 2001. Do total de US$44,797 milhões exportados nesse

período, nada menos do que US$ 12,548 milhões foram obtidos com a venda deste produto, enquanto as exportações de leite em pó integral representaram 5,5% do total no mesmo período.

No ano de 2002, o leite condensado tem mostrado importância ainda maior, conforme pode ser observado no gráfico 2.1. Apenas em julho, as exportações de leite condensado representaram 68,5% do total de lácteos exportados pelo país. Considerando o período de janeiro a julho , quando o total de produtos lácteos exportados significou US$ 23,7 milhões, o leite condensado respondeu por US$ 6,9 milhões, ou 29% do total. O Brasil é competitivo nesse produto, uma vez que possui leite, aço e açúcar, as três matérias-primas básicas do produto, em condições muito competitivas de custo de produção.

A exportação de leite condensado, como produto importante para a exportação, se dá em um momento em que os preços do leite em pó estão muito deprimidos no mercado mundial, inviabilizando a participação brasileira, visto que a tonelada de leite em pó está sendo comercializada a valores abaixo de US$1.200. O preço médio de exportação de leite condensado, em 2002, está sendo de US$ 0,83/kg.

Tabela 5 - Evolução das exportações brasileiras de produtos lácteos

Ano	Valores[1]	Participação nas exportações mundiais
1990	520	0,00%
1991	2,107	0,01%
1992	10,024	0,04%
1993	22,663	0,09%
1994	2,729	0,01%
1995	5,878	0,02%
1996	17,358	0,06%
1997	9,409	0,03%

[1]Valores em US$ 1.000,00

Fonte: adaptado de FAO, estatísticas de comércio internacional

Tabela 6 - Exportação brasileira de produtos lácteos (2000 - 2002)

	Quantidade (mil US$)		
Produto	2000	2001	2002
Leite em pó (mil kg)	4.774	8.422	27.213
Iogurte (mil kg)	1.248	3.978	5.991
Leite in natura (mil kg)	360	1.710	4.402
Queijos e Requeijão (mil kg)	2.416	2.270	2.123
	Quantidade (mil US$)		
Manteiga e derivados (mil kg)	99	2.958	370
Soro de leite (mil kg)	31	33	25
Total	8.928	19.371	40.124

	Quantidade (mil kg)		
	Quantidade (mil US$)		
Produto	2000	2001	2002
Leite em pó (mil kg)	4.601	8.291	25.211
Iogurte (mil kg)	1.168	5.015	5.855
Leite in natura (mil kg)	418	1.746	3.775
Queijos e Requeijão (mil kg)	6.975	6.327	4.929
Manteiga e derivados (mil kg)	162	3.611	447
Soro de leite (mil kg)	37	40	29
Total	13.361	25.030	14.921

Fonte: MDIC Alice Web

Elaboração: R.ZOCCAL Embrapa Gado de Leite

Atualizada em fevereiro/2003

Figura 2 – Gráfico: Evolução da exportação de leite condensado (Jan 2001 - Jun 2002). Fonte: MDIC/Milkpoint -2002

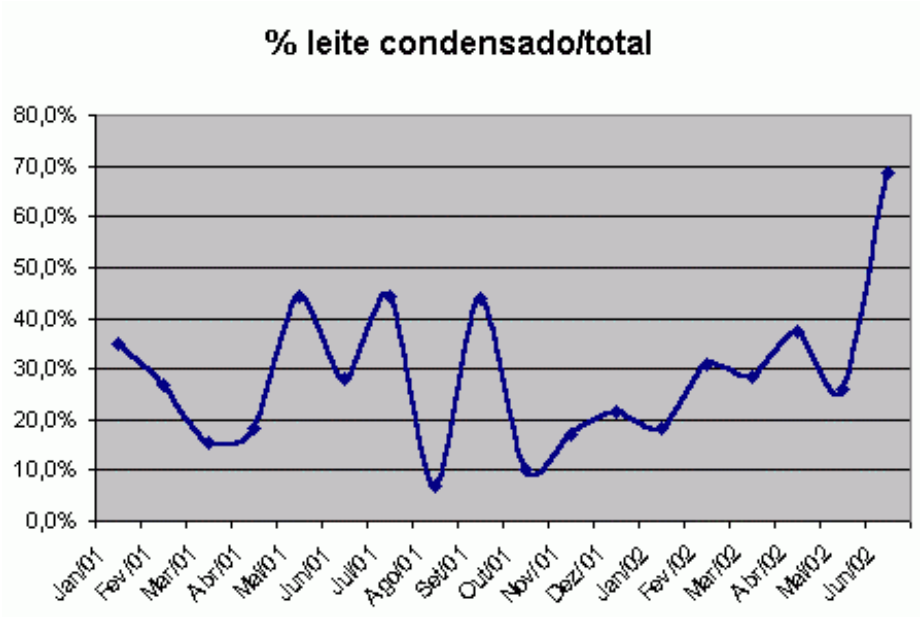
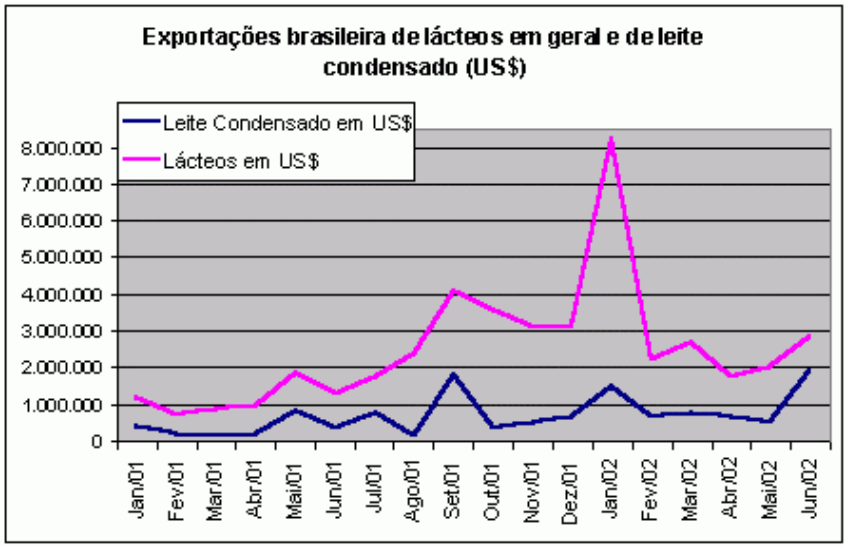


Figura 3 - Gráfico: Exportação brasileira de produtos lácteos em geral e leite condensado (US$). Fonte: MDIC/Milkpoint -2002



Nas Regiões Metropolitana de Curitiba, Noroeste e Norte Central, houve redução no rebanho produtivo.

A redução ocorrida nas três regiões mencionadas não implicou diminuição na produção. Pelo contrário, em todas foi acompanhada de aumento no volume de leite produzido, mesmo onde o efetivo bovino também sofreu redução , como no caso da Região Metropolitana de Curitiba, conforme se observa, analisando-se conjuntamente, a figura 5. Haveria, especialmente nessas regiões, ocorrido ganhos tecnológicos na intensificação da produção, via manejo mais adequado do rebanho, da alimentação e sua suplementação, da introdução de gado mais especializado na produção de leite.

Ao analisar-se tais informações por outro ângulo, observa-se que mudou a distribuição espacial da frequência de vacas ordenhadas.Das cinco regiões que, em 1985, encontravam-se no estrato de 25-50 mil vacas ordenhadas, duas mudaram, em 1996, para o de 51 a 75 mil vacas ordenhadas e duas permaneceram no mesmo estrato, a Centro-Sul e a Metropolitana. Da mesma forma, na Região Noroeste, que se encontrava no estrato de 176 a 200 mil vacas ordenhadas, em 1985, caiu para o de 126 a 150 mil vacas ordenhadas, em 1996.

3.7.5 Evolução das áreas ocupadas com pastagem

No Paraná, houve regiões em que as áreas com pastagens naturais expandiram-se, no período analisado, o que está associado, de modo geral, com menores percentuais de expansão da produção de leite. Tal constatação foi observada, principalmente, nas regiões Sudoeste, Norte Pioneiro e Noroeste paranaense (figura 7) parte da explicação para este fato deve estar na qualidade das pastagens nativas e na ocupação de áreas em rotação com cultivos agrícolas.

De qualquer forma, a pecuária de leite no Paraná incorporou áreas com pastagens plantadas ou cultivadas, o que contribuiu, certamente, para a expansão da produção de leite no estado. Este é o caso da região Sudeste e Oeste paranaense, além das que apresentaram decréscimo na área com pastagens

naturais (Centro-Ocidental, Centro Oriental, Centro-Sul, Norte Central paranaense e Metropolitana de Curitiba.

Figura 7 - Evolução da produtividade de áreas com pastagens no Paraná entre 1985 e 1996

3.7.6 Evolução dos estabelecimentos ocupados com pecuária

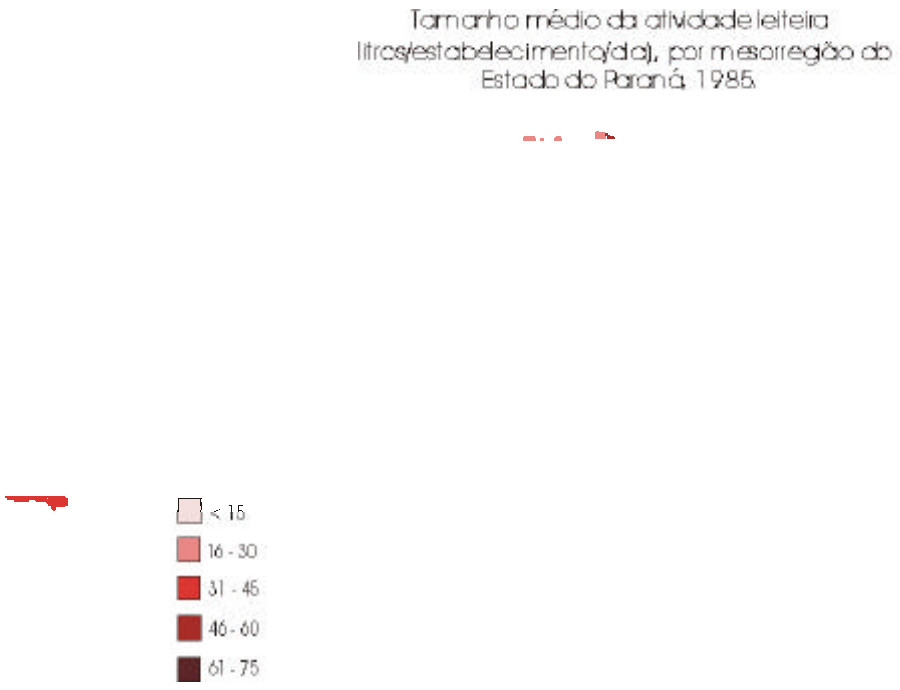
Os dados do Censo não permitem uma discriminação dos estabelecimentos ocupados apenas com a atividade leiteira. Englobam outras atividades com “animais de médio e grande porte”, dentre eles muares, asininos, bubalinos e bovinos, mas excluem informações sobre as explorações de “pequenos animais”, dentre elas a avicultura.

A figura 7 traz uma representação gráfica da evolução dos estabelecimentos ocupados com pecuária no Paraná, no período de 1985 a 1997. Nas regiões localizadas na parte mais setentrional do estado (Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro Ocidental e Centro Oriental Paranaense) foram as que apresentaram maior expansão nessa variável, indicando que a atividade pecuária, dentre elas o leite, por suas características próprias (rápido fluxo de caixa,

principalmente, e por forças de mercado deve ter chamado a atenção de maior número de produtores, nessas regiões, no período considerado.

Já as regiões localizadas na parte meridional do estado (Sudoeste, Sudeste, Metropolitana de Curitiba e Oeste Paranaense) foram as que apresentaram reduções no número de estabelecimentos com pecuária, quase todas, como já se observou com incrementos na produção de leite.

Figura 8 -Evolução dos estabelecimentos ocupados com a atividade leiteira



3.7.7 Indicadores de desempenho da pecuária de leite

Ainda segundo Bressan (2000), houve avanços sobre os três principais indicadores de produtividade no segmento da produção leiteira paranaense, que podem ser melhor analisados quando são observados os mapas temáticos respectivos:

3.7.7.1 Produtividade animal

Este indicador revela que praticamente quase em todo o estado, ocorreram ganhos de produtividade das vacas ordenhadas, entre 1985 e 1996, o que pode ser explicado pelo fato de que a produção foi acompanhada, na maior parte das regiões, de aumento no rebanho de produção, até como decorrência da expansão do efetivo bovino, o que poderia mascarar esse índice. Contudo, há indicações de melhorias nos estratos de produtividade, denotando que tais ganhos devem ter acontecido em decorrência de melhorias tecnológicas.

O que se observa é que houve ganhos generalizados, com exceção da região Centro Oriental Paranaense, que foi a única a permanecer no mesmo estrato de produtividade. Por outro lado, o maior ganho de produtividade ocorreu na região Oeste Paranaense, que saltou do estrato de 1.101 a 1.400 litros/vaca/ano, em 1985, para o de 2.001 a 2.300 litros/vaca/ano, em 1996. Outra constatação é de que, em nenhuma das regiões, à partir de 1996, ocorrem produtividades inferiores a 1.101 litros/vaca/ano.

Quando comparados com os índices de outros estados brasileiros, os índices de produtividade paranaenses revelam-se superiores, indicando o uso melhores condições tecnológicas, tais como melhores condições de manejo e alimentação do rebanho, além de melhor aptidão leiteira dos animais utilizados.

3.7.7.2 Produtividade da terra

Houve também melhoria neste índice, o que demonstra o uso mais adequado das pastagens e de fontes suplementares de alimentação do rebanho. Em quase todas as regiões as percentagens de incremento nesse índice foram positivas, isto só não ocorrendo na região Noroeste Paranaense, que manteve-se nos mesmos patamares verificados em 1985. Os maiores ganhos de produtividade da terra foram verificados na mesorregião Centro Sul Paranaense.

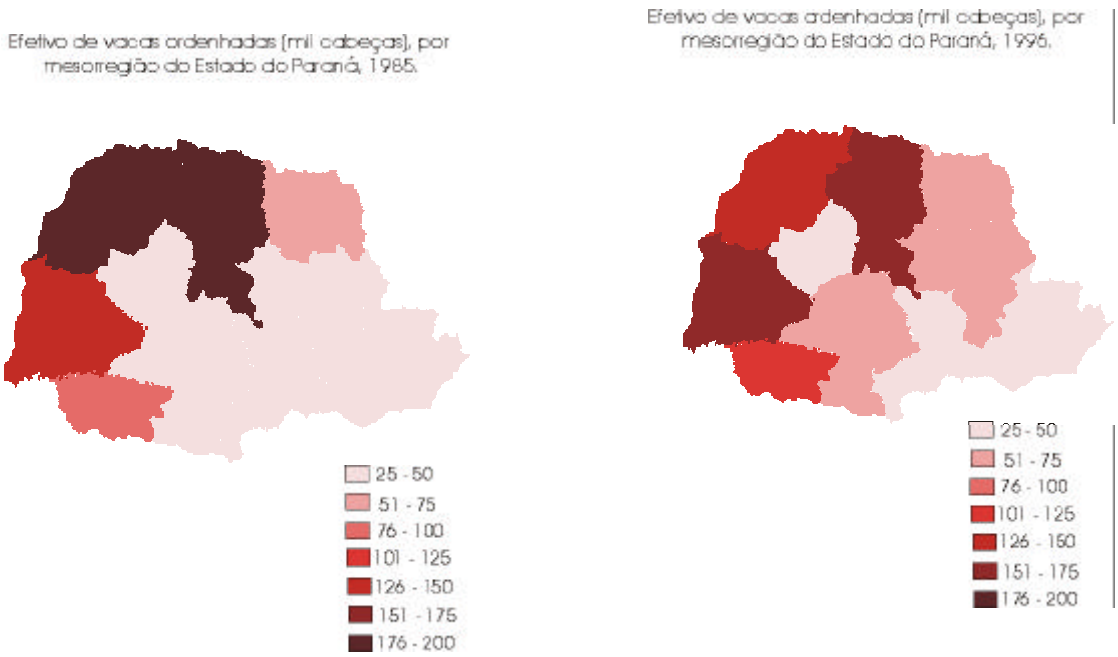
Já os dados de 1996 mostram que a mesorregião Oeste Paranaense despontou com o maior índice (estrato de 501 a 600 litros/ha); a Sudoeste mantém-se no mesmo patamar de 1985 (401 a 500 litros/ha) , o mesmo acontecendo com a região Norte Central Paranaense (201 a 300 litros/ha). A região Centro Sul teve um ganho expressivo, passando 101 a 150 litros/ha, o mesmo verificado na região norte

Pioneiro, Noroeste e Centro Ocidental Paranaense. As demais mesorregiões, Metropolitana de Curitiba, Centro Oriental e Sudeste Paranaense, também mudaram de estrato, sendo que as duas primeiras para 201 a 300 litros/ha e a terceira, para o estrato de 151 a 200 litros/ha)

À partir de 1996 não são mais encontrados no estado, índices de produtividade da terra inferiores a 100 litros de leite/ha, demonstrando os avanços ocorridos neste indicador, em particular, bem como que houve também avanços no uso e manejo das pastagens naturais e cultivadas. Em algumas regiões ou bacias leiteiras nelas localizadas, pode-se supor também que tenha ocorrido uma intensificação da produção de leite à pasto, ou então mudanças no padrão de exploração do rebanho, com instalações para gado estabulado ou semi-estabulado.

3.7.7.3 Tamanho médio da exploração leiteira

Figura 9 - Evolução do tamanho médio da atividade leiteira no Paraná entre 1985-1996



Dentre todas as mesorregiões observadas, apenas na Noroeste, Norte Pioneiro e Norte Central Paranaense houve queda na produtividade média diária de

leite, por estabelecimento com atividade pecuária, muito embora os autores alertem para o fato de que estes índices possam estar mascarando informações que os censos não revelam recomendando estudos mais específicos para entender tais situações.

As mudanças que foram verificadas neste indicador, no período em estudo, podem ser melhor observadas na figura 9, onde as regiões Oeste e Sudoeste passaram a constituir as áreas com maiores índice (61-75 litros/estabelecimento/dia). Em 1996 não ocorreram mais regiões com produção média diária, por estabelecimento, menores que 15 litros, como havia em 1985, a Centro Sul Paranaense.

Esses dados indicam, portanto, uma mudança razoável no tamanho médio da exploração de leite no Paraná, com ganhos significativos em várias regiões, especialmente na parte oeste do estado.

3.8 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O capítulo trouxe um amplo relato sobre as mudanças no ambiente competitivo em nível internacional, nacional e paranaense, bem como as mudanças que ocorreram nos demais ambientes. Se a cadeia produtiva do leite encontrava-se praticamente estagnada até a década de noventa, a partir daí as mudanças foram radicais e impuseram várias transformações a toda a cadeia. A liberalização do preço em 1991, depois de 45 anos de tabelamento, a abertura da economia brasileira, a instalação do Mercosul, a implantação do Plano Real em 1994 e a busca pela qualidade que tomou conta do setor, através do PNMQL, além do aumento da participação do leite UHT no mercado de leite fluido, trouxeram um novo dinamismo à cadeia. No âmbito do comércio exterior, importantes regras foram implementadas, como a fixação do direito compensatório nas importações de leite subsidiado da União Européia, valorização aduaneira, anuência prévia, redução do prazo de pagamento dos lácteos, além do aumento da alíquota de importação, no caso de países do Mercosul.

A concentração da produção é uma constatação que se verifica em quase todas as regiões do país. Cada vez um número menor de produtores vem produzindo mais leite. Ao que tudo indica, um grande número de produtores que tem saído das estatísticas oficiais tem se dirigido ao mercado informal.

Dos países do Mercosul, A Argentina e o Uruguai são os maiores exportadores, enquanto o Brasil, historicamente, sempre foi um grande importador de leite. Em 1995, a importação de lácteos atingiu 3,2 bilhões de litros, o maior volume da história. O país não tem expressão como exportador de lácteos, mas os excedentes de produção que vem se verificando, aliado a melhoria na qualidade do produto, podem fazer com o que o Brasil, num futuro próximo passe a ser um exportador de lácteos. Um dos produtos que vem ganhando destaque pelo incremento no volume exportado é o leite condensado.

Embora seja o 6.º maior produtor mundial de leite, em volume produzido, o Brasil ocupa a 17.º posição em termos de produtividade do rebanho, além de possuir o 2.º maior rebanho leiteiro do mundo. Os estados que mais se destacam na produção de leite são Minas Gerais (30,42%) , seguido de perto por Goiás (10,84%) , Rio Grande do Sul (10,35%) , São Paulo (10,03%) e Paraná (9,5% do total)

O Estado do Paraná possui quase 175 mil produtores de leite, com uma produção média anual de 7.748 litros, o que equivale a aproximadamente 21 litros/estabelecimento/dia, fato que demonstra o predomínio de pequenos produtores não especializados em todo o estado, com exceção das regiões coloniais holandesa e alemã no centro-sul do Estado.

4 CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS NA CAL EM NÍVEL DE BRASIL E PARANÁ

A Cadeia Agroindustrial do Leite, desde o início da década passada, vem passando por mudanças estruturais importantes e de grande magnitude. Neste período aconteceram alterações nos ambientes institucional, organizacional e tecnológico em toda a CAL.

O capítulo trata dos fatores sistêmicos de competitividade que são aqueles que se constituem por externalidades à cadeia agroindustrial. Podem ser de natureza político-institucionais, legais-regulatórios, sociais ou de infra-estrutura. Entre os principais fatores sistêmicos que afetam a competitividade da Cadeia Agroindustrial do Leite no Brasil, pode-se destacar: no âmbito interno a desregulamentação do mercado de lácteos , a estabilização econômica, as políticas tributária, de crédito e a regulamentação sanitária do leite. No âmbito externo, o processo de abertura comercial, a implementação do Mercosul e os efeitos da valorização cambial.

Tais modificações são relatadas a seguir.

4.1. AMBIENTE ORGANIZACIONAL

A análise do ambiente organizacional na Cadeia Agroindustrial do Leite ganha especial importância depois das mudanças ocorridas no setor, a partir do início da década passada.

Segundo Santos (2001), o ambiente organizacional constitui-se por um conjunto de agentes de natureza pública, privada, associativa ou de representação, que se inter-relacionam com o propósito de melhorar o desempenho competitivo da cadeia láctea. Este conjunto de instituições assume maior relevância diante das mudanças institucionais implementadas , caracterizadas pelo crescente afastamento da intervenção estatal no setor produtivo, pela liberalização das importações ao setor privado, pela desregulamentação dos preços aos produtores e consumidores, além da redução das tarifas internacionais e maior flexibilização ao setor privado a implementação de reformas na legislação sanitária.

Existe no Brasil, um grande número de associações que se colocam como representantes legítimas dos interesses dos diferentes segmentos produtivos, dentro da CAL do leite. Existem associações formadas para defender interesses específicos de determinados setores industriais de derivados lácteos, como queijos, iogurtes, leite longa vida, leite pasteurizado e leite desidratado. No segmento da produção, também é grande o número de entidades representativas de diferentes setores envolvidos, seja associações de criadores das diversas raças de bovinos utilizadas, dos produtores de leite como a Leite Brasil, Associação Brasileira de Produtores de Leite B, Comissão de Pecuária Leiteira da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA, além de diversas organizações representando os produtores já reunidos em cooperativas, como a Confederação Nacional das Cooperativas de Laticínios e seus braços estaduais. Também no setor de fornecimento de insumos (rações, medicamentos veterinários e minerais), genética e de equipamentos, existe um grande números de instituições representativas.

Dentre as diversas organizações atuantes no SAG do Leite no Brasil e no caso do Paraná, podem ser destacadas: no campo da pesquisa e desenvolvimento da pecuária leiteira: a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), através do CNPGL (Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite), sediado em Juiz de Fora – MG; os órgãos estaduais de pesquisa, como o IAPAR (Instituto Agronômico do Paraná) sediado em várias sedes de microrregiões do estado; A UFPR (Universidade Federal do Paraná), com seus campus de Curitiba e Palotina; as Universidades Estaduais, notadamente de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, além de instituições privadas, como a Fundação ABC, de Castro.

A ABCBRH – Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa e seus núcleos estaduais, bem como a ACGJB – Associação de Criadores de Gado Jersey do Brasil, por representarem as duas principais raças de exploração leiteira, são as mais importantes enquanto associações de criadores.

A ANFAR – Associação Nacional dos Fabricantes de Rações, o SINDIRAÇÕES – Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal e o SINDAN – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, são alguns exemplos das organizações que representam o setor de insumos na pecuária de leite nacional.

Os produtores tem sua principal representação na CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária e suas representações estaduais, como a FAEP

(Federação da Agricultura do Estado do Paraná), além da Leite Brasil – Associação Brasileira de Produtores de Leite, além da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Brasil) e FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná), no caso dos produtores familiares de leite. Existe também a representação através das cooperativas, como a CBCL (Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios), a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e, no caso do Paraná, a OCEPAR (Organização e Sindicato das Cooperativas do Paraná).

A indústria processadora parece ser a mais amplamente representada, através da ABIA (Associação Brasileira da Indústria da Alimentação), a ABLV(Associação Brasileira de Leite Longa Vida), a ABILP (Associação Brasileira de Leite Pasteurizado), ABPLA (Associação Brasileira dos Produtores de Leite A) e ABIQ (Associação Brasileira da Indústria de Queijo), para citar as principais.
A ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) e no Paraná a APRAS (Associação Paranaense de Supermercados) são as organizações que representam o setor de distribuição.

Segundo Farina (1997), durante o período de intervenção do Estado no setor de lácteos, as instituições de representação dos diferentes setores tinham uma atuação mais localizada na intermediação de conflitos, atuando de forma a proteger seus associados e oferecendo informações aos órgãos do governo responsáveis pela formação de preço. A desregulamentação de mercado e abertura comercial fizeram com que houvesse uma alteração também neste quadro. As associações e sindicatos tiveram que buscar uma reformulação de suas funções, com uma postura mais ativa de seus dirigentes, sob pena de sua legitimidade junto aos seus associados passar a ser questionada.

Também não é pouco comum a defesa de interesses diferentes e conflitantes dentro da mesma Cadeia Agroindustrial. No caso do leite, não é diferente. Existem associações como a ABLV (Associação Brasileira de Leite Longa Vida) e a ABILP (Associação Brasileira de Indústrias de Leite Pasteurizado) que atuam buscando interesses completamente divergentes. O crescimento do setor de leite UHT (ultra higt temperature), representado pela primeira, verificado nos últimos anos, implicou na perda de competitividade da segunda, representante das indústrias de leite pasteurizado.

Embora exista, em função até do grande número de instituições, uma notória falta de organização e de coordenação, recentemente houve uma melhora no grau

de coordenação entre as associações do setor. Segundo Jank et al (1999), o motivo seria a identificação de determinados interesses e “inimigos comuns”. O autor cita como exemplo a importação de lácteos realizada pelos chamados negociantes sem fábrica. Várias propostas para coibir esta prática foram colocadas em prática, através da ação conjunta de várias entidades, resultando na elevação de 3 pontos percentuais na Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, passando de 14 a 16% para 17 a 19% (dependendo do produto), em dezembro de 1997, dificultando a triangulação; a elevação da tarifa aduaneira brasileira dos produtos lácteos que compõem a lista de exceções àTEC (basicamente leite em pó e queijos) de 27 para 33%; suspensão do crédito fiscal do ICMS nas importações do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, mantendo a taxação do imposto somente no caso do produto importado, sendo que no caso do produto nacional, o imposto é diferido; necessidade de anuência prévia para a importação, além do sistema de valoração aduaneira, baseado em preços de pauta do produto; redução do prazo máximo de financiamento das importações de produtos lácteos (antes o prazo era superior a um ano).

4.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL

4.2.1 Desregulamentação do mercado

Desde o início do governo Collor, quando aconteceu o fim do controle estatal sobre os preços do leite, houve um acirramento na concorrência entre as empresas em todos os elos do sistema leite.

Um fato raramente constatado até então é a disputa entre as indústrias por produtores na aquisição de matéria prima, com o objetivo de melhorar seu mix de custos e qualidade do produto. Deixaram cada vez mais de existir os acertos informais sobre bacias de captação exclusivas de cada empresa, bem como o pagamento com base nas planilhas oficiais de custos.

Também na venda de produtos finais, houve um forte incremento na segmentação do mercado consumidor, com novas linhas de produtos, exploração de novos segmentos de consumidores e diferenciação de empresas e marcas por meio de vultosas campanhas promocionais, que ganharam abrangência nacional.

Um exemplo destas modificações é o do leite longa vida, cujas vendas passaram de 204 milhões de litros em 1991 para 3,6 bilhões de litros em 2000.

4.2.2 Abertura comercial e consolidação do Mercosul

Segundo Jank (1999), o abastecimento de leite no Brasil, durante os períodos de entressafra, era feito através da importações de produtos lácteos pelo governo, com o objetivo de tentar controlar a inflação nos produtos da cesta básica. Assim, havendo falta de leite na entressafra, zerava-se as alíquotas de importação e importava-se leite em pó e outros produtos, subsidiados ou não, para abastecer o mercado doméstico. A regulação tradicional era feita pela reidratação do leite barato do safrista e se necessário, pela importação de leite em pó, até então monopolizada pelo governo.

Para Farina & Zylbersztajn (1998), esta realidade mudou, já desde a década passada. Atualmente, as importações são feitas pelo setor privado, onde atuam dois tipos de empresas: aquelas que possuem fábricas no País e que adquirem produtos para complementar o seu mix de vendas, e também uma outra categoria de empresas, cujos empresários vem sendo chamados de “sem fábrica”, que vem atuando de forma crescente, apenas jogando com os diferenciais de preços, fracionamento de produtos, taxas de juros, taxas de câmbio e prazos de pagamento.

Tais agentes, comuns em economias capitalistas e abertas, se aproveitariam das assimetrias nas taxas de juros e câmbio e das distorções geradas pela política pública. Aproveitando-se dos prazos de pagamentos muitas vezes superiores a um ano e taxas internacionais de juros muito menores do que as praticadas internamente, os “sem fábrica” podem desestabilizar a oferta de lácteos, influenciando fortemente nos preços.

Os mesmos autores afirmam que a concorrência predatória dos lácteos importados é uma realidade que deriva de problemas na definição e aplicação de regras de política pública, quais sejam: a adequação e equiparação das políticas macroeconômicas –monetária, fiscal e cambial – às condições que são praticadas no mercado internacional. Além disso, a aplicação efetiva e permanente de uma política eficaz de defesa comercial, envolvendo a adequada fixação das tarifas alfandegárias (política tarifária), a aplicação de legislação anti-dumping e anti subsídios (direitos compensatórios), a existência de salvaguardas comerciais contra

surtos de importação e regras de origem no Mercosul (e outras zonas de livre comércio e uniões aduaneiras que venham a ser negociadas) e o policiamento de desvios de conduta (tipo subfaturamento, fraudes e triangulações via Mercosul)

Segundo Gomes (2001), a maior abertura da economia brasileira para o mercado internacional, em especial a criação do Mercosul, contribuiu para aumentar as importações de lácteos. Os anos 90 podem ser divididos em duas partes: até 1994, quando as importações corresponderam, em média, a 5,63% da produção nacional, e após 1994, quando elas passaram a representar, em média, 13,55%. O maior destaque foi o ano de 1995, quando a importação correspondeu a 19,39% da produção.

Em razão dos efeitos danosos que as importações de lácteos, com preços artificialmente reduzidos, provocam sobre a produção nacional, a Confederação Nacional da Indústria (CNA) coordenou o processo de petição de medidas antidumping, obtendo sucesso em sua proposta.

Por meio da resolução n.º 1/2001, publicada no Diário Oficial da União em 23 de fevereiro de 2001, a Câmara de Comércio Exterior fixou direito antidumping definitivo de 16,9%, 14,8% e 3,9% sobre as importações de leite em pó, provenientes, respectivamente do Uruguai, da União Européia (com exceção da empresa Arla Foods) e da Nova Zelândia. Além disso, homologou Compromisso de Preços para as importações de leite em pó originárias da Argentina e da empresa dinamarquesa Arla Foods.

O sucesso da petição de medidas antidumping, além de ser o primeiro e único de toda a agropecuária brasileira, muda o rumo da produção nacional de leite, agora mais protegida da concorrência desleal. (GOMES, 2001).

As assimetrias nos custos primários de produção, mais elevados no Brasil, favorecem um incremento da produção e das importações oriundas da Argentina e do Uruguai, dentro das regras do Mercosul. Com a alíquota intra-bloco zerada, os fluxos de comércio de leite em pó, queijos e mesmo leite esterilizado (longa vida) aumentam sensivelmente.

Segundo Brandão (2001) a Organização Geral do Comércio – OMC, respaldada pelo acordo assinado pelos países membros no encerramento da Rodada do Uruguai, não permite que sejam impostas novas barreiras não tarifárias ao comércio. Da mesma forma, a possibilidade de elevar tarifas de importação está

limitada, pelo acordo assinado na Rodada do Uruguai e pela tarifa externa comum do Mercosul.

Segundo o mesmo autor, o setor de laticínios é sabidamente um dos que mais subsídios recebe tanto nos Estados Unidos como na União Européia. A Rodada do Uruguai colocou empecilhos para o aumento dos subsídios , principalmente dos subsídios às exportações que são bastante comuns na União Européia. Porém as negociações deram aos países flexibilidade para manter algum nível de subsídio e o setor de laticínios foi dos mais bens aquinhoados neste processo.

O governo brasileiro deve reforçar os mecanismos de defesa comercial para evitar que os produtos subsidiados entrem no País, iniciativa de grande interesse para a pecuária leiteira.

4.2.3 Estabilização da economia

O processo de estabilização da economia brasileira, iniciado após a implantação do plano real, em 1994, tem promovido grandes modificações no cenário competitivo nacional e uma rápida transformação na estrutura do Agronegócio Leite no Brasil (RIOS, 2001).

Nos períodos de forte pressão inflacionária, grande parte da atenção e dos esforços foram voltados para o controle financeiro e os ganhos auferidos pelas empresas dependiam principalmente de uma eficiente administração financeira. Entretanto, com a estabilização da economia, a situação mudou e ganhos no mercado financeiro não são mais suficientes para cobrir ineficiências dos processos de produção e de comercialização.

Segundo Jank (1999), graças a elevada elasticidade-renda dos derivados lácteos (queijos, iogurtes, petit-suisse, bebidas lácteas e outros), o primeiro efeito da estabilização econômica foi o forte aumento do consumo represado nas classes de menor poder aquisitivo. Isso gerou um movimento de estímulo ao produtor, não só nas bacias leiteiras tradicionais, mas também (e de forma crescente) nas novas regiões que passaram a se aventurar nesta atividade, como a área de cerrados de Minas Gerais e de alguns estados da região centro-oeste.

O impacto da estabilização econômica trouxe ganhos expressivos de renda aos consumidores incentivando o aumento da demanda interna. Não obstante,

passado este efeito inicial, aumentos adicionais de demanda somente deverão ocorrer quando a economia voltar a crescer a taxas significativas (BRANDÃO, 2001)

Tabela 12 - Balanço do setor lácteo brasileiro (1995 - 2002)

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002[1]
Produção	Total	16.474	18.515	18.666	18.694	18.770	19.767	20.825	21.200
	Formal	11.693	12.625	10.688	10.995	10.838	12.108	13.266	13.600
	Informal	4.781	5.890	7.978	7.699	7.932	7.659	7.559	7.600
Importação		2.852	2.639	2.058	2.595	2.476	1.850	901	1.400
Disponibilidade bruta		19.326	21.154	20.724	21.289	21.546	21.617	21.726	22.600
Exportação						37	73	142	300
Disponibilidade líquida		19.326	21.154	20.724	21.289	21.509	21.544	21.584	22.300
População		154,96	157,07	160,09	163,18	166,33	169,8	173,35	176,47
Disponibilidade líquida per capita		125	135	129	130	129	127	125	126

[1]Estimativas preliminares da população em 2001 e de todos os valores em 2002.
Fonte: O Agronegócio do Leite e Políticas Públicas para o seu Desenvolvimento Sustentável, Embrapa 2002.

4.2.4 A CPI do Leite no Paraná

Em 28 de novembro de 2001, a Assembléia Legislativa do Paraná instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito denominada "CPI dos Alimentos", que fez um amplo diagnóstico de vários setores do agronegócio paranaense que passavam por dificuldades. A Fase 1, denominada "Cadeia Produtiva do Leite", buscou investigar os principais pontos de estrangulamento responsáveis pela baixa remuneração recebida pelo produtor paranaense, considerado o elo mais fraco da cadeia. A CPI dos Alimentos fez uma ampla análise de outras cadeias produtivas, como a da carne suína, carne bovina, carne de frango, hortigranjeiros, peixe, além da cadeia produtiva do café.

O foco principal, contudo, foi a cadeia produtiva do leite, fazendo com que a comissão ficasse conhecida genericamente como "CPI do Leite".

Foram realizadas sete audiências públicas regionais nas cidades de Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá, Londrina e Curitiba, onde foram ouvidos produtores de leite e suas entidades de representação, além de técnicos do setor, indústrias de laticínios e varejistas estabelecidos nas diferentes regiões. As audiências públicas tiveram a participação de representante do Ministério Público do Paraná e do Procon do Paraná.

Na seqüência a CPI convocou a Ocepar, o Sindileite - Sindicato das Indústrias de Laticínios do Paraná, a APRAS - Associação Paranaense dos Supermercados, a Assosuper - Associação Paranaense dos Fornecedores a Supermercados do Paraná, a Tetra Pak, única fornecedora de embalagens cartonadas para leite longa vida, além dos mais influentes grupos varejistas de supermercados que atuam no Paraná: Condor, Extra, Wal Mart, Sonae e Carrefour.

Foram levantados aspectos relacionados com a produção de leite no Paraná, com as indústrias de laticínios do estado e com o varejo, especialmente as grandes redes de supermercados.

A CPI dos Alimentos - Fase 1 - Cadeia Produtiva do Leite que teve seu relatório aprovado no dia 26 de junho de 2002, contou com o assessoramento de renomados técnicos dos diferentes setores envolvidos na Cadeia Produtiva do Leite no Paraná, além de ter contado com o apoio de várias entidades representativas e demais órgãos públicos estaduais e federais, constituindo-se em um dos mais importantes diagnósticos já efetuados sobre o assunto no estado. Dentro deste contexto, suas conclusões podem ser referendadas como indicativos importantes para a condução de políticas públicas e privadas necessárias ao desenvolvimento do agronegócio do leite no estado.

4.2.5 Propostas da CPI do Leite no Âmbito Nacional

4.2.5.1 Possível evasão de tributos e contribuições sociais

Foram encontradas várias distorções entre os valores faturados pelas indústrias por ocasião da venda de leite UHT e dos produtos lácteos com os valores efetivamente pagos por redes varejistas, quando de seu pagamento. A utilização de práticas contratuais e procedimentos comerciais como exigência de bonificações dos

fornecedores, por exemplo, implicam na redução da base de cálculo de impostos, aumento da despesa operacional com a conseqüente redução do lucro sujeito a tributação pelo imposto sobre a renda, apropriação de crédito fiscal de ICMS em prejuízo do fornecedor e não incidência de impostos sobre fatos tributáveis.

4.2.5.2 Abuso do poder econômico e concentração setorial

A CPI encaminhou documentos ao Ministério Público, à Procuradoria da República, à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e àSecretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda porque considerou lesivo o monopólio da Tetra Pak, única fornecedora das embalagens UHT no Paraná, o que confere a esta indústria a condição de impor às indústrias um preço pela unidade da embalagem de leite UHT, que chega a ser superior ao valor pago por um litro de leite ao produtor.

4.2.5.3 Inclusão do leite na política de garantia de preços mínimos

Esta sugestão da CPI do Leite acabou sendo acatada, sendo implementada no final de 2002, muito embora já se constituísse em uma reivindicação antiga do setor.

A inexistência de contratos entre indústria e fornecedor que permitam a divulgação com antecedência do preço a ser pago pelo leite , segundo a CPI, tem gerado uma instabilidade e provocado enormes prejuízos aos produtores.

A inclusão do leite na PGPM possibilitou às indústrias se beneficiarem dos EGF´s - Empréstimos do Governo Federal, beneficiando não só o setor industrial, como o produtivo.

4.2.5.4 Proibição da utilização de leite importado em programas sociais

A preferência por leite fluido e, sempre que possível, utilizando leite pasteurizado produzido na própria região, buscando estimular os produtores locais, também foi uma sugestão da CPI do Leite, além da proibição da utilização de leite importado nos programas governamentais.

4.2.5.5 Mecanismos reguladores

A CPI entende que o poder público deva coordenar ações, em sintonia com a iniciativa privada, buscando identificar um mecanismo regulador que permita o gerenciamento da oferta do leite, levando-se em conta o consumo nacional. Para tal, faz-se importante o direcionamento da matéria prima, destinando-a a industrialização de produtos lácteos com vida útil mais longa como, por exemplo, leite em pó.

A inclusão do leite na PGPM veio possibilitar a adoção de tais mecanismos reguladores que foram sugeridos.

4.2.5.6 Qualidade do Leite

Em abril de 2002, por ocasião da audiência pública entre o Ministério da Agricultura e Pecuária e as entidades de representação da agricultura familiar, foi firmado um acordo referente à implementação da Portaria 56, que alterava as normas de classificação, identidade e padrão de qualidade do leite e seus derivados.

Através da Instrução Normativa 51, de setembro de 2002, houve a regulamentação do novo conjunto de normas, que acabou respeitando o acordo firmado, onde foram atendidas várias reivindicações dos representantes da agricultura familiar, especialmente na questão da exigência da temperatura, passando do limite máximo de 4.ºC para 7.º C, obtido até três horas após a ordenha.

4.2.5.7 Exportação

A necessidade de se desenvolver um programa específico de exportação de lácteos também constou do relatório da CPI, sugerindo que a APEX - Associação Promotora da Exportação e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolvessem a idéia, com apoio das entidades do setor.

Além disso, buscando facilitar o processo de exportação, se faz necessário a agilização do processo de habilitação de estabelecimentos e produtos lácteos para exportação, além da negociação de equivalência sanitária com países importadores, promoção da vinda de missões de técnicos estrangeiros ao Brasil para conhecer os laticínios e aprovação de regulamentos de normatização e tipificação de queijos, com vistas a atender mercados externos.

4.2.5.8 Legislação para proteção do mercado nacional

Constou do relatório da CPI do Leite o entendimento que deve haver implementação de medidas visando a proteção do mercado nacional, principalmente contra o crescimento indiscriminado de grupos estrangeiros que possam vir a dominar determinados setores econômicos da sociedade.

4.2.5.9 Legislação tributária

Há a necessidade de uniformização da legislação do ICMS entre os estados da União, visando eliminar distorções como as constatadas durante os trabalhos, que privilegiam ou prejudicam empresas conforme sua localização nos diferentes estados brasileiros.

4.2.5.10 Linhas de crédito

Além da alocação de recursos para as linhas de crédito já existentes, há a necessidade de linhas de crédito diferenciadas para mini e pequenos produtores familiares, visando a adequação a Instrução Normativa n.º 51. A CPI sugeriu a criação de uma linha específica dentro do PRONAF, denominada Proleite Familiar com taxas de juros ainda mais baixas que as já existentes no PRONAF tradicional.

4.2.6 Propostas da CPI do Leite no Âmbito Estadual

4.2.6.1 Comissão permanente

Foi proposta a criação de uma Comissão Permanente na Assembléia Legislativa ou através do Bloco Parlamentar Agropecuário, com a participação do Ministério Público, PROCON e Departamento de Economia da Secretaria de Agricultura - DERAL, objetivando acompanhar os preços na cadeia de lácteos, desde o produtor, indústria e consumidores.

4.2.6.2 Política agroindustrial

Com a constatação da Comissão Parlamentar de que existe uma multiplicidade de ações acontecendo com o mesmo objetivo, há a necessidade de centralizar a formulação e estruturação da política agroindustrial do setor leiteiro em um único órgão executivo público. A sugestão foi de que isso deveria acontecer no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, com a participação efetiva da iniciativa privada.

4.2.6.3 Valorização do leite local e regional

Os programas estaduais e municipais que utilizem leite, como a merenda escolar, devem priorizar o emprego de leite produzido no próprio município ou na região, evitando ou proibindo a utilização de leite em pó importado, como vem acontecendo.

4.2.6.4 Tributação estadual

Foram aprovadas recentemente no Paraná duas leis estaduais que tratam de matéria tributária envolvendo o setor lácteo. As leis 13.212/02 e 13.332/02 desoneraram em grande parte o pagamento de tributos por parte das indústrias. Tais leis devem ser revistas, buscando garantir que tais benefícios sejam repassados aos produtores de leite e consumidores finais.

A CPI comprometeu-se a apresentar na Assembléia Legislativa do Paraná, projetos de lei em matéria tributária, com a finalidade de reduzir ou isentar o ICMS incidente sobre a venda de equipamentos de ordenha, tanques refrigeradores de leite, peças e partes de equipamentos de ordenha e produtos de higiene, utilizados para a produção leiteira, bem como o imposto incidente sobre a energia elétrica da propriedade rural produtora de leite.

No Paraná, foram dados recentemente incentivos fiscais para novas indústrias, que utilizam matéria prima importada. A CPI sugeriu a revisão de tais incentivos.

4.2.6.5 Fiscalização

Há a necessidade de intensificar a fiscalização do leite cru vendido nas ruas e dos derivados comercializados clandestinamente, além de coibir a sonegação, que acaba desestruturando a comercialização e desestimulando maiores investimentos, em função da concorrência desleal.

4.2.6.6 Infra-estrutura

A Comissão sugeriu três medidas nesta área, para estimular o desenvolvimento da pecuária leiteira: a criação e um programa estadual de melhoria das estradas utilizadas nas linhas de leite, visando a diminuição dos custos com transporte; a garantia da disponibilidade de energia elétrica, permitindo a modernização da atividade e sua adequação aos padrões de qualidade; e o incentivo àconstrução de uma fábrica de leite em pó, na região sudoeste do Estado.

4.2.6.7 Assistência Técnica Especializada

Deve ser garantida a assistência técnica especializada, de forma compartilhada entre os Governos Federal, Estadual e Municipais e a iniciativa privada, principalmente àqueles produtores que usufruem de créditos de programas governamentais e aqueles organizados em grupos, associações, sindicatos e cooperativas.

Para tanto, o serviço de assistência técnica e extensão rural estadual deve sofrer melhorias em sua infra-estrutura, aumento do número de técnicos e equipamentos, bem como a constante especialização e reciclagem dos técnicos que atuam junto aos produtores de leite.

4.2.6.8 Pesquisa e difusão de tecnologia

O Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR deve direcionar suas pesquisas no segmento da produção leiteira, buscando atender as reais necessidades dos produtores.

Exemplo disso é a necessária intensificação dos estudos a respeito de pastagens adaptadas às diferentes condições das diversas zonas produtoras do Paraná.

4.2.6.9 Qualidade de leite

É de fundamental importância para o desenvolvimento de toda a cadeia láctea, a consolidação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite - PNMQL, recentemente regulamentado, bem como do Programa Paranaense de Qualidade de Leite - PPQL, que foi desenvolvido e aprovado pelo CONESA - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária.

4.3 AMBIENTE TECNOLÓGICO

O ambiente tecnológico em que está inserida a Cadeia Agroindustrial do Leite no Brasil, caracteriza-se pela grande heterogeneidade para frente e para trás na cadeia.

Praticamente tudo o que existe de mais moderno em termos de tecnologia está disponível, tanto a nível de produtor, como da indústria e distribuição.

A existência de uma legislação ultrapassada e o duplo interesse dos produtores (leite e corte) e das indústrias fazem com que sistemas tão diferentes convivam com êxito no mercado. Desta forma, produtores de leite altamente especializados que utilizam de tecnologias de produção implementadas em rebanhos de alta qualidade genética convivam e dividam o mercado com extratores de leite, de baixíssima qualidade, produzido em condições duvidosas de higiene, que entregam o produto sem qualquer tratamento térmico, in natura de porta em porta.

Também no setor industrial, onde existem indústrias que se utilizam das melhores tecnologias, há a convivência com pequenas queijarias e envasadoras de leite que operam com matéria prima e produto final não inspecionado.

A implementação gradativa nos próximos anos do PNMQL (Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite), no entanto, parece dar um novo direcionamento a este quadro, muito embora a questão do leite informal dependa de outras esferas, de forma especial dos órgãos de saúde pública.

Em função do PNMQL, a principal mudança tecnológica que caminha a passos largos é a ampliação do processo de coleta a granel de leite refrigerado

4.4 AMBIENTE COMPETITIVO

4.4.1 Fusões

As recentes fusões da Vigor pela Dairy Board da Nova Zelândia e da Paulista pela francesa Danone, acentuaram o predomínio das companhias estrangeiras no setor lácteo do Brasil.

Figura 10 - Fusões e aquisições no mercado lácteo brasileiro. Fonte: Belik e Figueira in: Cadernos de Debate do NEA/UNICAMP, vol VII, 1999 e Deser

Parmalat (italiana)	1991	Alimba (BA), Teixeira (SP) e Via Láctea (SP)
	1991	Supremo (MG), Alpha (RJ) e Santa Helena(GO)
	1992	Gogó, unidade da Mococa em Santa Helena (GO), Planalto (RJ) e Lacesa (RS)
	1994	Clipe (PE), Ouro Preto (RO) e Leite Forte (GO)
	1996	Bethânia
	1998	Batavo (PR)
Nestlé (Suiça)	1991	CCPL (Unidade de Teófilo Otoni-MG)
	1993	SPAM em Nova Venécia (ES), Medeiros Neto (BA), Nanuque(MG) e Rialma (GO)
Dairy Board (Neozelandesa)	2000	Vigor Leco (SP)
Fleischmann Royal/Nabisco (Kraft/Philip Morris) – americana	1995	Avaré/Glória (SP), Gums (SC)
La Sereníssima (argentina)	1996	Leite Sol (SP)
Milkaut (argentina)	1998	Ivoti (RS)
Royal Numico (holandesa)	1996	Support (MG)
	1999	Mococa (SP)
Perez Companc (argentina)	1999	Queijos Minas (MG)
Danone (francesa)	2001	Paulista (SP)
Compradora	Período	Empresa Adquirida

Os dados do quadro acima indicam que as empresas multinacionais dominaram os processos de fusões e aquisições. A única exceção entre as grandes aquisições ficou por conta da Avipal (RS) que adquiriu a CCGL (RS) em 1996. Atualmente as dez maiores empresas do setor controlam 53% da captação de leite sob inspeção federal, sendo que as empresas estrangeiras processam mais de 60% do leite fornecido pelos maiores laticínios do país. A Líder (que atua em SP, PR e SC), a Elegê, controlada pela Avipal no Rio Grande do Sul, e a Itambé, controlada por 30 cooperativas em Minas Gerais, são os negócios que maior interesse despertam em potenciais compradores estrangeiros, atualmente.

No final do ano passado, a Itambé realizou assembléias em todas as suas 30 cooperativas espalhadas por Minas Gerais, para ratificar a participação de seus presidentes nas assembléias que transferirão as atividades da Central para a recém criada Sociedade Anônima. A S.A. foi criada pela Itambé para atrair um sócio estrangeiro com participação de 49% no capital da empresa. A Itambé planeja dobrar o seu parque industrial em dois anos, ampliando o processamento para 5 milhões de litros/dia. Com isso, a receita aumentará dos R$ 790 milhões obtidos em 2000 para R$ 1,6 bilhões em três anos. É estratégico no plano de investimentos da Itambé o aumento substancial da produção de itens de maior valor agregado, como achocolatados, requeijão, iogurte, doce de leite, leite condensado e creme de leite, além da linha de sucos.

A estratégia da Itambé mostra o dilema das empresas cooperativas nacionais. O segmento de lácteos entrou nos anos 90 em um processo de liberalização de preços, abertura comercial, que se refletiu em aumento das importações, intensificação tecnológica e concentração agroindustrial pelo capital transnacional. O acirramento da competitividade e a mudança do padrão tecnológico, como a substituição do leite C pelo leite longa vida, exigiu do setor novos investimentos. As empresas cooperativas não contaram com acesso a linhas de crédito interno com juros compatíveis, nem com sobras dos cooperados, nem com novas integrações de capitais, pois os agricultores também estão descapitalizados.

Em contraposição, as empresas privadas multinacionais são empresas de maior fôlego financeiro, por conta de suas atividades em vários países, o que lhes garante maior receita e também pela facilidade de maior captação de recursos em mercados internacionais com juros menores do que os praticados no Brasil, além de comércio intra-firmas com diferentes unidades no país, no Mercosul e, em alguns

casos, em todo o mundo. Esse maior fôlego financeiro permitiu que as empresas privadas transnacionais adquirissem inúmeras empresas privadas e cooperativas de laticínios

Outra vantagem destas empresas transnacionais é sua presença em boa parte do território nacional, o que facilita a aquisição de matéria-prima e a colocação estratégica dos produtos em diferentes regiões. As empresas cooperativas estão restritas à sua área de ação e comprometidas com acordos mais solidários com os cooperados.

Os efeitos das associações proposta e as já efetuadas nos moldes descritos, entretanto, podem não ser a salvação para as cooperativas. Num primeiro momento, foi estratégico para as multinacionais comprar ou fazer associação com as cooperativas., pois estas é que detinham as marcas conhecidas do público, além de ter em sua organização toda a estrutura de captação de leite. Para as cooperativas, por outro lado, foram e ainda são estratégicas as parcerias com essas empresas, no momento em que passariam a ter aporte financeiro para apostar em modernização da captação e desenvolvimento, além do lançamento de novos produtos. Assim, a nova estrutura passava a ter as cooperativas singulares responsáveis pela captação do leite e uma cooperativa central, associada a uma dessas empresas, desenvolvendo, lançando e fazendo o marketing dos produtos, ações consideradas imprescindíveis para o negócio do leite. Nessa estrutura, ainda, a central ou empresa pagaria um valor do preço de venda ao pagamento do trabalho feito pelas cooperativas junto aos cooperados.

Essa estratégia pode chegar ao seu fim, logo que a empresa consiga ter uma relação mais direta com os cooperados. Alterado principalmente o regime de coleta, adotadas as novas normas para acondicionamento na propriedade, o que evidentemente só é possível para os grandes produtores, as indústrias passariam a escolher os produtores dos quais continuariam coletando o leite, não necessitando mais da cooperativa. Dado o estrangulamento financeiro das cooperativas, em pouco tempo as empresas poderiam fazer isso. Assim, a vantagem para a empresa é evidente: não pagaria mais o "custo da cooperativa", apropriando-se deste, e deixaria mais difícil ainda a organização dos produtores, que não estariam mais agregados numa empresa das quais seriam donos, como é o caso das cooperativas. Com isso, a empresa poderia pagar o preço que quisesse, com certeza o menor possível, para os produtores.

Se este caminho continuar a ser seguido pelas cooperativas, as condições de negociação entre o produtor e a indústria vão se tornar cada vez mais difíceis para o elo mais fraco da cadeia, que é o produto.

4.4.2 Concentração também no Mercosul

O mesmo processo está ocorrendo no Mercosul, o que deverá ter reflexos sobre a cadeia produtiva no Brasil, e por conseqüência, num efeito dominó, também em União da Vitória.

Confirmando que este processo é um dos fundamentais para a competitividade no setor, na segunda quinzena de novembro de 2000, houve o anúncio de uma aliança estratégica nas áreas de vendas e distribuição para o Cone Sul das cooperativas argentinas SanCor- Cooperativas Unidas Ltda, com faturamento anual de US$ 800 milhões, e a Cooperativa Associación Unión Tamberos (Milkaut), com faturamento anual de US$ 230 milhões, o que deve originar a SanCor Milkaut S.A.

Ainda não estão definidas todas as futuras áreas de operações dessa sociedade, mas deverão se concentrar nas redes de distribuição de seus produtos e no aproveitamento da capacidade ociosa de seus parques industrias, De qualquer forma, a queda no consumo de lácteos verificados na Argentina, em 2000 e o anúncio dos diretores das cooperativas, de ganhar novos mercados, não pode deixar dúvidas quanto aos planos das indústrias argentinas: participar da expansão do mercado brasileiro de lácteos. Assim, a união seria uma preparação de uma porta de entrada de novas operações no Brasil. A SanCor já envia mais da metade de suas exportações para o Brasil, além de possuir uma fábrica que reidrata leite em pó importado em São Paulo. A Milkaut já é dona da empresa gaúcha Ivoti, com unidades no interior do Rio Grande do Sul.

Além dessa operação, a Conaprole (Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite), maior empresa de laticínios do Uruguai, com faturamento anual de US$ 320 milhões, continua em negociações para encontrar um parceiro para aumentar sua participação no mercado do Mercosul. A anglo-holandesa Unilever, as francesas Yoplait e Bongrain e a italiana Parmalat estão interessadas no negócio.

4.4.3 A influência do leite longa vida

Um dos maiores fenômenos de venda no Brasil, o leite longa vida trouxe profundas mudanças na estrutura de comercialização do leite fluido no país, influindo fortemente em toda a cadeia de lácteos. É importante que se analise este fenômeno porque é inegável que o mesmo contribuiu nas profundas mudanças que vem acontecendo no setor da produção e do mercado de leite, desde a ampliação da área geográfica na comercialização do leite fluido até a influência no preço final pago ao produtor.

Barros et al (2002), citados por Canziani e Guimarães (2002) demonstraram a existência de co-integração entre os preços do leite UHT ao consumidor na capital paulista e os preços recebidos pelos produtores em Goiás, São Paulo e Paraná, além de elasticidades de transmissão de preços contemporâneas significativas do preço no varejo para os preços ao produtor nesses estados e vice-versa. O estudo demonstrou também que as margens de comercialização do leite UHT em relação aos preços ao produtor nos estados, mantiveram-se estáveis de 1994 a 1999, período em que foi realizado o estudo. Outra constatação sobre a influência direta da comercialização do leite longa vida no preço ao produtor foi a identificação de um padrão sazonal estatisticamente significativo para o leite UHT e para os preços ao produtor.

Tais constatações reforçam a hipótese, não admitida pelos agentes da cadeia de lácteos, que os preços ao produtor no país tendem a ser formados a partir dos preços que o consumidor final paga pelo leite fluido, onde a indústria e o varejo retiram suas margens e o saldo é repassado ao produtor.

4.4.3.1 Evolução da comercialização do leite longa vida no Brasil

O leite longa vida chegou ao Brasil em 1972, dez anos depois de ter sido lançado na Europa. Até então, o mercado de leite fluido era dominado pelo leite pasteurizado, sendo que o tipo C era o mais comercializado existindo também, uma pequena oferta de leite B e uma oferta ainda menor de leite A. O leite esterilizado tinha uma participação muito pequena
no mercado, apenas de caráter regionalizado.

A ultrapasteurização (UHT), processo utilizado na obtenção do leite longa vida, consiste no seu tratamento a uma temperatura de 130 a 150.ºC, durante dois a

quatro segundos, seguido de um resfriamento a uma temperatura inferior a 32.ºC e envasado em embalagem cartonada asséptica. Devido à inexistência de legislação específica para o processo UHT, o leite longa vida em embalagem cartonada[5] recebeu inicialmente a denominação comercial "esterilizado" (Meirelles e Alves, 2001).

Segundo Martins, Santos & Teixeira (1999), a legislação brasileira que regulamenta o setor de laticínios considera como leite esterilizado todos os tipos de leite fluido com grande período de conservação, definindo leite esterilizado como aquele submetido à ação do calor a alta temperatura e tempo variado, admitindo, portanto que se englobe nesta categoria, o produto propriamente esterilizado na embalagem convencional, bem como o de fluxo contínuo e envasado assepticamente em embalagem longa vida ou ultrapasteurizado. Tecnicamente, conforme os autores, o processo de ultrapasteurização não sofre esterilização absoluta, uma vez que, bactérias extremamente termorresistentes podem permanecer no produto.

Vários fatores fizeram com que as vendas do leite longa fossem pequenas, fazendo com que o produto tivesse uma insignificante participação no mercado de leite fluido no Brasil, desde a sua introdução nos anos 70. Poucas empresas acreditavam em seu potencial de vendas e somente algumas investiram em sua produção. O grande mercado de leite fluido era representado pelo leite pasteurizado, de produção e comercialização regionalizada. O leite longa vida tinha um posicionamento de mercado com preço alto, quando comparado com o leite pasteurizado.

Dois outros fatores foram importantes para a restrição do desenvolvimento das vendas do longa vida: o principal canal de vendas de leite fluido era as padarias, que impunham elevadas margens de comercialização, onde a venda só era viabilizada nos casos em que faltasse leite pasteurizado, também conhecido como "barriga mole". Além disso, a partir de 1983, a quase totalidade dos estados passou a tributar o leite longa vida com a alíquota de 17% de ICMS. No período de 1972 até

[5] A embalagem cartonada é composta de seis camadas de diferentes materiais. Começando de dentro para fora, duas camadas de polietileno evitam qualquer contato do alimento com as demais camadas protetoras da embalagem. Em seguida, vem uma camada de alumínio, cuja função é evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e uma quarta camada de polietileno. Uma Quinta camada de papel confere resistência à embalagem e, finalmente, uma sexta camada de polietileno.

1980, enquanto as vendas de leite fluido no mercado brasileiro cresceram de 1,2 bilhão de litros para 2,9 bilhões, as vendas de leite longa vida passaram de 1 milhão para 103 milhões de litros, chegando ao final da década com uma participação de apenas 3,6% do mercado total de leite fluido.

Entre 1980 e 1990, a situação manteve-se praticamente a mesma em termos percentuais, denotando uma certa estagnação da participação do longa vida no mercado. Enquanto as vendas totais de leite fluido cresceram 1,37 bilhão de litros, passando de 2,876 bilhões para 4,241 bilhões, as vendas de longa vida aumentaram apenas 84 milhões de litros, chegando em 1990 com uma participação de 4,4% do mercado de leite fluido. Há que se considerar que durante o período de 1983-1988, houve redução nas vendas totais de leite, havendo uma recuperação neste último ano, para logo em seguida haver nova queda, embora de menor expressão, conforme pode ser observado na tabela 13.

Tabela 13 - Mercado total de leite fluido e vendas de leite longa vida (1980 -1990)

Ano	Mercado Total leite fluido[1]	Var. %	Vendas Leite Longa Vida[1]	Var. absoluta	Var.%	Part.% Mercado Total
1980	2.876		103			3,6
1981	3.224	12,1	78	(25)	(24,3)	2,4
1982	3.339	3,6	95	17	21,8	2,8
1983	4.203	25,9	141	46	48,4	3,4
1984	3.060	(27,2)	115	(26)	(18,4)	3,8
1985	3.149	2,9	142	27	23,5	4,5
1986	3.859	22,5	149	7	4,9	3,9
1987	4.190	8,6	139	(10)	(6,7)	3,3
1988	4.272	2	168	29	20,9	3,9
1989	4.183	(2,1)	194	26	15,5	4,6
1990	4.241	1,4	187	(7)	(3,6)	4,4

[1]Em milhões de litros

Fonte: "Leite Longa Vida - Aspectos Técnicos e Econômicos"
Associação Brasileira dos Produtores de Leite B, abril/1992

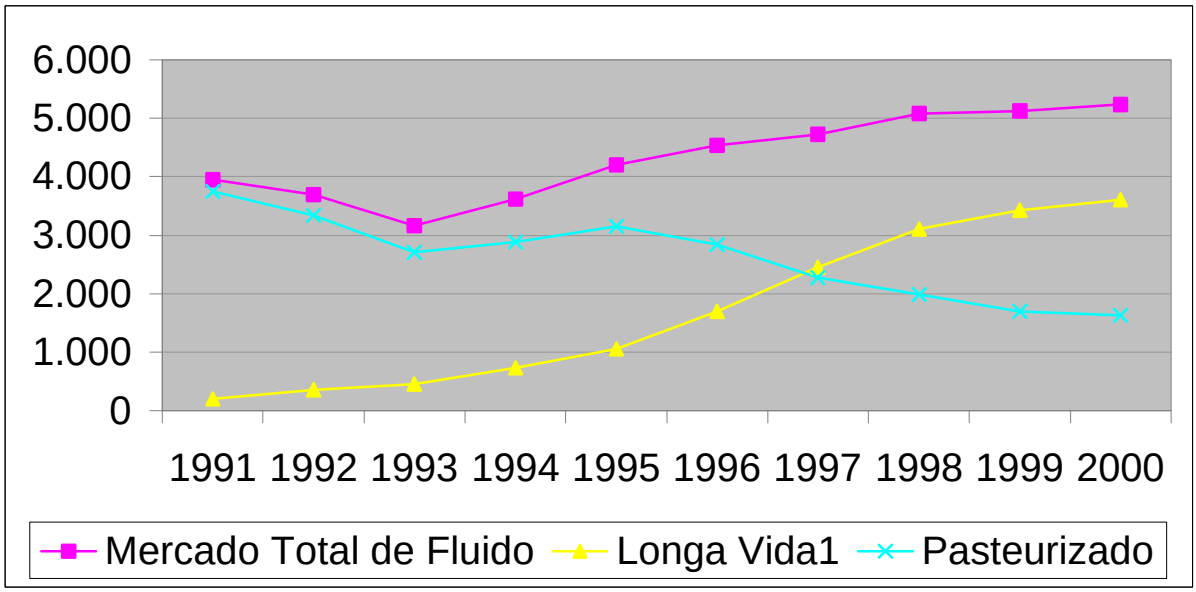
Tabela 14 - Vendas de leite fluído e longa vida no Brasil (1990 - 2001)

Ano	Leite Fluido[1]	Leite Longa Vida[1]	% LV/Total
1990	4.241	187	4,40
1991	3.951	204	5,20
1992	3.693	355	9,60
1993	3.162	456	14,40
1994	3.615	730	20,20
1995	4.200	1.050	25,00
1996	4.535	1.700	37,50
1997	4.720	2.450	51,90
1998	5.080	3.100	61,00
1999	5.125	3.425	66,80
2000	5.230	3.600	68,80
2001(1)	5.300	3.800	71,70

[1]Em milhões de litros

Fonte: Associação Brasileira de Leite Longa Vida – ABLV

Figura 11 – Gráfico da Evolução das vendas de leite longa vida e pasteurizado no Brasil (1991-2000) .



Fonte: Banco de dados EMPRAPA - Gado de leite

Segundo Martins, Santos e Teixeira (1999), os argumentos em favor do sucesso de vendas do leite longa vida estão relacionados tanto a menores custos logísticos, tais como distribuição e comercialização do produto final, em função de suas características, onde não há necessidade de refrigeração, bem como da praticidade para o consumidor, que não necessita mais ir até a padaria diariamente adquirir o leite, o que fica mais evidenciado nos grandes centros urbanos.6

Como o leite pasteurizado, devido a seu prazo de validade curto, constituía-se em um problema para os supermercados, além da baixa margem de lucro que proporcionava, o longa vida passou a ser visto como uma interessante e lucrativa opção, especialmente para as grandes redes de supermercados.

Com o aumento das vendas, várias indústrias passaram a investir no leite UHT, aumentando sua oferta, tornando os investimentos viáveis, mesmo que a produção do leite e a indústria estivessem localizadas a grandes distâncias dos centros consumidores. Era o fim do mercado regionalizado de leite.

Mais do que apenas agregar praticidade ao consumidor que pode armazenar seu leite fora da geladeira, em função da tecnologia de ultrapasteurização empregada no leite longa vida, a ampliação fenomenal das vendas desse produto significou também uma mudança no padrão de comercialização de leite, tirando poder dos pequenos supermercados e padarias e fortalecendo as grandes redes de super e hipermercados.

4.4.3.2 O poder das grandes redes de supermercados

Segundo Farina & Zylbersztajn (1998), os supermercados normalmente operam com margens reduzidas de comercialização e altíssimo giro de vendas. Ao aproximar produtores distantes de grandes varejistas, o leite esterilizado acabou quebrando o equilíbrio das bacias leiteiras tradicionais que abasteciam mercados locais pulverizados em milhares de pontos de venda, ocasionando uma intensa

[6] Um fator importante que contribuiu foi que o prazo de validade para o leite pasteurizado brasileiro era de apenas um dia, em função da péssima qualidade que o produto possuía, de maneira geral. Com o aprimoramento das condições de higiene e sanidade, mais recentemente houve também a liberação do número de dias fixado como validade, ficando a critério de cada empresa estabelecer o prazo de validade de seu produto. Atualmente, a maior parte das empresas trabalham com um prazo de 5 dias no leite pasteurizado, enquanto que no longa vida , a validade é de até seis meses.

guerra de preços, especialmente no grande varejo. A principal conseqüência foi a transformação do longa vida no produto regulador do mercado de leite, papel que anteriormente era exercido pelo leite em pó reidratado na entresssafra.

Segundo Meireles e Alves (2001), o mercado brasileiro de leite tornou-se mais volátil, porém não em função do leite longa vida, produto que também estaria sendo vítima desta volatilidade. O aumento da produção e das importações, tem provocado uma oferta maior do que a procura por produtos lácteos, em várias oportunidades. Segundo os autores, é falsa a idéia de que as empresas de laticínios se aproveitam da condição oligopsônica para reduzir arbitrariamente os preços dos produtores, embora normalmente, em cada região, seja pequeno o número de compradores de leite. O problema é que as empresas de leite não são um oligopólio quando vendem, enfrentando um oligopsônio fortíssimo, formado pelos grandes supermercados. Estes são muito mais bem informados e dispõem de profissionais mais qualificados que seus fornecedores.

A Leite Brasil, hoje uma das principais entidades que representam os produtores de leite no Brasil, chegou a afirmar em um artigo assinado pelo seu presidente, Jorge Rubez, e publicado no site da Associação, que os supermercados atualmente se constituíram no maior problema para o produtor de leite. Segundo ele o motivo é muito simples:

> [...] agora eles são os donos dos preços do leite, ditando-os para os laticínios e, lógico, para os produtores. Na busca de lucros cada vez maiores, hoje na ca4sa dos 30% (será que os bancos lucram tanto assim?), os supermercados entraram por um caminho estranho à ética comercial. A tática consiste em criar jogadas para pressionar os laticínios a lhes venderem o leite por um preço menor, o que acaba sempre acontecendo, pois são senhores imperiais do varejo. O mico acaba ficando com o produtor. Sinto muito dizer, mas hoje toda cadeia leiteira está nas mãos dos supermercados. Sua política é torniquete no progresso do setor e alimentadora da crise social. Cada R$ 1milhão investido no leite, segura 200 pessoas no campo! Infelizmente, as entidades de classe sozinhas não resolverão esse problema. Nem as CPI do leite, com toda sua força institucional, resolveram-no. Pelos danos que provocam, os supermercados são piores do que o tabelamento, a Sunab ! Em 2002 chegaram a importar lácteos da Argentina para vendê-los mais baratos do que em Buenos Aires (RUBEZ, 2002, p.44).

A Revista Exame – “Melhores e Maiores” (julho de 2001) apresenta dados que podem contribuir para a confirmação do poder das grandes redes de super e

hipermercados. Levando em conta dados relativos a 2000, as doze maiores empresas que têm pelo menos parte de seus negócios na área de laticínios – Nestlé, Parmalat, Fleischmann Royal, Itambé, Danone, Elegê, Cooperativa Central/SP, Quaker, Batavia, Yakult, Vigor e Itasa – faturaram 6 bilhões de dólares. Somente as duas maiores redes de supermercados – Carrefour e Grupo Pão de Açúcar – faturaram 9 bilhões de dólares no mesmo período. Se forem considerados as 12 maiores redes de supermercados, o faturamento alcança 16 bilhões de dólares.

Com referência à denúncias de práticas desleais por parte dos grandes supermercados, Fortes (Revista DBO, dez 2002, pg. 44), citando Rubez, afirma que a "pseudobenevolência dos supermercados visa agradar a opinião pública, mas, na essência, tira rentabilidade da pecuária e da indústria".

Tabela 15 - Faturamento das maiores empresas de laticínios no Brasil - 2000

Posição	Empresas de Laticínios	Faturamento[1]	Faturamento Acumulado[1]
1	Nestlé	2.574,8	2.574,8
2	Parmalat	731,6	3.306,4
3	Fleischmann Royal	508,2	3.814,6
4	Itambé	388,2	4.202,8
5	Danone	341,9	4.544,7
6	Elegê	311,9	4.856,6
7	CCL - SP	286,8	5.143,4
8	Quaker	272,5	5.415,9
9	Batavo	206,1	5.622,0
10	Yakult	158,1	5.780,1
11	Vigor	148,0	5.928,1
12	Itasa	146,9	6.075,0

[1]Em US$ milhões

Fonte: Revista Exame - Maiores e Melhores, Julho 2001.

Tabela 16 - Faturamento dos maiores supermercados (2000)

Posição	Supermercado	Faturamento[1]	Faturamento acumulado[1]
1	Carrefour	4.821,5	4.821,5
2	Grupo Pão de Açúcar	4.346,6	9.168,1
3	Sonae	1.538,4	10.706,5
4	Sendas	1.325,2	12.031,7
5	Makro	1.110,8	13.142,5
6	Wal-Mart	552,8	13.695,3
7	Bompreço Bahia	545,0	14.240,3
8	Sé Supermercados	493,4	14.733,7
9	Zaffari e Bourbon	403,4	15.137,1
10	Ciro	325,8	15.462,9
11	Eldorado	272,1	15.735,0
12	Bretas Supermercado	253,3	15.988,3

[1]Em US$ milhões

Fonte: Revista Exame - Maiores e Melhores, Julho 2001.

4.4.3.3 Questionamentos sobre a qualidade nutricional do leite longa vida

A diminuição da participação do leite pasteurizado no mercado e o conseqüente incremento das vendas de leite longa vida nos últimos anos, originou uma ampla discussão sobre o assunto, que levanta a questão da qualidade de leite vendido ao consumidor, independentemente do processo de produção. O principal argumento das associações dos produtores de leite pasteurizado é que o leite longa vida, em seu processo de industrialização, perde valor nutricional.

Segundo Pernetta, Barros e Xavier (1995)[7], citando vários autores, levantam diversas questões sobre as alterações sofridas pelo leite longa vida: Chacon (1977), além da influência do processo também a influência do armazenamento prolongado

[7] Revista Leite B, novembro de 1995. Disponível em <http://www.abilp.org.br>

deve ser considerada, onde o sabor de cozido é ínfimo em leite pasteurizado, considerável no leite longa vida fresco e marcante no leite esterilizado. Já Porter & Thompson (1972) detectaram perdas significativas de vitaminas B6, B12, ácido ascórbico e ácido fólico, durante períodos prolongados de armazenamento do leite UHT e na dependência do nível de oxigênio residual durante o processo. MC Cance & Wiiddwon´s (1992) comparando a composição dos diversos tipos de leite de consumo na Inglaterra, encontraram para o leite esterilizado, menores concentrações de sais minerais (como sódio, cálcio, fósforo e zinco) e de vitaminas (retinol, B6, B 12, ácido fólico, biotina e vitamina C), quando comparado ao leite pasteurizado. Favier et al (1987) estudaram na França as perdas de ácido fólico, maiores no leite UHT e esterilizado, após estocagem de 2 a 4 meses. Pizzoferrato et al (1983), na Itália, estudaram as perdas de lisina no leite pasteurizado e UHT, concluindo que neste último há uma perda maior. Ichikawa et al. (1983) relataram que após 2 a 5 meses de estocagem há perda de quase toda a vitamina C e metade da vitamina B 12 e do ácido fólico. Vujiric et al. (1978) concluíram que a gordura do leite UHT decresce marcada e progressivamente com o aumento de temperatura e do tempo de estocagem, sendo que, proteína e lactose também diminuíram, porém com menores diferenças.

Uma das características do longa vida mais questionadas é a matéria-prima utilizada para sua fabricação, que seria de qualidade inferior. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Leite Tipo A, Lair Antônio de Souza (2002), " o longa vida é feito com leite produzido em região de fronteira, que tem preço mais baixo". Segundo ele, o leite utilizado é de baixa qualidade, mesmo para um tipo C.

Segundo Souza Panetta (1992) , matérias primas comprometidas nunca produzirão produtos de boa qualidade e que sejam competitivos em mercados exigentes, porque embora submetidos a pasteurização ou esterilização, suficientes para destruírem as floras vegetativas de microorganismos habitualmente encontrados em leite contaminado, esses processos são inoperantes para neutralizar proteases e lipases produzidas pelos mesmos microorganismos.

O emprego de estabilizastes, como o citrato de sódio, que é autorizado pelo Serviço de Inspeção Federal, desde que citado no rótulo, acaba compensando o problema da falta de qualidade.

4.4.3.4 A embalagem do longa vida e a poluição ambiental

A caixa do longa vida é chamada tecnicamente de Tetra Brik, por ser composta de quatro camadas de polietileno, além de uma de alumínio, além de ter a forma de um tijolo (brick, em inglês). O material leva até 100 anos para se decompor, segundo dados da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo - Cetesb, citados no site Consumidor S. A - on line (2002). A Tetra Pak, única fabricante de Tetra Brik no mundo, produz no Brasil cerca de 3,2 milhões de toneladas do material anualmente.

Há dois métodos mais comuns de reciclagem do material: a incineração, com aproveitamento do vapor resultante na geração de energia e a trituração das embalagens, para aproveitar separadamente as camadas de polietileno, alumínio e papel. Apenas seis empresas do país, segundo o mesmo site, fazem a reciclagem, transformando as embalagens Tetra Brik em papel higiênico, papelão ondulado e até solas de sapato.

Em 2001, segundo o jornal Gazeta Mercantil, citado no site Consumidor S. A, apenas 500 toneladas de embalagens foram recicladas, o que equivale a 0,016% da quantidade produzida.

A principal fonte poluidora dentre os componentes da embalagem Tetra Brik é o alumínio, que é um metal pesado. Sua participação é de 5% na composição da caixa cartonada, conforme a Tetra Pak.

Segundo a revista Natural on Line (2001), os efeitos da contaminação por alumínio estão relacionados com a doença de Alzheimer e outros transtornos mentais próprios da velhice. Alguns estudos indicam que interfere na função do magnésio e está relacionado com a debilidade da mucosa digestiva. Além disso, o alumínio reduz a absorção do selênio e do fósforo. As pessoas com insuficiência renal tem facilidade em acumular o alumínio nos ossos.

4.4.3.5 A questão do custo da embalagem

Não é sem razão que pelo menos boa parte da culpa da queda do preço pago ao produtor de leite seja atribuída ao crescimento de vendas do leite longa vida.

Conforme ficou comprovado, por ocasião das Comissões Parlamentares de Inquérito que investigaram a cadeia do leite em vários estados brasileiros e, em especial a CPI da Assembléia Legislativa paranaense, a Tetra Pak, multinacional

sueca detentora da tecnologia da embalagem cartonada, mantém o monopólio absoluto na industrialização deste tipo de embalagem no mundo.

Segundo dados fornecidos pela Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste - SUDCOOP, detentora da marca Frimesa (fevereiro de 2003), o custo unitário da embalagem plástica, utilizada no leite pasteurizado é de R$ 0,028 enquanto que a embalagem cartonada tem um custo total de R$ 0,34350, uma diferença superior a 1.200%8. Uma constatação interessante é que o declínio no consumo de leite pasteurizado no Brasil coincidiu com a queda nos preços médios pagos aos produtores.

Tabela 17 - Vendas de leite longa vida e pasteurizado no Brasil (19991-2000)

Ano	Mercado Total de Leite Fluido[1]	Vendas de Leite Longa Vida[1]	Vendas de Leite Pasteurizado[1]
1991	3.951	204	3.747
1992	3.693	355	3.338
1993	3.162	456	2.706
1994	3.615	730	2.885
1995	4.200	1.050	3.150
1996	4.535	1.700	2.835
1997	4.720	2.450	2.270
1998	5.080	3.100	1.980
1999	5.125	3.425	1.700
2000	5.230	3.600	1.630

[1]Em milhões de Litros Fonte: O Agronegócio do Leite no Brasil, 2001

4.4.3.6 Consumo de leite longa vida em outros países

Enquanto o leite UHT fica conhecido apenas como um fenômeno positivo do ponto de vista de mudanças de mercado nos novos tempos, praticamente não existe

[8] Na composição do custo total da caixa de longa vida, a Frimesa considerou: R$ 0,3050 como sendo o custo da embalagem individual, acrescido do custo da caixa para 12 litros, já divididos por 12, que é de R$ 0,0285, além de R$ 0,01 referente ao custo da cola e do plástico.

discussão mais aprofundada sobre os questionamentos existentes sobre sua qualidade nutricional, fora dos meios acadêmicos. É de se questionar os interesses que levam a tal situação, dos motivos pelos quais este debate não ganhou a atenção da grande mídia. Talvez a explicação esteja no grande volume de propaganda veiculada pelas empresas que são as maiores interessadas no aumento do consumo do longa vida, não se levando em conta as imperfeições que possam trazer, seja do ponto de vista da cadeia de lácteos ou nutricionais.

Apenas para que se destaque a "quase igualdade" nutricional defendida pelos fabricantes de leite longa vida, hoje dominantes no mercado, na embalagem do leite pasteurizado, encontra-se a seguinte chamada "este produto não deve ser usado como única fonte de alimentação do lactente". Já na embalagem de várias marcas de longa vida, encontra-se "este produto não deve ser usado na alimentação do lactente".

Existe uma grande variação, em nível mundial, na participação do leite longa vida e pasteurizado, no mercado de leite fluido:

Tabela18 - Consumo de leite UHT e pasteurizado em países selecionados (%)

País	UHT	Pasteurizado
Alemanha	66	44
Argentina	40	60
Bélgica	98	02
Canadá	01	99
Colômbia	10	90
Espanha	97	03
EUA	00	100
França	96	04
Inglaterra	12	88
México	27	73
Portugal	94	06

Fonte: Milknet - 2002

4.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

As mudanças na CAL do leite em nível de Brasil e Paraná foram caracterizadas e avaliadas. Foram analisadas as variáveis contidas no ambiente institucional, tecnológico, organizacional, ambiente competitivo e estratégias empresariais.

A análise empírica dos diversos ambientes na CAL do leite também foi feita. No ambiente institucional, as principais mudanças que afetaram a competitividade de toda a cadeia foram a desregulamentação do mercado, a abertura comercial e a consolidação do Mercosul e a estabilização da economia. O ambiente organizacional é constituído pelo conjunto de agentes de natureza pública, privada, associativa ou de representação, que se inter-relacionam com o propósito de melhorar o desempenho competitivo da cadeia láctea. Embora existam um grande número de entidades que representam cada um dos vários elos da cadeia, fica evidenciado uma grande falta de organização e de coordenação, muito embora nos últimos anos, tenha havido uma grande evolução significativa. No ambiente tecnológico, a cadeia do leite convive com grandes heterogeneidades para frente e para trás. Além da ampliação rápida da coleta a granel em praticamente todas as bacias leiteiras, a implementação do PNMQL no final de 2002, virá com certeza , proporcionar avanços importantes neste ambiente.

O capítulo trouxe um amplo relato sobre as mudanças no ambiente competitivo em nível internacional e, de forma especial, nacional e paranaense, bem como as mudanças que ocorreram nos demais ambientes. Se a cadeia produtiva do leite encontrava-se praticamente estagnada até a década de noventa, a partir daí as mudanças foram radicais e impuseram várias transformações a toda a cadeia. A liberalização do preço em 1991, depois de 45 anos de tabelamento, a abertura da economia brasileira, a instalação do Mercosul, a implantação do Plano Real em 1994 e a busca pela qualidade que tomou conta do setor, através do PNMQL, além do aumento da participação do leite UHT no mercado de leite fluido, trouxeram um novo dinamismo àcadeia.

No âmbito do comércio exterior, importantes regras foram implementadas, como a fixação do direito compensatório nas importações de leite subsidiado da União Européia, valorização aduaneira, anuência prévia, redução do prazo de pagamento dos lácteos, além do aumento da alíquota de importação, no caso de países do Mercosul.

Ainda no âmbito institucional, foi inteiramente relatada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Leite, promovida pela Assembléia Legislativa do Paraná, com todas as suas conclusões.

No ambiente competitivo, foram discutidas as principais fusões que ocorreram no setor industrial lácteo nos últimos anos. Tal concentração industrial trouxe ganhos significativos no poder de barganha da indústria, enfraquecendo ainda mais o segmento da produção.

Neste aspecto ainda, foi feita uma ampla discussão sobre o fenômeno de vendas que se tornou o leite longa vida (UHT), modificação que trouxe grande influência também na relação de forças dentro da CAL, especialmente para as grandes redes de supermercados. Foram feitas várias abordagens sobre o leite longa vida, inclusive sobre questionamentos existentes quanto a sua qualidade nutricional e a poluição ambiental resultante de sua embalagem aluminizada.

O leite longa vida, contudo, figura como o fator de maior influência na cadeia láctea, pós anos 90. É evidente o monopólio da multinacional sueca Tetra Pak, única fornecedora da embalagem e das máquinas para a indústria de leite longa vida, também chamado de UHT. Enquanto o custo da embalagem plástica, onde o leite pasteurizado é embalado, é de R$ 0,028, a embalagem cartonada do longa vida tem um custo unitário final, de R$ 0,35, ou cerca de US$ 0,10. Existe uma certa “lei do silêncio” dentro da cadeia, onde o assunto praticamente não é comentado, com uma preocupação geral de explicar o fenômeno do aumento das vendas do leite longa vida, sem que haja a mesma preocupação com o custo de sua embalagem, que vem sendo coberto com a margem retirada do produtor. Também não há discussão pública sobre os vários questionamentos existentes sobre a qualidade nutricional do leite UHT, que teria vários de seus componentes reduzidos, em função do processo de alta temperatura a que é submetido e ao longo período de estocagem.

5 AS BACIAS LEITEIRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA E DE CASTRO E AS MUDANÇAS OCORRIDAS EM NÍVEL DOS SEGMENTOS ENVOLVIDOS

Este quinto capítulo relata as características de cada uma das duas bacias leiteiras estudadas, quais sejam, a de União da Vitória e a da região de Castro, com ênfase maior para a primeira.

Enquanto em União da Vitória, o predomínio é de pequenos produtores, com baixo volume diário produzido e um nível menor de especialização, a produção leiteira da região de Castro é reconhecidamente uma das mais avançadas do país. As implicações disso, especialmente no volume e qualidade do leite produzido serão exaustivamente tratadas.

Num segundo momento, serão relacionados as informações obtidas através do levantamento de campo nas duas bacias estudadas, com os fundamentos teóricos da ECT .

Outra abordagem que será feita é a avaliação das novas demandas colocadas para o segmento da produção, frente as modificações que ocorreram na CAL nos últimos anos, buscando-se identificar como os produtores reagiram a elas. Os pontos críticos, levantados pelos próprios produtores, que podem se constituir em fatores de exclusão da atividade também serão estudados.

5.1 MUDANÇAS OCORRIDAS NA BACIA LEITEIRA DA REGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA NOS ÚLTIMOS ANOS

5.1.1 Caracterização

Para que se possa entender as principais mudanças ocorridas no elo da produção na bacia leiteira da região de União da Vitória, faz-se necessário conhecer a realidade local. O município sede da microrregião tem uma população aproximada de 48.000 habitantes, sendo considerado polo do sul do Paraná e juntamente com Porto União, município com cerca de 31.000 habitantes, cidade catarinense com a qual faz divisa seca, formam um só conglomerado urbano.

A economia de ambos os municípios está baseada na indústria madeireira, no comércio, na prestação de serviços e na exploração de atividades agropecuárias.

Além do milho, soja, feijão e fumo, destaca-se a produção de leite e, mais recentemente, a suinocultura e o cultivo de produtos orgânicos.

Os municípios que compõem a bacia leiteira de União da Vitória são: Irineópolis, Matos Costa e Porto União, (situadas no planalto norte de Santa Catarina) e Bituruna, São Mateus do Sul, Paulo Frontin, Paula Freitas, Porto Vitória, Cruz Machado e União da Vitória, no sul do Paraná. Em todos eles é marcante a origem européia da maior parte de sua população, com a predominância de alemães, ucranianos, poloneses e italianos, sendo encontrados também suíços e dinamarqueses, embora em menor número.

Embora com algumas características particulares em cada um destes municípios, pode-se dizer que de maneira geral a maioria de suas área agrícolas possui topografia acidentada, solos com elevada acidez e baixo nível natural de fertilidade, o que podem ser considerados fatores limitantes para o desenvolvimento de grande parte das atividades agrícolas e pecuárias, especialmente de corte, tradicionais. Somado a isso, é predominante na região a exploração de pequenas propriedades agrícolas, baseada na agricultura familiar.

Embora não existam dados sobre o assunto, a produção de leite nesta região sempre foi uma atividade de subsistência, com o leite produzido nas pequenas propriedades sendo utilizado para consumo próprio e transformação do excedente em queijos artesanais.

Nas duas cidades mais antigas, Porto União e União da Vitória, que já desde o início do século passado possuíam razoável população urbana, o abastecimento de leite era feito através de produtores autônomos que exploravam pequenas chácaras, nas imediações do centro urbano da cidade. O produto era vendido in natura, entregue diariamente de porta em porta, sem sofrer nenhum tipo de fiscalização sanitária, tampouco qualquer tratamento térmico.

No início de 1975, através de um trabalho desenvolvido pela ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), órgão ligado a Secretaria Estadual de Agricultura do governo do Estado, hoje EMATER-PR, os pequenos produtores foram sendo organizados e passaram a receber assistência técnica oficial. Paralelamente, foram feitos os primeiros encaminhamentos para a instalação de uma usina de pasteurização de leite na região, o que acabou acontecendo de forma definitiva em maio de 1976, com a inauguração de um entreposto da Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda - CLAC. A empresa possuía sede em São

José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba e passou a atuar também na região, abrindo seu quadro associativo para produtores locais.

Segundo relatos de produtores pioneiros, já no primeiro dia de funcionamento, cerca de 5.000 litros de leite foram recebidos na plataforma do novo entreposto, que foi construído com capacidade instalada para beneficiamento de 100.000 litros diários. O leite produzido era pasteurizado, embalado e comercializado nas padarias, armazéns e mercados da cidade. Começava também a conscientização junto à população dos benefícios do consumo de leite tratado termicamente.

Com o passar do tempo e o incremento da produção, o excedente de leite era levado diariamente para o entreposto central da cooperativa, em São José dos Pinhais, onde era comercializado sob a forma de leite pasteurizado e subprodutos, principalmente na capital do estado.

Em 1988, com a implantação do Pró-Leite - Programa de Melhoria da Qualidade do Leite, a cooperativa passou a incentivar seus associados da região (cerca de 550, na época) a aumentar sua produção e produzir um leite de melhor qualidade. De forma pioneira, foi o segundo laticínio do país a implantar programa dessa natureza, passando a remunerar o produtor de acordo com a qualidade do leite, acompanhado através de análises semanais. O programa consistia ainda em um amplo respaldo técnico e de crédito, onde os produtores eram acompanhados com assistência técnica agronômica e veterinária a nível de campo. Um sistema de crédito cooperativo foi formado, com fundos oriundos dos próprios produtores, que possibilitou o financiamento de todo tipo de equipamento ou insumo necessário ao incremento da produção e da qualidade do leite produzido.

5.1.2 A criação da Centralpar

A produção de leite na região, cresceu até 1995, quando atingiu seu ponto máximo, de cerca de 75.000 litros diários. Neste ano, a CLAC buscando diminuir seus custos através da escala de produção, realizou uma associação com a Cooperativa de Witmarsun, localizada na cidade de Palmeira/PR, e juntas adquiriram, através de financiamento, um antigo frigorífico de abate de eqüinos, localizada na cidade industrial de Curitiba, que foi totalmente reformado e adaptado para funcionar como uma moderna indústria de laticínios. Foi formada a CENTRALPAR (Cooperativa Central de Alimentos do Paraná).

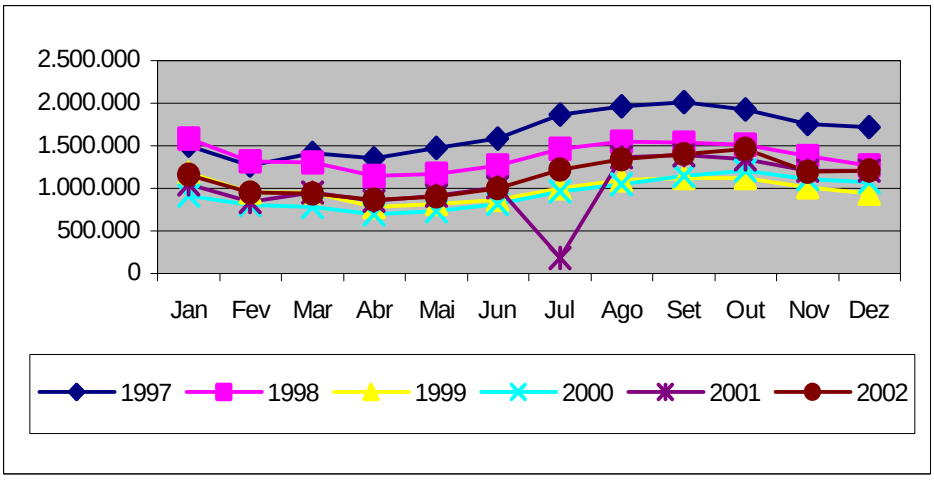
À partir daí, devido a problemas internos ocorridos, com seríssimas deficiências de direção, gerenciais, organizacionais e através de investimentos mal planejados, a situação ganhou outros contornos, o que vem comprometendo até hoje a existência da cooperativa e, consequentemente , trouxe uma série de outros desdobramentos, especialmente junto aos produtores. O número de associados diminuiu, a produção caiu quase pela metade, fruto das dificuldades financeiras da cooperativa, aliado ao fato da crise que atingiu o setor produtivo do leite brasileiro.

Com o endividamento crescente e a situação financeira tornando-se insustentável, há cerca de três anos, a SUDCOOP, Central de Cooperativas com sede em Medianeira-PR detentora da marca FRIMESA, arrendou a nova indústria, assumindo as unidades de recebimento de leite da CLAC, que atualmente ainda funciona integrando o quadro social, gerenciando dívidas e atuando apenas na comercialização de insumos, sendo que toda a produção, coleta, beneficiamento, controle de qualidade, assistência técnica e pagamento aos produtores é realizado pela Frimesa.

5.1.3 O comportamento da produção

A grave crise na produção de leite na região pode ser observada ao analisar-se o comportamento da produção de leite na região, nos últimos seis anos.

Figura 12 – Gráfico do Comportamento da produção de leite na região de União da Vitória (1997-2002).



Fonte: Frimesa, organizado pelo autor

Pode-se observar que à partir de março de 1998 (figura 12) , começou a se verificar uma queda acentuada na produção de leite na região, o que coincidiu com o aprofundamento da crise financeira da cooperativa, caracterizando-se como uma depressão da produção com motivação interna, já que quando se observa o comportamento da produção em nível de Paraná, não se observa a mesma tendência (tabela 19).

Tabela 19 - Evolução da produção na região de União da Vitória (1997 - 2002) [1]

Mês	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	1.500.058	1.590.078	1.182.599	916,294	1.043.449	1.161.403
Fevereiro	1.269.992	1.316.709	956.953	808.178	835.888	949.780
Março	1.408.987	1.306.639	948.168	779.637	952.702	940.648
Abril	1.354.396	1.140.645	786.109	696.443	854.707	861.406
Maio	1.470.897	1.168.374	822.872	733.581	918.284	896.684
Junho	1.585.925	1.263.419	863.741	816.860	1.007.576	1.005.421
Julho	1.863.601	1.468.475	1.003.606	962.919	1.186.730	1.224.511
Agosto	1.967.993	1.551.397	1.099.826	1.047.512	1.362.295	1.344.837
Setembro	2.007.420	1.534.072	1.112.921	1.140.439	1.391.906	1.404.752
Outubro	1.929.147	1.517.324	1.120.068	1.210.281	1.342.299	1.467.254
Novembro	1.750.849	1.380.830	1.006.184	1.105.685	1.204.305	1.198.887
Dezembro	1.719.030	1.267.172	940.424	1.073.626	1.210.092	1.202.078
Totais	19.828.295	16.505.134	11.853.471	11.291.455	13.310.233	13.657.661

[1]Em litros

Fonte: dados fornecidos pela Frimesa e organizados pelo autor

Segundo relatos de produtores e de técnicos ligados à extensão rural da EMATER e da Frimesa, quase um terço do rebanho da região foi comercializado para produtores de outras regiões, durante os anos de 1998 e 1999, notadamente do sudoeste e norte do Paraná e também para o estado de Goiás, que vem se consolidando como nova fronteira de produção de leite no país.

A queda acentuada na produção foi também uma conseqüência do desestímulo dos produtores, frente à crise de sua cooperativa. Vários avanços tecnológicos que haviam sido implementados ao longos dos anos, deixaram de ser utilizados ou passaram a ser empregados em menor escala, como: inseminação

artificial, alimentação suplementar com silagem, fornecimento de ração, além de menores investimentos no manejo dos animais.

Esta situação só começou a ser revertida no final do ano 2000, quando a Frimesa assumiu as linhas de leite da cooperativa, dando um novo alento ao produtor.

5.1.4 O predomínio dos pequenos

Muito embora exista uma tendência nacional de concentração da produção, onde um número cada vez menor de produtores está produzindo uma quantidade maior de leite, com uma tendência dos produtores menores acabarem sumindo do mercado, o mesmo não parece acontecer na bacia leiteira de União da Vitória.

Tabela 20 - Fornecimento de leite em diferentes estratos de tamanho de produtor na região de União da Vitória (abril 2002)

Produção diária (em litros)	N.º de produtores	% do total	Volume produzido (litros mês)	% do total
0-20	170	34.6	59.348	7,0
21-50	177	36,0	177.340	20,8
51-100	82	16,7	168.648	19,8
101-200	37	7,5	156.220	18,3
201-300	18	3,6	131.766	15,5
301-500	6	1,2	73.585	8,7
+ de 500	2	0,4	84.499	9,9
Total	492	100	851.406	100

Fonte: Frimesa. Adaptado pelo autor

Como pode ser observado, a bacia leiteira de União da Vitória é caracterizada pela presença do pequeno produtor. No mês de análise (abril de 2002), em plena entressafra, a média diária de entrega foi de 57,7 litros por produtor. A partir desta realidade, é preciso enfatizar o cuidado com que a questão da exclusão dos pequenos produtores da cadeia de produção de leite tem que ser tratada, especialmente em regiões de minifúndios, como é a de União da Vitória.

Segundo Leite, Bressan e Zoccal (2002), foi somente a partir dos anos 90 que o conceito de agricultura familiar[9] passou a ser discutido do ponto de vista acadêmico. Até então os conceitos utilizados sobre o tema, eram os mais diversos, como: campesinato, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultores tradicionais, empresa familiar e agricultura familiar moderna;

Para Wanderley (1998), "a agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo". Lamarche (1993), diz que a agricultura familiar é " uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados àfamília".

O conceito de agricultura familiar engloba necessariamente três aspectos fundamentais: família, trabalho e produção. Onde estes três componentes estiverem presentes, provavelmente estará se configurando uma situação de produção familiar, não importando a área do estabelecimento, o valor da produção e da renda obtida, se o padrão tecnológico é moderno, tradicional ou de transição ou se a produção é orientada para o mercado ou para a subsistência.

A análise que deve ser feita é sobre a tendência da produção de leite nesta região onde predomina a agricultura familiar e, especialmente se existe um processo de exclusão destes pequenos produtores.

Embora não existam dados disponíveis sobre o número de produtores que atuavam na região de União da Vitória, em função da transição do gerenciamento da captação de leite da CLAC para a Frimesa, depoimentos pessoais de técnicos de campo do laticínio, com mais de 10 anos de trabalho na assistência técnica local, dão conta que esse fenômeno não é predominante, pelo menos na bacia leiteira de União da Vitória.

José Grazziano da Silva (1996) observa que a tendência é para uma centralização cada vez maior da produção nas mãos de grandes e médios empresários. Esta hipótese é compartilhada por Leite (2001), ao demonstrar que os preços recebidos pelos produtores de leite têm decrescido a uma média de R$ 0,033/ano, nos últimos 25 anos, o que pode implicar na redução das margens, com forte impacto na necessidade de escala para viabilizar a manutenção na atividade.

[9] Uma discussão mais aprofundada sobre agricultura familiar pode ser encontrada em LAMARCHE, H. (1993).

Para os mesmos autores, a tendência é de que só deverão permanecer nas atividades agropecuárias, os produtores integrados às cadeias agroindustriais, que ao adotarem tecnologias modernas, alcançam as economias de escala mínima necessária. Os produtores que permanecerem não integrados e forem pequenos desaparecerão ou terão que procurar melhorar seu poder de barganha frente os grandes capitais verticalmente integrados, buscando outras formas de organização, como cooperativas, por exemplo. Os produtores não integrados, do ponto de vista produtivo, irão desenvolver atividades marginais e de sobrevivência, como produção para o autoconsumo e venda da produção diretamente no mercado local, mesmo que algumas dessas atividades possam tornar-se lucrativas, em função de nichos de mercado, como é o caso da comercialização de produtos agroecológicos.

A explicação, segundo tais autores é de que a modernização da agropecuária no Brasil, além de excludente, é lenta. No caso da atividade leiteira , pode tratar-se do que se denomina de "modernização conservadora" .

A tendência de que haja um crescimento do processo de exclusão e proletarização do campesinato, devido à lógica do mercado. José Grazziano da Silva (1996) afirma que "a elevação da escala mínima para permanecer na atividade obriga o pequeno produtor a empreender uma tecnificação contínua, como se fosse uma corrida numa esteira rolante, na qual por mais que se esforce, continua sempre no mesmo lugar, ou então precisa correr muito para continuar no mesmo lugar". Esta proletarização aconteceria nos segmentos mais pobres dentre os pequenos produtores, que passarão a se dedicar à produção para o autoconsumo da família ou que usarão a terra que possuem apenas como local de moradia, indo empregar-se em outros estabelecimentos ou em atividades não-agrícolas, no próprio meio rural ou urbano.

Embora nos municípios que compõe a bacia leiteira de União da Vitória está realidade também seja observada, nos parece ser mais aplicável a observação feita por Gomes (1996, p.102):

> Quase sempre previsões extremadas do tipo 'pequeno produtor irá desaparecer' são desmoralizadas com o passar do tempo. A verdade é que o pequeno produtor (de leite) sobrevive desafiando explicações que, aparentemente, se baseiam em modelos lógicos.

O baixo risco da exploração, onde o produtor acaba regulando sua produção para mais ou para menos, em função da alimentação do rebanho é um dos fatores que podem explicar esta afirmação. Diferentemente de atividade como suinocultura ou avicultura, por exemplo, que são extremamente dependentes de alimentação concentrada e, normalmente, com grande necessidade de insumos externos à propriedade com alta dependência financeira, a bovinocultura de leite possui características que causam menos dependência. Em última instância, se o preço pago pelo leite estiver muito abaixo da expectativa, a alimentação do rebanho acaba sendo apenas a pastagem nativa, sem o aporte de praticamente nenhum outro investimento.

Outra questão importante, que parece contribuir para transgredir a "tendência lógica do desaparecimento" é a elevada liquidez do capital imobilizado em animais, o que acaba se constituindo em um capital de reserva na propriedade, que, por pior que seja o manejo utilizado, sempre aumenta, podendo ser convertido em moeda rapidamente, através da venda para terceiros na condição de animais leiteiros ou, em última instância, na comercialização como carne.

Como nas pequenas propriedades, onde também se pratica a agricultura com o plantio de espécies anuais, como milho, feijão, fumo e erva mate, a renda principal tenha caráter anual, a produção de leite, mesmo que em pequenos volumes, acaba garantindo a entrada de uma renda de frequência mensal, o que passa a ser altamente interessante no reforço do orçamento familiar. Note-se que, de acordo com a tabela 20, onde são demonstrados os diferentes estratos de produção e o número de produtores em cada um deles incluídos, na região de União da Vitória, 170 produtores, o que equivale a 35% do total, entregam diariamente menos de 20 litros de leite ao laticínio, o que proporciona uma renda média mensal pouco maior que meio salário mínimo. Se forem considerados os produtores com entrega diária até 50 litros, o que corresponde a 70,6% do número total de produtores, a renda média mensal com o leite, deste estrato de agricultores familiares, situa-se em aproximadamente 1,2 salários mínimos, muito embora sejam responsáveis por 27,8% da produção total da região.

5.1.5 Granelização da coleta

Em ambas a bacias, o leite atualmente tem toda a coleta granelizada.

O processo na região de Castro iniciou-se muito antes, já em meados da década de 90, consolidando-se totalmente em 1998. Em União da Vitória, ocorreu mais tarde e de forma mais abrupta, somente em 1999, muito embora tenha sido adiado desde 1995. A grande dúvida era sobre o funcionamento da implantação da coleta à granel em linhas de leite onde predominavam pequenos produtores. Além da melhoria substancial da qualidade do leite produzido, não houveram problemas de qualquer ordem, demonstrando que agricultura familiar e coleta àgranel são duas realidades que podem conviver sem prejuízo algum.

5.2 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA BACIA LEITEIRA DE CASTRO

A região de Castro, que inclui o município de Castro e Carambeí, nas proximidades de Ponta Grossa, no Paraná, destacou-se na produção de leite, não somente pela quantidade produzida, tornando-se uma das mais importantes bacias leiteiras do país, mas principalmente pela produtividade de seu rebanho e qualidade do leite produzido, razões que levaram a região a tornar-se uma referência em pecuária leiteira modernizada, onde a tecnologia empregada sempre balizou o cenário leiteiro nacional.

Isto não aconteceu por acaso. Foi esta região um dos principais destinos de imigrantes holandeses que vieram para o Brasil na metade do século passado. Os colonos trouxeram da Holanda a tradição e boa parte do conhecimento para atuar na pecuária de leite. Unidos pela mesma cultura, os agricultores holandeses formaram as cooperativas, nos três núcleos de produção em Arapoti, Carambeí e Castro, trabalhando de forma integrada e comercializando seus produtos com a marca Batavo.

5.2.1 Venda para a PARMALAT

Embora as três cooperativas que formavam o chamado grupo ABC (Arapoti, Batavo e Castrolanda) aparentemente estivessem distante da crise vivida pela quase totalidade das cooperativas brasileiras, sua realidade não era diferente. Uma estrutura administrativa inchada, a dificuldade na tomada de decisões em momentos importantes, um processo de endividamento crescente e, por fim, o aprofundamento

da crise no setor leite, carro chefe da marca Batavo, fizeram com que 51% da indústria fosse vendida para a multinacional italiana Parmalat, há três anos.

A principal conseqüência para o produtor associado às cooperativas foi a perda do poder de definição no preço de leite e a total submissão à Parmalat. As dificuldades, até então uma realidade das cooperativas, atingiram os produtores, em função da diminuição do preço do leite.

5.2.2 A formação do Pool de comercialização

Em maio de 2001, os produtores da cooperativa Castrolanda tomaram a decisão da formação de um "pool" de produtores, buscando a comercialização conjunta do leite produzido e não mais entregando o leite para a Parmalat. A plataforma original da formação do pool tinha como objetivos:

a) desenvolver uma visão estratégica para a cadeia de produção do grupo ABC, incluindo a formação de parcerias e contratos de longo prazo com clientes potenciais de mercado;

b) definir e coordenar a política do leite ABC, integrando as condições de mercado e de produção e realizando o processo interno de comunicação, definição de preços, tabelas de pagamento, padrão de qualidade, sistema de cotas e demais condições referentes ao planejamento e execução das políticas de produção, do controle de qualidade, da coleta, transporte e comercialização;

c) profissionalizar o processo de comercialização do leite, especialmente com a Batavia, estabelecendo uma relação comercial, a partir das condições de mercado, independente da relação institucional das Cooperativas enquanto acionistas da Batavia, cabendo ao pool negociar a venda de leite junto às empresas clientes, eventuais compras para suprir contratos, bem como negociar alternativas de processamento e estocagem de produção excedente;

d) comercializar o leite ABC em conjunto, através de uma única estrutura de coordenação e de operação;

e) Implantar e executar um sistema único de remuneração por volume e por qualidade;

f) administrar a logística de coleta e transporte, visando otimizar as rotas para reduzir os custos;

g) assegurar a rastreabilidade da cadeia de produção, planejando e coordenando as políticas de produção, de fomento, de controle sanitário, de assistência técnica e de qualidade, visando garantir o suprimento de volumes com qualidade superior.

Segundo Nassar, Nogueira e Farina (2002), que realizaram um estudo de caso sobre o Pool Leite ABC, a análise comparada dos preços pagos aos produtores e as cotações do mercado mostra que de janeiro de 1997 até novembro de 1999, a variação acumulada nos preços nominais de mercado foi de 16,4%, ao passo que os preços pagos aos produtores da bacia leiteira do ABC acumularam um alta de 2,7%. Um aspecto que deve ser ressaltado é que os preços recebidos pelos produtores desta região tem a ser mais elevados do que nas demais regiões do Paraná, em função da proximidade com o mercado consumidor e o elevado padrão de qualidade do leite produzido.

No início, apenas os produtores associados da Castrolanda entraram na formação do pool. As demais cooperativas, mesmo não aderindo de imediato ao pool, começaram a atuar de forma isolada, com seus produtores comercializando o leite independentemente, não tendo mais a Batavia como único destino.

Buscando a reintegração de seus produtores, a Batavo passou a fazer parte do pool, o que elevou o volume comercializado de 6 para 11 milhões de litros mensais. A Capal - Cooperativa de Arapoti Ltda não seguiu na mesma direção, sendo que atualmente seus produtores comercializam seu leite de forma individual ou em grupos, sem nenhum vínculo com a cooperativa.

A análise dos dados de produção no pool ABC, quando comparado com os números da região de União da Vitória, evidenciam a enorme diferença entre as duas realidades. Na região de Castro, dentre os produtores participantes do pool, 21% dos produtores são considerados “pequenos”, com produções diárias inferiores a 250 litros por dia, sendo responsáveis por apenas 3,22% da produção total do pool. Na faixa de produção que vai de 250 – 500 litros, estão 26% dos produtores,

que participam com 9,08% da produção. Entre 500 e 1000 litros, estão 23% dos produtores que são responsáveis por 15,26% da entrega total de leite. Por outro lado, apenas 39 produtores (10,3% do total) produzem diariamente mais de 3.000 litros de leite, participando com 45,5% da produção.

Tabela 21 - Dados gerais da produção na bacia leiteira da Cooperativa Batavo (1995 - 2002)

Ano	Produção	Nº Produtor	Produção Diária/Produtor	Média Produção Diária	Nº animais Lactação	Lactação Por Animal
1995	65.471.269	385	472	181.865	12.590	5.200
1996	70.725.268	381	516	196.459	13.350	5.298
1997	69.669.364	345	561	193.526	13.150	5.298
1998	68.634.875	323	590	190.652	12.950	5.300
1999	78.364.057	296	735	217.678	14.250	5.499
2000	81.742.163	268	847	227.062	14.860	5.501
2001	65.711.718	202	904	182.533	12.000	5.476
2002	58.110.492	202	799	161.418	12.000	4.843

Fonte Pool de Leite ABC

Tabela 22 – Dados gerais da produção na bacia leiteira da Cooperativa Castrolanda (1995-2002)

Ano	Produção	Nº Produtores	Produção Diária/Produtor	Média Produção Diária	Nº animais Lactação	Lactação Por Animal
1995	54.646.000	288	528	151.794	10.500	5.204
1996	60.042.000	266	628	166.783	10.900	5.508
1997	60.833.000	288	587	168.981	11.200	5.432
1998	66.977.000	284	655	186.047	11.700	5.725
1999	75.650.000	228	921	210.139	12.300	6.150
2000	81.074.083	204	1.103	225.206	12.500	6.486
2001	83.786.000	204	1.141	232.739	13.000	6.445
2002	90.265.522	203	1.235	250.738	13.000	6.944

Fonte Pool de Leite ABC

Tabela 23 - Produção média diária e número de produtores por faixa de produção (Janeiro 2003)

Faixa Produção	Total Produtores	Média/Dia	%Participação
0-250	80	13.284	3,22
251-500	101	37.477	9,08
501-1000	86	63.026	15,26
1001-1500	45	54.503	13,2
1501-2000	18	31.726	7,68
2001-2500	11	25.180	6,1
2501-3000	7	19.271	4,67
30001-3500	6	19.707	4,77
3501-4000	8	29.412	7,12
4001-5000	4	17.505	4,24
5001-6000	6	31.699	7,68
6001-8000	3	22.104	5,35
Mais de 8000	5	47.999	11,62

Fonte: Pool de Leite ABC

5.2.2.1 Razões do Sucesso do Pool ABC

O principal fator que tem levado a iniciativa do pool ABC é, antes de mais nada, o volume comercializado, que atinge cerca de 440 mil litros diariamente, com excelente padrão de qualidade e garantia de sanidade, fazendo com que várias empresas tenham interesse em sua aquisição. As principais características que contribuem para que a região seja destaque na produção de leite:

a) O elevado volume de leite produzido é coletado dentro de pequenas distâncias, diminuindo os custos de captação;

b) A ocorrência de baixos custos de logísticas, com ótima estrutura de vias de acesso em todos os produtores;

c) A alta tecnologia empregada pelos produtores do pool: toda a coleta é feita à granel já há alguns anos. Além disso, 100% da ordenha é mecanizada e as raças utilizadas são da mais alta qualidade, atingindo produtividades médias acima de 6 mil litros/animal/ano;

d) A média de produção por produtor é considerada alta, quando comparada com outras regiões produtoras, atingindo 1.200 litros/dia/produtor. Do total de produtores, 30,8% produzem até 250 litros/dia, 21,1% produzem entre 250 e 500 litros, 21,1% entre 500 e 1000 litros diários, 11,7% produzem entre 1.000 e 1.500 litros/dia e 15,3% produzem mais de 1500 litros diariamente.

e) A sazonalidade da produção é baixa e vem diminuindo progressivamente, o que uniformiza a oferta de matéria prima durante todo o ano.

5.3 AS BACIAS LEITEIRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA E CASTRO E A ECT

A partir da realidade encontrada na Bacia Leiteira de União da Vitória, que envolve também produtores do norte de Santa Catarina, caracterizada tipicamente por agricultores familiares, em sua grande maioria, e a Bacia Leiteira da região de Castro, onde o nível tecnológico é mais alto e a média de produção por produtor é pelo menos vinte vezes superior, buscou-se relacionar as informações obtidas com os fundamentos teóricos da ECT. Em ambos os casos, os produtores são associados à cooperativas (CLAC/FRIMESA, no primeiro caso e Cooperativa Castrolanda e Batavo, no segundo). Assim, a partir das informações sobre o ambiente institucional, as características das transações e dos agentes, bem como os tipos de contratos, tornou-se possível analisar a estrutura de governança das organizações pesquisadas.

Considerou-se, para efeito desta análise, que a cadeia na qual as organizações estudadas se encontram é composta a montante por produtores de leite e a jusante por padarias, pequenas mercearias, verdurões e supermercados e grandes redes varejistas.

5.3.1 Características das transações

5.3.1.1 Bacia Leiteira de União da Vitória

Todo o leite produzido nas diversas linhas é coletado e entregue à Frimesa, empresa pertencente a SUDCOOP, Central de Cooperativas singulares sediadas na região oeste do Paraná, que industrializa o leite oriundo desta região em seu parque industrial localizado na cidade industrial, em Curitiba.

5.3.1.2 Bacia Leiteira de Castro

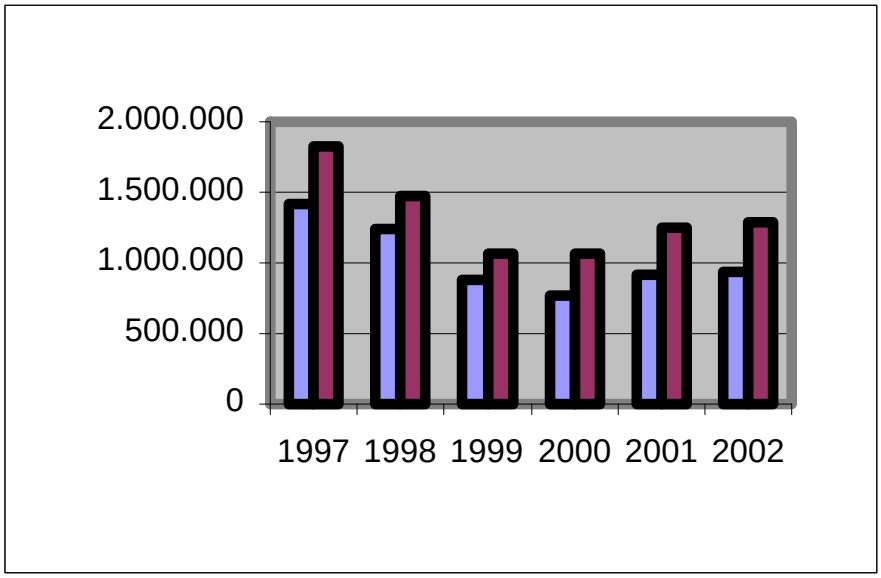
Os fornecedores das cooperativas Batavo, de Carambeí, e Castrolanda, em maio de 2001, formaram o “Pool ABC”, negociando o leite em conjunto. Isto aconteceu, depois que a multinacional italiana Parmalat comprou 51% das ações da indústria Batavo, que industrializava o leite das três cooperativas. Atualmente são 403 produtores que comercializaram através do Pool, cerca de 150 milhões de litros de leite, em 2002. A média de cada propriedade participante do Pool é de 1.020 litros/dia (Mundo do Leite, nov. 2002).

O leite, por ser uma commodity, possui uma especificidade de ativos baixa. No entanto, verificou-se uma oscilação entre a produção nos períodos de safra e entressafra, o que trás uma grande instabilidade para a indústria laticinista, por aumentar a incerteza no volume de leite a ser transacionado, gerando um aumento nos custos de transação. Na bacia leiteira de União da Vitória, foi observada a maior diferença entre a produção de verão e de inverno, teoricamente, aumentando os custos de transação. O percentual médio de diferença nos últimos seis anos (1997-2000) foi de 30%, sendo que o maior índice encontrado neste período foi no ano de 2000, quando atingiu 38,9% (tabela 24).

Tabela 24 - Sazonalidade da produção na bacia leiteira de União da Vitória (1997 - 2000)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Entressafra	1.418.039	1.239.157,20	875.569	766.940	913.831	930.788
Safra	1.819.728	1.472.764	1.067.947	1.065.251	1.248.725	1.286.246
Diferença	28,3%	18,9%	22,0%	38,9%	36,7%	38,2%

Figura 13 - Gráfico demonstrativo do volume produzido de leite nos períodos de verão e inverno.



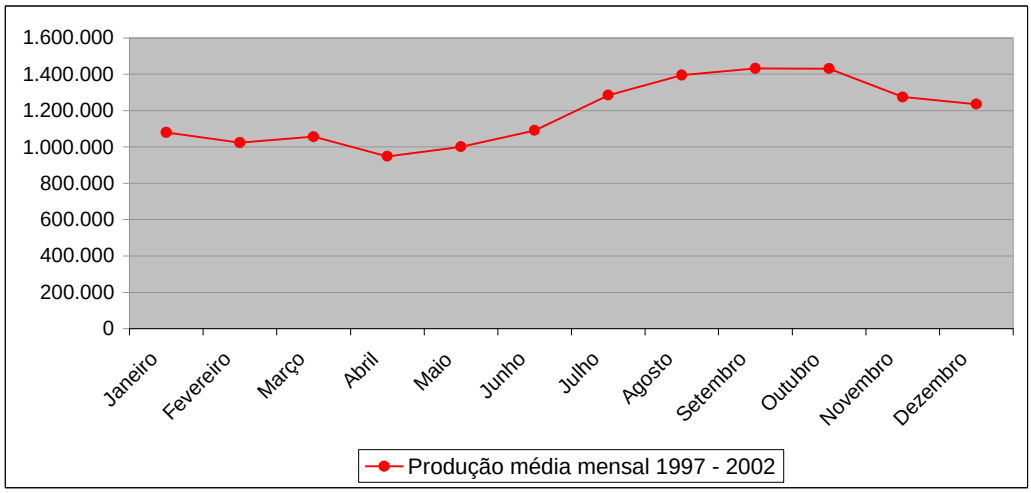
Fonte: Frimesa, complementado pelo autor

Cabe ressaltar que a alta variabilidade da recepção de leite nos laticínios dificulta a administração da produção, pois enquanto a demanda pelos produtos se mantém estável durante o ano, a oferta de leite varia, o que obriga os laticínios a reterem estoques para comercialização, aumentando os custos de estocagem. Além disso, a indústria é obrigada a manter uma estrutura física e de pessoal sempre maior que suas necessidades, o que aumenta tanto os custos de produção quanto os custos de transação.

Observou-se que, no caso de União da Vitória, a capacidade instalada para a produção é três vezes maior que a que vem sendo utilizada atualmente, ou seja, a organização está operando com apenas cerca de 33% do potencial instalado de que dispõe. A figura 13 mostra a diferença existente entre o volume produzido de leite nos períodos de verão e inverno e a demanda pelo produto final na empresa Frimesa.

Tal situação tende a gerar conseqüências nefastas para as empresas, pois, caso elas não forneçam os produtos conforme previamente contratado com os seus compradores, podem incorrer em multas contratuais, possíveis perdas de fatias de mercado, além do descrédito da marca perante os consumidores.

Figura 14 – Produção de leite ao longo do ano na Região de União da Vitória.



Fonte: Frimesa, complementado pelo autor

Com relação à freqüência das transações, verificou-se que elas ocorrem a cada dois dias10, entre o laticínio e os produtores, enquanto que com os clientes ocorrem diariamente, quinzenalmente e mensalmente (dependendo do produto comercializado). Contrariando a hipótese de que uma maior freqüência de transações reduziria a ocorrência de ações oportunísticas, a realidade observada demonstrou que tais ações têm sido bastante freqüentes, envolvendo ambas as partes.

Teoricamente, seria de se esperar que não ocorressem ações oportunísticas entre os produtores de leite e os laticínios, pelo fato da freqüência das transações ocorrerem com frequência de dois dias. No entanto, observou-se que ainda não são raros os produtores que adulteram o leite, seja com água ou com antibióticos, entre outros, trazendo prejuízos aos laticínios. Em ambas as bacias leiteiras, existe já há vários anos o pagamento de leite em função da qualidade11, que além de bonificar o produto em função de várias análises feitas regularmente, também possui mecanismos de punição para produtores que promovem aguagem no leite ou não

[10] Com a implantação da coleta a granel na totalidade das duas bacias, a frequência que era diária, passou a ser a cada dois dias.

[11] As cooperativas Batavia, Castrolanda e Arapoti foram as pioneiras no país, no pagamento por qualidade, instituído no final dos anos 80, o mesmo acontecendo com a CLAC, alguns meses depois.

tomam os devidos cuidados de carência no uso de antibióticos, seja com dolo ou não.

A ocorrência de ações oportunísticas por parte dos laticínios pode ser explicada por outras variáveis também contempladas pela ECT, que são a elevada especificidade dos ativos dos produtores, o que limita a sua saída da atividade; a racionalidade mais limitada dos produtores em relação aos laticínios e o ambiente institucional, particularmente no que tange àlegislação vigente no país, que favorece mais a indústria que os produtores.

Caracterizam-se também como oportunismo por parte da indústria, a questão da diferença entre o valor do leite pago aos produtores e o preço pago pelo consumidor final, o que nem sempre é compreendido pelos produtores, levando a divergências e reclamações constantes e a desconfiança dos produtores de que a indústria ou os varejistas estão se apropriando de forma oportunista, já que o comportamento do preço do produto final não obedece a mesma lógica do preço final pago ao produtor. O fato de que o produtor só fica sabendo do preço do produto que entrega à indústria, no momento do pagamento, pode ser também entendido como um oportunismo do laticínio.

5.3.2 Características dos agentes

Basicamente, os seguintes aspectos favorecem o poder de negociação dos laticínios junto aos produtores:

no caso da bacia leiteira de União da Vitória há uma grande dispersão geográfica dos produtores, em sua maioria pequenos, o que leva a um baixo poder de barganha;

a) a grande assimetria de informações (principalmente num mercado turbulento);

b) a racionalidade do produtor é mais limitada que a do laticínio;

c) a assimetria de poder econômico entre o laticínio e os produtores de leite

Embora ainda seja possível afirmar que o poder de negociação dos laticínios junto aos produtores é grande, devido à grande competição no âmbito da indústria

pelo fornecimento de leite, as ações oportunísticas por parte dos laticínios ficaram limitadas. Isso tem ocorrido particularmente devido ao fato de que, com a granelização, outras indústrias situadas geograficamente mais distantes passaram a buscar o produto em regiões mais afastadas, competindo com indústrias locais. Exemplo disso é o que vem acontecendo na região de União da Vitória, onde a CLAC/ Frimesa até então detinha praticamente a hegemonia na captação de leite e atualmente vem sofrendo a forte concorrência da multinacional francesa Danone, que não vem medindo esforços para adentrar nas linhas de leite já estabelecidas, comprando leite dos associados da cooperativa.

Um outro aspecto importante no que tange à alteração nas relações de poder na CAL, se refere ao fato de que, recentemente, alguns produtores passaram a se unir com o objetivo de dividir tanques comunitários, fato que tem acontecido mais notadamente na bacia leiteira de União da Vitória, onde há o predomínio de pequenos produtores. Acredita-se que, com tal mudança, deva diminuir a assimetria de poder e aumentar o poder de barganha dos produtores em relação aos laticínios. Deve-se entretanto, salientar que, devido ao fato da granelização ser algo novo no país, tal processo está ainda em evolução, estando, portanto, bastante indefinido. Muito embora a granelização e a eventual formação de associações relacionadas aos tanques comunitários possam aumentar o poder de barganha dos produtores, os laticínios têm incentivado tal formação. Acredita-se que a diminuição no número de fornecedores devido à associação de produtores e o maior volume de produto por fornecedor deverá diminuir os custos de transação, além de diminuições nas distâncias das linhas de leite, reduzindo os custos de transporte. Espera-se ainda que, com a granelização, as empresas tenham um fluxo mais contínuo de produção, uma maior qualidade do leite recebido (que hoje representa uma grande restrição para a indústria) e uma diminuição da necessidade de mão-de-obra nas plantas industriais. Apesar de a racionalidade dos produtores ser mais limitada que a dos laticínios, freqüentemente ocorrem ações oportunísticas, sendo que as mais típicas são:

a) a troca constante no fornecimento, levando a inconstâncias no fluxo de produção da indústria, trazendo dificuldades para o estabelecimento de contratos com compradores e eventualmente conduzindo a perdas de fatias do mercado;

b) divisão do leite entre duas ou mais indústrias, objetivando tirar vantagens da relação com múltiplos compradores;

c) adulteração do leite, principalmente com água.

d) fornecimento de leite proveniente de animais que vêm sendo medicados com antibióticos, corticóides, anti-inflamatórios, vermífugos, entre outros fármacos veterinários.

Embora os laticínios tenham condições técnicas de identificar tais tipos de fraudes, a necessidade de a indústria estar constantemente monitorando a possibilidade de ações oportunísticas por parte dos produtores aumenta os custos não somente de produção, mas também os de transação.

Com relação às grandes redes de supermercados, verifica-se um crescente incremento no poder de negociação em relação à indústria. Assim, em função da crescente concentração do segmento varejista, há uma tendência de diminuição do poder de barganha das indústrias. O gigantesco incremento das vendas de leite longa vida veio contribuir sobremaneira para o fortalecimento do poder de barganha das grandes redes de supermercados, que tem recorrido inclusive à importações próprias de grandes volumes de leite, oriundos de vizinhos do Mercosul.

5.3.3 O Ambiente Institucional na ECT

Com relação ao ambiente institucional, verificou-se a falta de um aparato legal que proteja os produtores de leite contra ações oportunísticas, seja dos laticínios e até mesmo do governo, que tem sido permissivos em relação à entrada de produtos importados freqüentemente subsidiados na origem no mercado brasileiro. Assim, a baixa especialização dos produtores observada pode ser em parte explicada pela histórica carência de políticas consistentes para o setor leiteiro, que torna o ambiente institucional bastante turbulento.

Além disso, a falta de fiscalização por parte dos órgãos públicos sobre produtos fora de especificação favorece a entrada de concorrentes com níveis de qualidade inferiores e preços muito baixos, o que representa uma concorrência desleal para as indústrias que trabalham com padrões de qualidade mais elevados.

Cabe ressaltar que a falta de exigências dos órgãos públicos brasileiros em relação aos produtos fora de especificação encontra justificativas no problema crônico de insuficiência de pessoal nos quadros dos serviços de inspeção de lácteos, o que prejudica de sobremaneira toda a cadeia produtiva do setor. Espera-se que o novo governo que ora se inicia, trabalhe no sentido de mudança desta realidade, em última instância, contribuindo para diminuir os custos de transação do setor.

A histórica instabilidade do setor leiteiro no país conduziu os produtores a um ceticismo e a uma desconfiança crônica quanto ao futuro. Assim, como mecanismo de sobrevivência, os produtores adquiriram uma cultura reservada e cautelosa em relação à investimentos e à especialização, preferindo as estratégias emergentes em detrimento das deliberadas. Isso reforça a cultura da manutenção de "contratos verbais" entre as partes.

Embora a região na qual as empresas estudadas se encontram sejam importantes tanto do ponto de vista do volume produzido (a bacia de Castro é a maior produtora individual paranaense de leite), como do ponto de vista de importância da manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar (realidade da bacia leiteira de União da Vitória), verifica-se a ocorrência de uma falta de união das indústrias, o que limita a adoção de ações conjuntas em favor do setor perante os órgãos públicos. Tal fato pode ser observado, com raras exceções, em todo o país.

5.3.4 Tipos de Contratos

No caso da Bacia Leiteira de União da Vitória, o caráter informal de relação entre fornecedores e indústria dificulta o estabelecimento de contratos ou de regras formais sobre compra e venda de leite, no que tange a compromisso de volume a ser entregue por parte do produtor e do preço a ser pago pela indústria.

A Frimesa fornece assistência técnica de campo e arca com os custos das análises laboratoriais, sendo que o transporte é custeado pelo produtor.

Assim, a relação entre os laticínios e os fornecedores de leite dá-se quase que exclusivamente sob a forma de acordos verbais que, devido à cultura do setor, apresentam resistência pela adoção de contratos escritos.

A falta de contratos escritos entre o Agregado 1 e o Agregado 2 dá margem a ações oportunísticas de ambas as partes, seja do laticínio que detém o poder total sobre a formação de preço, ou do produtor, que vê-se tentado a mudar para o

Agregado 2 que momentaneamente esteja pagando um preço supostamente mais alto. Isso também acaba contribuindo para o aumento dos custos de transação

Acredita-se que, devido às incertezas quanto ao futuro do setor, torna-se difícil estabelecer contratos de longo prazo, o que faz com que os contratos relacionais, por abrirem espaços para renegociações e adaptações futuras, sejam os mais indicados.

Na bacia leiteira da região de Castro, existe um contrato formal entre o Pool de produtores ligados às três cooperativas e a Cooperativa de Laticínios de Sorocaba – Colaso, que adquire todo o leite produzido. Neste caso, o transporte é custeado pela compradora e as três cooperativas que agregam os produtores ficam responsáveis pela assistência técnica nas fazendas e pelas análises laboratoriais do leite.

O contrato existente entre o Pool e a Colaso não prevê nenhum índice que fixe o preço previamente, muito embora essa seja a vontade da compradora. Está em estudo a fixação de uma banda para definir os pagamentos na fazenda, com a definição de uma cesta, a partir dos preços no varejo do leite fluido e de sobremesas lácteas, para determinar o preço.

5.3.5 Estrutura de Governança

A estrutura de governança encontrada nos laticínios estudados foi a forma mista entre a terceirização completa e a integração vertical completa, conforme previsto no modelo teórico. Dessa maneira, as organizações têm buscado congregar as suas competências essenciais com as de terceiros, ampliando sua competitividade de maneira global.

Cabe ressaltar que a integração vertical da produção de leite, bem como da coleta e transporte, além da contabilidade e distribuição dos produtos representaria a retenção de ativos fixos em atividades que não representam competências essenciais dos laticínios, o que aumentaria a estrutura de custos, tornando-as pouco flexíveis para reagir às mudanças ambientais.

A comercialização dos produtos ao consumidor final é totalmente terceirizada por meio de contratos com as grandes redes de supermercados, padarias, mercearias, entre outras.

5.4 AS NOVAS DEMANDAS PARA O ELO DA PRODUÇÃO

5.4.1 Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite - PNMQL

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura elaborou uma nova Legislação para o leite no País. A Portaria n.º 56 foi publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 1999. O objetivo é modernizar as normas de produção, transporte e da comercialização de leite no país. A portaria que deveria ter entrado em vigor em 1999, teve vários questionamentos, já que praticamente excluiria da cadeia produtiva os pequenos produtores, por conter exigências incompatíveis com a baixa escala de produção de um grande número de agricultores familiares. Depois de uma ampla discussão que mobilizou toda a cadeia produtiva, especialmente o elo da produção, notadamente os representantes da agricultura familiar, no dia 18 de setembro de 2002, foi publicada a Instrução Normativa n.º 5112, que aprovou os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos a esta Instrução Normativa.

Principais pontos alterados:

a) temperatura de refrigeração do leite: o limite máximo de temperatura na propriedade rural foi elevado de 4 para 7.º C, alcançados no máximo em até 3 h após o término da ordenha e de 7 para 10.º C no momento de sua entrega no estabelecimento industrial;

b) permissão da utilização de tanques de resfriamento comunitários sem restrição de capacidade de estocagem, quantidade de produtores por tanque e limite de tempo para entrega do leite na unidade em que o tanque comunitário estiver instalado. Na portaria 56, o prazo era de até 1 hora após a ordenha;

c) permissão da utilização do tanque de imersão, sem restrição;

[12] A Instrução Normativa 51, na íntegra pode ser encontrada em: < http://www.agricutura.gov.br/>

d) permissão do uso de equipamento convencional de pasteurização lenta (LTLT) em estabelecimentos com inspeção estadual ou municipal, desde que apresente dispositivos e acessórios para controle e registro do processo;

e) continuidade do uso de latões para transporte do leite em temperatura ambiente,

f) com prazo máximo de entrega do leite de até 2 h após ordenhado.

g) diminuição da periodicidade de análise do leite por produtor.

Se, do ponto de vista mais crítico, tal flexibilização possa ter significado a perda de uma oportunidade para uma mudança mais radical dos parâmetros para a produção de leite no Brasil, de outro, foi a responsável pela não exclusão da atividade leiteira de milhares de produtores familiares, o que, sem dúvida, causaria um grande impacto social, sem precedentes no país.

A portaria 56 do Ministério da Agricultura e Pecuária continha vários pontos considerados "excesso de zelo" , muito embora sua intenção, do ponto de vista de preocupação com a qualidade com o leite nacional, fosse válida. Muitos países, considerados grandes exportadores mundiais de leite até hoje não possuem regras tão rígidas como a mencionada portaria previa.

A mobilização dos agricultores familiares foi tão expressiva que sensibilizou as autoridades brasileiras, convencendo-as dos grandes prejuízos sociais que causaria, se fosse aprovada em sua concepção original. Mostrou também que a organização da cadeia, dentro dos subsegmentos da produção, diferenciados pelo volume de leite produzido, possuía maior poder de articulação do que anteriormente se imaginava.

As alterações da portaria atingiram diretamente mais de 80% dos produtores da região de União da Vitória, onde dentre cerca de 500 produtores regulares, apenas 39 possuem atualmente resfriador de leite de expansão direta, um dos pontos mais polêmicas da portaria 56. Já na bacia leiteira de Castro, 100% dos produtores possuem resfriadores de expansão.

5.4.2 Adequação dos pequenos produtores às novas normas

Uma demanda importante para os produtores familiares da região de União da Vitória é a aquisição de resfriadores de imersão13, já que, segundo estimativas da Frimesa, apenas 60% dos produtores possuem o equipamento, que é necessário para a adequação àInstrução Normativa 51

5.4.3 Redução do custo de produção

A queda drástica verificada no preço pago ao produtor de leite nos últimos anos parece ser a nova realidade do setor, com o preço variando entre US$ 0,10 - 0,12. A alteração deste quadro só seria possível diante de grandes choques de oferta ou de demanda, o que parece improvável, visto que o crescimento da produção não acontece de forma brusca e o aumento do consumo de leite e derivados só é possível com o aumento da renda da população, o que também não se dará de forma repentina.

Dentro disso, o grande desafio ao produtor, independente de seu tamanho e do sistema de produção utilizado reside na diminuição do custo de produção, situação que depende do emprego de tecnologias adaptadas a cada situação. A intensificação da produção de leite a pasto parece ser o caminho mais viável, bem como o aumento da escala de produção, dentro de cada realidade, mesmo nos produtores familiares.

5.5 PRINCIPAIS PONTOS CRÍTICOS QUE IMPLICAM NA EXCLUSÃO

5.5.1 Preço ao produtor

Todos os produtores, sem distinção, depositam no preço recebido o maior problema do setor, transformando-se no grande fator de exclusão na atividade leiteira. O fator preço está diretamente relacionado com a questão do custo de produção, embora isso não seja, normalmente, reconhecido pelos produtores.

5.5.2 Alto custo de produção

[13] Resfriadores tipo imersão ou resfriadores para tarros são equipamentos mais simples que funcionam através de uma unidade de frio que resfria a água, onde os tarros de leite são imersos. Estes resfriadores não possuem a mesma capacidade de resfriamento rápida que os resfriadores de expansão direta.

O custo de produção dentro de cada sistema é o principal fator que acaba inviabilizando a continuidade da exploração leiteira na propriedade. A questão está profundamente ligada a aspectos culturais e hábitos dos produtores, mais notadamente com relação à alimentação. Exemplo disso é o fornecimento de milho aos animais, de forma isolada e independente da produção de cada animal, constituindo prática inócua do ponto de vista de produção, porém de alto peso dentro da composição do custo final de produção.

A alimentação diferenciada para animais de diferentes capacidades de produção, bem como dentro dos diferentes períodos de lactação, além do uso inadequado de medicamentos veterinários são pontos comumente observados e que contribuem para o aumento do custo de produção.

5.5.3 Círculo vicioso do preço baixo x baixa produtividade

Uma constatação verificada na produção leiteira, especialmente na bacia leiteira de União da Vitória, embora o mesmo ocorra em bacias menos desenvolvidas, é a ocorrência do preço baixo pago pelo leite justificando a não adoção de tecnologias que possam contribuir para melhorar a produtividade. Sem aumento da produtividade, o custo tende a tornar-se o principal limitador da permanência na atividade e um dificultador para o aumento da produção e qualidade, o que acaba justificando o preço baixo.

5.5.4 Insegurança quanto ao futuro

Durante o período crítico da crise na CLAC, a instabilidade entre os produtores era muito grande. Não havia perspectiva clara de como seria o futuro da comercialização de leite na região. Este também foi um fator que contribuiu para um relativo atraso no uso de várias tecnologias. Com a encampação pela Frimesa das linhas de leite na cooperativa, em maio de 1999, tais dúvidas se dissiparam.

Até a publicação da instrução normativa 51, em setembro de 2002, havia no setor leiteiro uma apreensão geral quanto ao futuro. A simples iminência da entrada em vigor das novas normas do leite no país, levou vários produtores a abandonarem a atividade. A sua publicação, contemplando as reivindicações dos pequenos

produtores trouxe uma certa calmaria, que traduziu-se como segurança aos produtores da bacia leiteira da região de União da Vitória.

5.5.5 Disponibilidade de mão-de-obra

Um fato comum encontrado nas propriedades de agricultores familiares na região de União da Vitória, é a emigração da mão-de-obra jovem para os grandes centros urbanos. A origem européia acaba abrindo as portas para empregos domésticos, especialmente na capital paulista. É surpreendente o número de filhos de pequenos agricultores que foram embora em busca de alternativas de vida.
Como a maioria das propriedades é pequena e as perspectivas de renda são diminutas, os filhos deixam a área rural, permanecendo apenas os pais. Isto também tem sido um fator de exclusão dos produtores, uma vez que, principalmente por limitação de saúde, os mais velhos remanescentes acabam abandonando a atividade.

5.5.6 Limitação de área

Conforme já foi demonstrado anteriormente, a produção de leite paranaense tem seu maior estrato de produtores e de produção em propriedades menores que 100 ha. A região sul do estado é considerada a que possui o maior índice de cobertura florestal o que, aliado àtopografia acidentada, acaba se tornando um sério limitador quanto à área útil da propriedade e, em conseqüência, da produção de leite.

5.5.7 Baixa capacidade de investimento

A falta de linhas de crédito específicas ao pequeno produtor de leite, com juros menores que, quando existentes são de difícil acesso, constituem-se em outro fator de exclusão. A falta de capacidade para investimento, principalmente na correção da acidez e fertilidade dos solos, acaba levando à degradação das pastagens naturais existentes e ao fraco desenvolvimento de espécies cultivadas. Com isso, a produção de alimento fica comprometida pela pequena produção de

volumoso com baixa qualidade, o que ocasiona o aumento do custo de produção através de suplementação concentrada

5.5.8 Dificuldade de adequação às novas normas de qualidade

A aquisição de resfriadores de leite por parte dos produtores não dispõe de uma política de financiamento à longo prazo. As linhas de crédito bancário existem mas são de difícil acesso. Muito embora o preço relativo dos resfriadores de expansão tenha diminuído, em função da grande concorrência existente no setor, os resfriadores de imersão, agora de uso autorizado pela Instrução Normativa 51, são de difícil aquisição pelos pequenos produtores, especialmente quando se leva em conta que 70,6% dos produtores da região produzem menos de 50 litros/dia. Como a coleta à granel acontece a cada dois dias, têm-se que mais de 70% dos produtores, na média, utilizam apenas 25% da capacidade do resfriador com menor capacidade disponível (180 litros). Um produtor situado dentro deste estrato de produção necessita produzir durante cerca de seis meses para auferir uma renda bruta suficiente, somente para a aquisição de um resfriador de 180 litros.

Tabela 25 - Tipos e preços de resfriadores com diferentes capacidades

Tipo	Capacidade (l)	Preço (R$)	Custo unitário/ litro de capacidade (R$)
Imersão	180	1.590,00	8,83
	270	1.745,00	6,46
Expansão	510	5.980,00	11,73
	680	6.490,00	9,54
	810	6.580,00	8,12
	1000	9.520,00	9,52
	1200	10.270,00	8,56
	1500	10.840,00	7,23
	2070	12.100,00	5,85

Fonte: pesquisa de preços no mercado de União da Vitória, fevereiro 2003

5.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo procurou avaliar as principais mudanças ocorridas no SAG do leite no Paraná e nas bacias leiteiras de Castro e de União da Vitória. Desde 1980, a produção paranaense cresceu 73%. Nos últimos dez anos, o número de vacas ordenhadas no estado cresceu 28%, denotando uma expressiva melhoria de produtividade do rebanho.

A principal mudança que ocorreu e que trouxe maiores conseqüências à cadeia foi a diminuição no preço do leite ao produtor. Enquanto em 1990, o preço médio do Paraná foi de US$ 0,26, em 2002, depois de quedas sucessivas, o preço chegou em seu nível mais baixo: US$ 0,10 . Este foi o principal fator de desestímulo ao produtor, conforme constatação das entrevistas realizadas nas duas bacias, independente do sistema de produção empregado.

A bacia leiteira da região de União da Vitória é caracterizada pela predominância de pequenos produtores, onde cerca de 35% deles produzem menos de 20 litros/dia e outros 36% produzem quantidades entre 21 e 50 litros diários. Estes dois estratos juntos são res`onsáveis por cerca de 28% da produção total da Frimesa na região. Fica evidenciado a importância da agricultura familiar na atividade leiteira, especialmente como um aspecto social.

A produção de leite em União da Vitória caiu cerca de 40% entre 1997 e 1999. A crise financeira que atingiu a cooperativa CLAC respingou também nos produtores. Com a entrada da Frimesa na captação de leite em 1999, a produção voltou a crescer em termos absolutos.

Já na região de Castro, a grande mudança ficou por conta da venda da indústria Batavo para a multinacional italiana Parmalat, em 1998. Depois disso, pressionados pelo baixo preço pago, os produtores buscaram novas formas de comercialização. Além de passarem a vender o leite de forma isolada, os produtores desta bacia, que é avançada tecnologicamente e possui um nível de qualidade bastante superior a média, formaram um pool de comercialização, que envolve cerca de 400 produtores, que vendem o produto para uma dezena de compradores diferentes, oriundos de várias partes do país.

A redução do custo de produção, uma imperiosa necessidade daqueles produtores que querem se manter na atividade e a adequação às novas normas

colocadas pela Instrução Normativa 51, especialmente no que tange à aquisição de tanques de resfriamento são as duas principais demandas para o segmento da produção.

Já os pontos críticos que implicam na exclusão de produtores na atividade leiteira são, pela ordem: o preço ao produtor, o alto custo da produção, a baixa produtividade, a insegurança quanto ao futuro, a disponibilidade de mão de obra, a limitação de área, a baixa capacidade de investimento e a dificuldade a adequação às novas normas de qualidade.

6 SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRONEGÓCIO DO LEITE NO BRASIL E NO PARANÁ

Neste capítulo serão discutidos as sugestões de políticas públicas e privadas para o desenvolvimento do agronegócio do leite no Brasil e no Paraná.

Muitas das reivindicações do setor, que vinham sendo solicitadas por toda a cadeia há muito tempo, acabaram acontecendo nos últimos cinco anos. Houve um fortalecimento das entidades de classe, o que confirma uma maior organização da cadeia, que possibilitaram avanços no campo político, que tiveram repercussão em todos os demais elos da cadeia.

Como principais avanços do setor leiteiro, podem ser citados os movimentos vitoriosos na defesa comercial, com a proibição da elaboração de leite longa vida a partir de leite em pó, o que desestimulou as exportações predatórias de leite, as elevações de alíquotas de leite em pó e queijos para 35% no caso de produtos fora do Mercosul, o que dificultou as importações subsidiadas na origem, além da necessidade de anuência prévia do Ministério da Agricultura nas importações de lácteos e da redução do prazo de financiamento das importações de lácteos.

Do ponto de vista de crédito, foi criado o Propasto, buscando recuperar pastagens degradadas, o Proleite para financiamento de equipamentos utilizados na produção leiteira.

Também, pela primeira vez, em 2000, o Plano de safra do Ministério da Agricultura trouxe também medidas que contemplavam a atividade leiteira. Foram autorizados os descontos da NPR e da DR. O leite foi incluído, no ano de 2002 na política de garantia de preços mínimos, objetivando reduzir a variação nos preços recebidos pelos produtores, onde as indústrias podem contratar financiamentos por meio de EGF’s.

No âmbito institucional, as CPI’s que ocorreram em todo o país tiveram um resultado bastante positivo, na medida em que chamaram a atenção não só dos governos e do setor agropecuário, mas de toda a sociedade para os problemas da cadeia do leite, especialmente do elo da produção.

6.1 PRINCIPAIS AVANÇOS DO SETOR LEITEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

A CAL do leite no Brasil sofreu intensas transformações, especialmente a

partir dos anos 90. As importações de produtos lácteos e a falta de especialização da grande maioria dos produtores brasileiros foram os maiores responsáveis pela crise vivida no setor nos últimos anos.

Houve, porém, avanços muito importantes em toda a cadeia de lácteos. Isso aconteceu de forma mais acentuada nos últimos cinco anos. Segundo Álvares, Bernardes e Netto (2002), no campo político, o fortalecimento das entidades de classe, bem como a convergência de suas propostas, possibilitou uma ação bem sucedida junto ao parlamento e ao executivo. A maior organização das demandas do setor facilitou, inclusive o trabalho das instituições de pesquisa e universidades.

A especialização do pecuarista, verificada através da melhoria dos índices de produtividade do rebanho e da elevação da produção, fez com que houvesse uma compensação provocada pelo declínio do número total de produtores, não afetando a indústria, que inclusive aumentou sua captação e passou a receber um produto com mais qualidade, especialmente em função da coleta a granel e do grande volume de leite resfriado na propriedade. Essa melhoria significativa da qualidade proporcionou que o país começasse a atuar no mercado mundial como exportador de leite.

Existe, contudo, muito a ser feito para o completo desenvolvimento da cadeia láctea brasileira. Uma maior transparência nas relações comerciais e o amadurecimento no relacionamento entre os diferentes elos da cadeia são necessários.

Os principais avanços do setor leiteiro no campo político e econômico tiveram repercussão em todos os demais elos da cadeia e foram conseqüências do fortalecimento verificado nos últimos anos das entidades representantes dos produtores de leite e de suas cooperativas. Várias entidades tiveram um papel importante neste contexto, merecendo destaque o trabalho desenvolvido pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, da Leite Brasil e da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, através de um articulado trabalho junto a Comissão Nacional de Pecuária de Leite (CNPL).

Houveram também conquistas importantes no plano fiscal, onde a maioria dos estados reduziu a alíquota de ICMS incidente sobre o leite longa vida, leite em pó, manteiga e alguns tipos de queijos. Mais uma vez verificou-se que a articulação entre várias entidades representativas foi um fator muito importante para que tais

avanços acontecessem, merecendo destaque a ABLV, Abild, Abiq e o Conselho Nacional das Indústrias de Laticínios (Conil)

Dentre os principais avanços ocorridos na cadeia de lácteos, podem ser destacados:

6.1.1 Defesa comercial

Conforme já foi demonstrado anteriormente, a importação de produtos lácteos sempre foi um problema que atingiu diretamente todo o SAG do leite no Brasil. Segundo Álvares, Bernardes e Netto (2002), as importações desleais foram responsáveis pela redução do preço pago ao produtor, balizamento artificial dos preços no mercado doméstico, instabilidade dos preços praticados aos produtores e consumidores (o que sempre dificultou o planejamento da atividade), inibição do aumento da oferta interna voltado ao atendimento do mercado formal e institucional, desestímulo ao desenvolvimento, especialização e crescimento auto-sustentado da pecuária leiteira , elevação do nível de desemprego na pecuária de leite, competição desigual (o que ocasionou a falência e sérias dificuldades para as cooperativas e empresas de laticínios, além de efeitos negativos na balança comercial brasileira).

Buscando atenuar as conseqüências das importações de produtos lácteos, a CNPL gestionou junto ao Governo Federal, que implementou várias medidas administrativas com o objetivo de impedir a entrada das commodities lácteas que entravam no Brasil com subsídios em seus países de origem, além de serem realizadas através de operações de dumping. Algumas destas medidas foram:

a) proibição da elaboração e da comercialização de leite longa vida a partir do leite em pó – essa medida teve o objetivo de desestimular as importações predatórias de leite em pó, que, uma vez reidratado, competia deslealmente com o leite fluido nacional.

b) adoção da Anuência Prévia do Ministério da Agricultura nas importações de produtos lácteos – o objetivo foi possibilitar maior fiscalização dos derivados lácteos internalizados no país, não permitindo que chegassem ao varejo produtos de má qualidade ou impróprios para o consumo humano.

c) elevação da alíquota do imposto de importação de leite em pó e queijos para 35% (no caso de produtos fora do Mercosul) – tal medida buscava dificultar as importações de produtos notoriamente subsidiados nos países de origem.

d) o prazo de financiamento das importações foi reduzido para o máximo de 30 dias. O objetivo desta medida foi inibir importações desnecessárias ao abastecimento doméstico, mas que entravam no país estimuladas por prazos de financiamento superiores a um ano, especialmente aquelas provenientes da União Européia.

Muito embora todas essas ações do governo brasileiro tenham sido de grande importância no combate às importações desleais, a prática de dumping (exportar a preço inferior àquele praticado no mercado doméstico) continuou, fazendo com que as indústrias importadoras e os chamados “sem fábrica”, que apenas fracionam a mercadoria para ofertá-la no mercado doméstico, continuassem internalizando grandes volumes de produtos lácteos, com graves conseqüências, especialmente para o produtor de leite. Isso levou a CNA, a CBCL e a Leite Brasil formalizarem junto ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pedido de investigação de existência de dumping nas exportações de leite em pó para o Brasil. Um extenso processo de investigação foi realizado, concluindo que houve dumping nas importações de leite originárias da Argentina, Uruguai, Nova Zelândia e União Européia, entre julho de 1998 e junho de 1999. A conseqüência da prática desleal de comércio foi a queda dos preços e no faturamento, além das margens negativas de lucro.

As importações de leite em pó provenientes do Uruguai passaram a sofrer a fixação de direito antidumping de 16,9%, da União Européia de 14,8% (com exceção da empresa Arla Foods) e da Nova Zelândia de 3,9%. A Camex homologou Compromisso de Preços para as importações de leite em pó oriundas da Argentina, da empresa dinamarquesa Arla Foods e de empresas do Uruguai.

A resolução definitiva da prática de dumping, eliminando o problema da concorrência desleal e suas conseqüências no mercado interno, eliminou um dos mais difíceis nós na pecuária de leite brasileira, possibilitando a centralização dos esforços na modernização do setor.

Em setembro de 2002, o soro de leite 14 foi incluído na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, equiparando a alíquota do leite em pó, com imposto de 27%. Esse mecanismo de defesa comercial tende a desestimular as importações de soro subsidiado na origem, fato que vinha ocorrendo de forma crescente desde o início do Plano Real.

6.1.2 Especialização da pecuária leiteira

Considerada como um dos setores mais atrasados da agropecuária brasileira, a pecuária leiteira apresentou avanços significativos a partir de 1997, quando as grandes indústrias de laticínios, com o objetivo de melhorar a qualidade do produto coletado e a diminuição de custos, passaram a fazer a coleta granelizada de leite. Uma condição para que isto aconteça é o resfriamento do produto em nível de propriedade em tanques especiais com esta finalidade.

Atualmente, cerca de 70% da matéria-prima que chega ao mercado formal sofre resfriamento na fazenda e foi transportada em caminhões equipados com tanques isotérmicos. As dez maiores indústrias de laticínios do país estão com praticamente 100% do leite sendo coletado à granel. Há cinco anos, apenas 10% do leite produzido era resfriado na propriedade (BERNARDES; NETTO, MUSTEFAGA, 2001).

Uma conquista importante foi a destinação de recursos via crédito rural, através do Ministério da Agricultura, que vem contribuindo para a especialização da pecuária de leite:

Um dos principais fatores que contribuem para a baixa produtividade da pecuária leiteira é a questão da alimentação do rebanho. Foi criado o Propasto – Programa Nacional de Recuperação de Pastagens degradas, com uma linha de

[14] O soro de leite em pó é um subproduto da secagem do soro fluido obtido na fabricação de queijos. Os Estados Unidos e a União Européia são os maiores produtores mundiais de queijo e, portanto de soro. Nesses países, a produção de queijos é altamente subsidiada, o soro também acaba recebendo a ajuda governamental indiretamente, provocando competitividade desleal no mercado internacional. As importações de soro em pó passaram de 5,6 mil toneladas em 1994 para 43 mil toneladas em 2000. O incentivo à importação do produto destes países ocorria em função de que a tarifa para o produto, dentro do Mercosul era de 35%.

crédito de R$ 400 milhões para a renovação de pastagens com juros fixos de 8,75% ao ano, com até cinco anos de prazo para pagamento com dois de anos de carência A indústria foi beneficiada com uma linha de crédito de R$ 200 milhões, também a juros fixos de 8,75% ao ano, com prazo de 180 dias, para aquisição de excedentes de produção no período de safra, possibilitando a estocagem de tais excedentes e evitando o aviltamento dos preços recebidos pelos produtores.

A criação de uma linha específica de crédito – Proleite (Programa de Incentivo à Modernização e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite) – com recursos de R$ 200 milhões, com prazo de pagamento de até cinco anos e dois de carência e com juros fixos de 8,75% ao ano, para financiamento de equipamentos utilizados na pecuária leiteira, notadamente resfriadores de expansão a granel.

Contudo, o fato mais importante para a modernização da cadeia produtiva do leite no Brasil e que atinge todos os estados brasileiros, foi a regulamentação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade de Leite (PNMQL), que aconteceu em setembro de 2002. O objetivo do programa é a modernização do setor produtivo de leite e derivados e o aumento da competitividade do setor, inserindo o Brasil no grupo de países considerados avançados na produção leiteira. O conjunto de normas prevê um rígido padrão higiênico sanitário para o leite in natura. Em maio de 1998, o Ministério da Agricultura apresentou às lideranças do setor uma proposta de implementação do programa. Neste período foram avaliados e discutidos todos os impactos que as novas normas poderiam trazer a pecuária leiteira brasileira e em 18 de setembro de 2002, com a publicação da portaria n.º 51 do Ministério da Agricultura, o PNMQL foi implementado, restando ainda a necessidade do aparelhamento da Rede Brasileira de Controle e Qualidade de Leite, prevista no programa.

6.1.3 Plano agrícola e pecuário

No ano 2000, pela primeira vez o Plano de Safra do Ministério da Agricultura – que normalmente tratava apenas do planejamento para as lavouras agrícolas – trouxe medidas que contemplaram a atividade leiteira. Tal conquista foi alcançada em função da insistência das lideranças do setor leiteiro que conseguira, sensibilizar o governo, transformando o antigo Plano de Safra, em “Plano Agrícola e Pecuário”,

consolidando definitivamente a participação da pecuária de leite entre as medidas anunciadas.

O Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003 trouxe importantes medidas, como:
Autorização para o desconto da NPR – Nota promissória Rural da DR – Duplicata Rural. As operações podem ser feitas com prazo de até 180 dias, com juros de 8,75% ao ano. O limite de crédito é de até 20% da captação do laticínio, possibilitando a estocagem de eventuais excedentes de produção. As operações podem ser realizadas durante o ano todo.

Renovação do financiamento para aquisição de Cédulas de Produto Rural – CPR do leite, com taxa de juros de 8,75% ao ano, também podendo ser a operação contratada durante o ano todo.

O Proleite foi renovado com as mesmas características (limite de R$ 60 mil /produtor, taxa de 8,75% ao ano e até cinco anos de prazo de pagamento, incluídos até dois anos de carência.

O Propasto também sofreu renovação sem alteração nas linhas do Programa (limite de R$ 160 mil /produtor com a mesma taxa e mesmo prazo do Proleite)
Foi instituído o Prodecoop – Programa de Desenvolvimento Cooperativo, com o objetivo de agregar valor à produção agropecuária. Trata-se de uma linha de crédito disponível para as cooperativas, com limite de crédito de R$ 20 milhões por tomador, com taxa de juros de 10,75% ao ano e até doze anos para o reembolso, incluídos até três anos de carência.

6.1.4 Inclusão do Leite na Política de Garantia de Preços Mínimos

No mês de novembro de 2002, o Governo Federal anunciou a inclusão do leite na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, uma antiga aspiração do setor. O objetivo é reduzir a variação nos preços recebidos pelos produtores, através da possibilidade das indústrias contratarem financiamentos por meio de EGF – Empréstimo do Governo Federal.

Os Preços Mínimos de Referência para o leite in natura, na safra 2002/2003, fixados por decreto, representam importante instrumento de estabilização dos preços pagos ao produtor, evitando quedas drásticas nos períodos de safra.

6.1.5 Autorização da concessão de EGF para o leite

A inclusão do leite na PGPM possibilitou que o setor obtivesse a permissão, por parte do Banco Central do Brasil, para contratação de financiamentos por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF). Tal mecanismo, esperado durante muito tempo tanto pela indústria como pelos produtores, beneficiados indiretos, poderá evitar quedas drásticas nos preços pagos durante os períodos de maior oferta do produto, impedindo também a elevação demasiada dos preços aos consumidores no período de entressafra.

A concessão do EGF está vinculada à estocagem do produto como garantia do financiamento, o que proporciona a retirada do mercado do excedente de oferta, durante a safra, contribuindo para evitar a queda dos preços pagos ao produtor, com a comercialização do produto estocado, durante o período de entressafra (maio-setembro).

O EGF financiará a formação de estoques nas indústrias e cooperativas interessadas em adquirir os excedentes de produção a partir de 15% da média dos últimos cinco meses de menor captação. 15

6.1.6 O Conseleite

Uma iniciativa pioneira vem tendo grande êxito no Paraná e não deixa de ser um bom exemplo de conquista dos produtores de leite, demonstrando que a cadeia láctea dá bons sinais de maturidade e organização. O Sindileite (Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná) e a Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) tomaram a iniciativa de formar a Comissão Paritária do Leite no estado, onde participam produtores e a indústria de laticínios. Em junho de 2002, a Comissão solicitou à Universidade Federal do Paraná a adaptação do modelo já desenvolvido pela UFPR para o setor canavieiro, o

[15] A Resolução do BACEN, dispondo sobre a concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) para o leite – Safra 2002/2003 permitiu financiamentos de até 180 dias de prazo, tomando-se como penhor leite em pó, leite longa vida, leite condensado, manteiga e queijo. A mesma Resolução incumbiu a Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de definir os preços regionalizados do leite in natura.

chamado Consecana. Daí surgiu o Conseleite - Conselho Paritário produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná.

O objetivo do Conseleite é determinar e divulgar preços de referência para a matéria-prima segundo parâmetros de qualidade e volume, a partir dos preços de comercialização do leite e derivados, praticados pelas empresas participantes. O cálculo do preço de referência tem sua metodologia definida e aprovada pelo Conselho e a UFPR. É a Universidade que realiza o levantamento de preço junto às empresas.

O Conselho é formado por vinte e dois representantes, sendo onze da indústria e onze representando os produtores. Existe ainda um assessoramento por uma Câmara Técnica e Econômica (Camatec) composta por oito membros, sendo quatro indicados pelos produtores (através da Faep) e quatro pelas indústrias (via Sindileite).

A metodologia empregada no cálculo do preço de referência é relativamente complexa, embora seja amplamente divulgada, sendo que os preços são coletados no atacado, CIF. Um conjunto de outras variáveis também é levado em consideração, tais como: custo de produção da matéria-prima, custo industrial de fabricação e de comercialização dos derivados, participação da matéria-prima no custo total (agrícola e industrial), rendimentos industriais, parâmetros de qualidade e volume de um leite considerado padrão, usando uma escala de ágio de até 15% para o leite acima do padrão e de deságio de até 10% para o leite considerado de qualidade inferior. São ainda levantados os preços médios mensais de comercialização dos derivados pelas empresas e o mix mensal de comercialização em produto final e em equivalente leite do conjunto de empresas participantes.

Os derivados utilizados para compor o cálculo pelo Conseleite são: leite cru, leite pasteurizado, leite UHT, leite em pó, queijo muzzarela, queijo prato, queijo provolone, queijo parmesão, manteiga, bebida láctea, iogurte, creme de leite, doce de leite e requeijão.

O preço encontrado no final, o chamado preço-referência é um valor médio, que se aplica ao leite padrão e é divulgado mensalmente. As indústrias que estiverem pagando acima desde valor, provavelmente são altamente competitivas, com custos mais baixos e maior eficiência e quem estiver pagando menos, pode estar com sérios problemas de competitividade, ficando isto aparente.

6.2 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Neste capítulo foram discutidos as sugestões de políticas públicas e privadas para o desenvolvimento do agronegócio do leite no Brasil e no Paraná.

Muitas das reivindicações do setor, que vinham sendo solicitadas por toda a cadeia há muito tempo, acabaram acontecendo nos últimos cinco anos. Houve um fortalecimento das entidades de classe, o que confirma uma maior organização da cadeia, que possibilitaram avanços no campo político, que tiveram repercussão em todos os demais elos da cadeia.

Como principais avanços do setor leiteiro, podem ser citados os movimentos vitoriosos na defesa comercial, com a proibição da elaboração de leite longa vida a partir de leite em pó, o que desestimulou as exportações predatórias de leite, as elevações de alíquotas de leite em pó e queijos para 35% no caso de produtos fora do Mercosul, o que dificultou as importações subsidiadas na origem, além da necessidade de anuência prévia do Ministério da Agricultura nas importações de lácteos e da redução do prazo de financiamento das importações de lácteos.

Do ponto de vista de crédito, foi criado o Propasto, buscando recuperar pastagens degradadas, o Proleite para financiamento de equipamentos utilizados na produção leiteira.

Também, pela primeira vez, em 2000, o Plano de safra do Ministério da Agricultura trouxe também medidas que contemplavam a atividade leiteira. Foram autorizados o desconto da NPR e da DR. O leite foi incluído, no ano de 2002 na política de garantia de preços mínimos, objetivando reduzir a variação nos preços recebidos pelos produtores, onde as indústrias podem contratar financiamentos por meio de EGF’s.

7 CONCLUSÃO

Conforme havia sido proposto no início, este trabalho teve como objetivo principal analisar o dinamismo e as perspectivas da cadeia de laticínios brasileira e paranaense, dando destaque especial para o elo da produção, frente as novas demandas colocadas pelo ambiente econômico competitivo e a necessidade de, simultaneamente, obter maior inserção nos mercados e inclusão dos produtores. Foram analisados aspectos de âmbito nacional, do estado do Paraná e de duas bacias leiteiras com características distintas: a da região de União da Vitória, onde predominam agricultores familiares com pequena escala de produção e a de Castro, na região dos Campos Gerais, tecnologicamente mais avançada e com produção individual maior.

Depois de uma ampla pesquisa bibliográfica, de entrevistas realizadas com produtores, técnicos e dirigentes de empresas, além da coleta de dados juntos à indústrias, aliado a experiência do autor como profissional de assistência técnica na produção de leite, ficaram evidenciados as mudanças que a CAL brasileira experimentou desde o início da década de noventa. Até então, o setor passou por um grande período de acomodação, marcada pela ineficiência do setor produtivo, caracterizando o Brasil como um dos países com menores índices de produtividade do mundo, capacidade ociosa da indústria e com a cadeia láctea tutelada pelo Estado, que utilizava o controle de preços e políticas de importação com o objetivo de instrumento de controle inflacionário.

Depois de 45 anos de tabelamento do preço do leite, em 1991, durante o governo Collor, ocorreu a desregulamentação do setor, não havendo mais controle do governo sobre os preços pagos aos produtores e pelos consumidores. Depois disso, vários fatores contribuíram para um completo redesenho do setor lácteo nacional, como: a consolidação do Mercosul, a estabilização da economia através do Plano Real, a liberalização das importações, a concentração industrial também no setor de lácteos, o avanço do leite UHT (o chamado leite longa vida), que iniciou o novo século dominando mais de 70% do mercado de leite fluido, além de uma nova e positiva disposição de busca pela qualidade do leite, que desencadeou um rápido processo de granelização da coleta e do resfriamento em nível de propriedade. Um grande número de indústrias iniciou o pagamento do leite com preços diferenciados em função da qualidade do produto.

Tais mudanças ocorreram de forma muito rápida num setor que não conhecia o sentido da palavra mudança. Isso acabou desencadeando uma sucessão de crises, alterando substancialmente a realidade da produção brasileira de leite atingindo também o setor industrial, notadamente as cooperativas de produtores. Aquelas que estavam menos estruturadas, tanto do ponto de vista gerencial como estrutural, acabaram fechando, sendo absorvidas por outras ou foram adquiridas por grandes multinacionais. Dois exemplos marcantes foram observados nas duas bacias leiteiras paranaenses que foram também objeto deste estudo: a CLAC que atuava na região de União da Vitória, que teve seus produtores absorvidos pela SUDCOOP, detentora da marca Frimesa, e a indústria Batavo, que comercializava a produção das cooperativas de Arapoti, Batavo e Castrolanda, sendo vendida para a multinacional italiana Parmalat.

A produção brasileira de leite cresceu significativamente depois do início da década passada e de forma mais intensa, nos primeiros anos depois da implantação do Plano Real. De 1990-93, a taxa foi de 2,5% ao ano, aumentando para 6,21% de 1994-98. Em alguns anos dentro deste período, o crescimento da produção foi ainda mais acentuado, como em 1995, quando atingiu 9% e em 1996, com uma taxa de crescimento de 11%. Esse aumento da produção foi uma resposta do produtor ao aumento do consumo provocado pela estabilização econômica em função da elevada elasticidade-renda dos derivados lácteos. Regiões que não possuíam tradição na produção de leite passaram a ganhar destaque, como a área de cerrados de Minas Gerais e o estado de Goiás.

O ritmo de crescimento diminuiu nos quatro anos seguintes. Em 1997 foi de apenas 0,8% e de 1,5% em 1998, coincidindo com os preços mais baixos pagos ao produtor. Mesmo assim, o crescimento médio da produção foi maior do que a taxa de crescimento da população.

O baixo preço do leite, a granelização da coleta com a pressão para a melhoria da qualidade, a forma de pagamento dos laticínios que começou a privilegiar o volume produzido e, mais recentemente, a implantação do PNMQL, que embora tenha flexibilizado várias normas que inicialmente seriam mais rígidas, de um lado, trouxeram aspectos positivos pelos avanços conseguidos na qualidade, de outro, contribuiu para a exclusão de um grande número de produtores, que seguiram dois caminhos: deixaram a atividade ou buscaram a informalidade, que acabou crescendo neste mesmo período. Durante a última década, na maioria dos laticínios,

o número de produtores reduziu a uma taxa anual de até 17%. Dentre as nove maiores indústrias do país, a produção média por produtor passou de 100 litros diários para 177, com o número de produtores caindo 52%, durante o período de 1996-2000.

O Brasil tem sido um grande importador de produtos lácteos, chegando a 3,2 bilhões de litros de leite em 1995, especialmente leite em pó. O volume de importação continuou alto até o ano 2000, com a comprovação de dumping nestas operações. Aproveitando-se de assimetrias nas taxas de juros e câmbio, vários importadores, denominados de "sem fábrica" passaram a ter uma significativa participação do mercado de lácteos importados. Mais recentemente, no final de 2002, grandes redes de hipermercados fizeram importações de leite longa vida de países do Mercosul. Há denúncias também de importações de soro de leite da Europa, Estados Unidos e Nova Zelândia. O produto estaria sendo adicionado ilegalmente ao leite comercializado como longa vida.

Como a produção de leite nacional passou por avanços rápidos de qualidade, o país começou a ensaiar um posicionamento mais significativo como exportador de produtos lácteos. O leite condensado é um dos principais produtos exportados. A tendência é de crescimento no volume de produtos e de importância na pauta de exportações brasileiras.

O estudo também constatou a importância que o estado do Paraná tem na produção leiteira nacional. São 175 mil produtores, a sua maioria pequenos, com uma média de 21 litros/estabelecimento/dia, demonstrando a importância social da atividade, representada em grande parte pela agricultura familiar. O aumento de produtividade no estado teve um crescimento significativo desde os anos 90. O número de vacas ordenhadas cresceu 29%, enquanto a produtividade cresceu quase 43%, embora seja considerada baixa, para os padrões mundiais, chegando a pouco mais de 4 litros/vaca/ano.

No Paraná, embora tal tendência possa ser verificada em todo o Brasil, o preço médio pago pela indústria ao produtor diminuiu significativamente nos últimos anos. Passou de US$ 0,26 em 1990 para US$ 0,10 em 2002. Este foi o principal ponto levantado pelos produtores como fator de desestímulo àprodução.

Coincidentemente, este período histórico de queda na remuneração do produtor acompanha de forma inversa o crescimento do mercado de leite longa vida pelas indústrias. Em 1990, as vendas de UHT respondiam por apenas cerca de 4%

do mercado nacional de leite fluido, chegando em 2002, com 73,3%. Foi constatado que o custo da embalagem cartonada, cujo único fabricante mundial é a multinacional sueca Tetra Pak, é de R$ 0,35/unidade. Já o custo da embalagem plástica do leite pasteurizado é de R$ 0,028/unidade. Mesmo com os demais elos da CAL não assumindo publicamente, tudo indica que o custo da embalagem vem saindo da remuneração do produtor.

O aumento fenomenal das vendas de leite longa vida, acompanhados de grandes campanhas de propaganda em diversos meios de comunicação, não foi acompanhada, nas mesmas proporções, da discussão sobre sua efetiva qualidade nutricional, tampouco dos problemas ambientais que esse tipo de embalagem, que possuiu alumínio em sua composição, representam para o meio ambiente. Há uma grande confusão por parte do consumidor, que imagina estar consumindo um produto de qualidade superior, muitas vezes confundindo o produto com leite "A", associando seu prazo de validade com uma suposta qualidade diferenciada.

Quanto as duas bacias leiteiras estudadas, também houveram substanciais mudanças no período. Na região de Castro ocorreu uma desestruturação da organização que existia em torno das cooperativas. Depois da venda para a Parmalat, pressionados pelo baixo preço, os produtores das cooperativas Batavo e Castrolanda formaram um Pool de comercialização independente, entregando o leite para quase uma dezena de indústrias do sul/sudeste do país. A produção diária dos participantes do pool tem crescido, chegando a 800 litros/dia na Batavo e 1.235 litros diários no caso da Castrolanda.

Enquanto isso, na bacia de União da Vitória, problemas financeiros na CLAC ocasionaram uma forte queda na produção. Depois da entrada da Frimesa no ano 2000, houve uma nova reação, com a produção encontrando-se com tendência de crescimento. Nesta região predomina a exploração da atividade leiteira pela agricultura familiar, onde mais de 70% dos produtores produzem menos de 50 litros/dia. A média geral da região é de apenas 57 litros diários, no pico da entressafra. Embora na transição entre cooperativas, tenham sido perdido os dados referentes ao histórico do número de produtores, segundo os técnicos locais, a concentração da produção verificada no restante do país não tem se aplicado à bacia leiteira local, havendo um predomínio estável de pequenos produtores. Mesmo assim, os principais pontos levantados como os que mais contribuem para a exclusão, especialmente de pequenos produtores da atividade leiteira foram: preço,

alto custo de produção, baixa produtividade, insegurança quanto ao futuro, disponibilidade de mão-de-obra, limitação de área, baixa capacidade de investimento e dificuldade de adequação ás novas normas de qualidade, o que se traduz pelo alto investimento necessário para a aquisição de resfriadores.

A CAL do leite, historicamente mal articulada, com sobreposição de representação e com sérias deficiências de organização, começa a trilhar outros caminhos. Recentemente, foi criado no Paraná o Conseleite, um conselho paritário entre produtores e indústria, mediado pela UFPR, que pesquisa os custos de toda a cadeia e, mensalmente, divulga um preço-referência para o leite. Inédita no país, a iniciativa vem ganhando muito elogios, já sendo estendida para outros estados.

Pela importância econômica e social que representa, a CAL do leite é uma das mais importantes do agronegócio brasileiro. Teve avanços importantes nos últimos anos e vários desafios pela frente.

Buscando-se contribuir com o desenvolvimento deste importante setor da economia, sugere-se alguns novos temas que no futuro possam ser desenvolvidos, como:

a) estudos mais aprofundados sobre a realidade dos dados da produção de leite. Durante a execução deste trabalho, foram constatados falhas gritantes existentes sobre os números da produção de leite, que acabam influindo em vários aspectos, principalmente podendo incorrer em erros sobre avaliação de produtividade.

b) como existe um forte predomínio econômico envolvido, são poucos os trabalhos que tratam da questão do leite longa vida e de seus impactos sobre a CAL. Há a necessidade de uma maior discussão sobre a qualidade nutricional do leite longa vida e dos impactos que a embalagem tetra brik representa para o meio ambiente.

No tocante à produção, também parecem ser importantes o avanço no estudo dos sistemas de produção de leite mais econômicos, levando-se em conta características próprias de cada região produtora. A produção de leite à pasto, com baixo custo, tende a ser uma realidade, frente a um preço de leite entre US$ 0,10 e US$ 0,12.

A ECT e a CAL: A ausência de contratos entre produtor e indústria é negativo para ambas as partes. Existe um vasto campo de investigação à ser melhor trabalhado, buscando as melhores formas, dentro de cada realidade.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO AGROPECUÁRIA NO PARANÁ. Curitiba, SEAB/DERAL, março/2001 , 80p.

ÁLVARES, Jacques G.; BERNARDES, Paulo R.; NETTO, Vicente Nogueira. Políticas públicas para o agronegócio do Leite: Conquistas e desafios. In: Vilela et al. **O agronegócio do Leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA,2002. P. 11-27.

ANUÁRIO MILKBIZZ. São Paulo: Milkbizz, 2001, Estatísticas, vol 1 – cd-room.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ . **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos**. Curitiba: dez/2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3.052 do BACEN**. Brasília: 2002. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em 23 jan. 2003.

BARROS, Geraldo Sant`Ana de Camargo; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade; GALAN, Valter Bertini. **Influência das importações nos preços do leite no mercado brasileiro. Boletim do Leite.** ESALQ/USP, São Paulo, no. 84, p 1-2, março 2001.

BATALHA, Mário Otávio. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. **Revista de Administração**, São Paulo v.30, n. 4, p.43-50, out./dez.1995.

_____. **Gestão agroindustrial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001, 383p.

BEIJA FLOR A REVISTA NATURAL ONLINE. Metais tóxicos: poluição à mesa. Disponível em: <http://www.beijaflor.online.pt/metais.htm>. Acesso em 14 jan. 2003.

BOLETIM DO DESER. **Cadeia Produtiva do Leite**. Porto Alegre, n. 117, p.5-14, jan/01.

BOVINOCULTURA DE LEITE: PROGNÓSTICO 2000. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, 2000.

BRANDÃO, Antônio Salazar P. Aspectos econômicos e institucionais da produção de leite no Brasil. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aércio S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001. P. 39-72.

_____. Restrições econômicas e institucionais à produção de leite na Região sul. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aércio S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001. p. 257-264.

BRESSAN, Matheus; VILELA, Duarte. **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil: Região Sul**. Brasília: Embrapa, 1999, 56p.

CANZIANI, José Roberto. **Conseleite**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/mn/entrevistas/artigo.asp?id_artigo=3971&area=8.../artigo.as>. Acesso em 03 fev. 2003.

CANZIANI, José R.; GUIMARÃES, Vania Di Addario. **O Conseleite – Paraná**. In: Vilela et al. o agronegócio **do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA, 2002, p. 501-507.

CARACTERIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA DE LEITE NO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, 2000.

CEMIL. Desenvolvido pela Cooperativa Mineira de Laticínios. Apresenta textos sobre saúde, nutrição e meio ambiente. Disponível em: <http://www.cemil.com.br/paginas/faqs.htm>. Acesso em 14 jan. 2003.

CLARO, D.P. análise do complexo agroindustrial das flores no Brasil,1998, 103 p. (Dissertação - mestrado em Administração Rural) – UFLA, Lavras.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA; Roberto José; BRUNO Regina (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 349p.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (Org.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1994. 510p.

DBO A REVISTA DE NEGÓCIO DO CRIADOR. São Paulo: DBO, 2002. Mensal.

EMBRAPA. CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE GADO DE LEITE. Disponível em: <http://www.embrapa.cnpgl.gov.br> Vários acessos.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. **Reflexões sobre desregulamentação e sistemas agroindustriais: a experiência brasileira**. 1996. 150 p. Tese (Doutorado em Economia). – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____.**Competitividade no agribusiness brasileiro**. São Paulo: Pensa/Fia/USP, 1998. 271 p.

_____.**O agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Ipea/Pensa/USP, 1999. 108 p.

_____.**Organização Industrial no Agribusiness.** IN: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F.(org). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares.** São Paulo, Pioneira, 2000. p 39-57.

FERRAZ, João Carlos; KUPFER David, HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FILIPPSEN, Laerte Francisco; PELLINI, Tiago. **Cadeia produtiva do leite - prospecção de demandas tecnológicas do agronegócio paranaense**. Londrina: IAPAR, 1999. 56p.

FONSECA, Luis Fernando Laranja da. **Granelização de leite no Brasil**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/>. Acesso em 08 ab.2001.

_____. **O paradoxo do PNMQL**. <http://www.milkpoint.com.br/>.Acesso em 12 ab. 2001.

_____. **Quem e quantos produzem leite no Brasil**. Disponível em <http://www.milkpoint.com.br/mn/conjunturalactea/artigo.asp?area=3&id_artigo=2802&per...>. Acesso em 06 jan. 2003.

GOMES, Aloísio Teixeira; LEITE, José Luiz Bellini; CARNEIRO, Alziro Vasconcelos. **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001, 262p.

FREITAS, H. M. R; BALLAZ B.; TRAHAND.J. Sistema de informações em marketing e apoio à decisão. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo: v.28, n.2, ab/jun.1993.

GOMES, Sebastião T. Evolução recente e perspectivas da produção de leite no Brasil. In: GOMES, Aloísio Teixeira; LEITE, José Luiz Bellini; CARNEIRO, Alziro Vasconcelos. **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001, p. 49-61.

_____. Condicionantes para contratar compra e venda da leite. Embrapa, Viçosa, ano 14, n. 160, jun. 2002. Disponível em: <http://www.utv.br/pdpl/jornal/jp10602_b.htm>. Acesso em 03 jan. 2003.

_____. Matrizes de restrições ao desenvolvimento do segmento da produção de leite na região sul. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aércio S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001. p. 251-256.

GUANZIROLI, et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.**Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAGUENAUER, Lia. Competitividade, conceitos e medidas: uma resenha bibliográfica recente com ênfase no caso brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, n. 211, 1989.38 p. (Texto para discussão)

IBGE. Apresenta dados estatísticos sobre a população, economia e produção agroindustrial no Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Vários acessos.

JANK, Marcos S.; NASSAR, André M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares.** São Paulo, Pioneira, 2000. p 137 – 163.

JERSEY RIO. Coordenação da Associação dos Criadores de Gado Jersey do Estado do Rio de Janeiro. Apresenta artigos técnicos, notícias do setor leiteiro e assuntos de interesse dos criadores da raça jersey. Disponível em: <http://www.jerseyrio.org.br/>. Acesso em 03 jan. 2003.

KATO, H.T.; MARGARIDO, M.A. A influência de interesses regionais no estabelecimento de canais de distribuição internacionais: o conflito das bananas sob o enfoque da economia dos custos de transação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO,23, anais, Foz do Iguaçu, 1999, cd-room.

KOEHLER; João Carlos. **Bovinocultura de Leite: Prognóstico 2000**. Curitiba: SEAB, 2000, 52 p.

_____. **Caracterização da Bovinocultura de Leite no Estado do Paraná.** Curitiba: SEAB, 2000, 74 p.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. 336 p.

Leite Brasil. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE. SITE COM ESTATÍSTICAS DE PRODUÇÃO, ARTIGOS DE OPINIÃO E NOTÍCIAS DO SETOR LÁCTEO. DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.LEITEBRASIL.COM.BR. VÁRIOS ACESSOS.

LEITE, José L.B.; BRESSAN Matheus; ZOOCAL, Rosangela. Metodologia para o desenvolvimento da agricultura familiar na atividade leiteira no Brasil. In: Vilela et al. **O Agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável.** Juiz de Fora: EMBRAPA,2002. 397-423.

LÍRIO, V.S.; REIS, B.S.; SOUZA, P.M. a teoria dos custos das transações. 1999. Agrosoft (on line), disponível em: <http://www.agrosoft.com.br> Acesso em 11 jan 2003.

LOPEZ, JOSÉ E. P. Análise econômica de contratos de integração usados no complexo agroindustrial avícola brasileiro. 104 p. (Dissertação – mestrado em Economia Rural), Viçosa: UFV, 1992.

MACHADO; Cláudio A. Pinheiro Fo. et al. **Agribusiness Europeu**. São Paulo: Pioneira, 1996. p 1-14.

MACHADO, Sandro Charopen. Análise da relação contratual produtor-indústria no setor leiteiro de Cruz Alta (RS). Milkpoint, 2002. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/mn/especiais/artigo.asp?id_artigo=3697&area=53>. Acesso em 29 nov. 2002.

MARTINS, P.C; GUILHOTO, J.J. Leite e Derivados e a geração de emprego, renda e ICMS no contexto da economia brasileira. In: GOMES, ALOÍSIO T.; LEITE, JOSÉ L.B. & CARNEIRO, ALZIRO V. **O Agronegócio do leite no Brasil.** Juiz de Fora: ed. EMBRAPA, 2001. P. 181-205.

MARTINS, Ricardo S.; SANTOS, Cárliton Vieira dos; TEIXEIRA, Sérgio Rustichelli. Alterações da rede logística e expansão do mercado de leite longa vida no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23. 1999, Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad99/>. Acesso em 01 mar. 2003.

MICHELETTO, Moacir. Empréstimo do Governo Federal (EGF): instrumento para estabilização do agronegócio do leite. Disponível em: <http://www.moacirmicheletto.com.br/leite.htm>. Acesso em 04 mar. 2003.

MILKNET. Apresenta textos com informações técnicas para a indústria de laticínios e comercialização de lácteos. Disponível em: <http://milknet.com.br/>. Acesso em 03 jan. 2003.

MILKPOINT. **Pesquisa indica diminuição de produtores de leite no Brasil**. Disponível em <http://www.milkpoint.com.br/giro/detalhe.asp/giroid=862>. Acesso em 08 ab. 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Site oficial contendo legislações, normas e toda a estrutura do Ministério, além dos serviços prestados. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br> Vários acessos.

NASSAR, André M.; NOGUEIRA, Antonio Carlos L.; FARINA, Tatiana. Pool leite ABC: inovando na comercialização de leite. In: REDES E ESTRATÉGIAS COMPARTILHADAS. **Anais eletrônicos ...** São Paulo: Seminário Pensa de Agronegócios, 1999. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/FIA/pensa/>. Acesso em 01 mar. 2003.

_____.Comigo e Pool leite ABC: exemplos de redes compartilhadas. **Anais eletrônicos ...** São Paulo: Seminário Pensa de Agronegócios, 2002. Disponível em: <http://www.fia.com.br/admpauta/156/m6_pensa_comigo.htm>. Acesso em 04 fev. 2003.

NOGUEIRA, Maurício Palma. **Por que defender o leite contra o dumping?** Disponível em <scotconsultoria@scotconsultoria.com.br> . Acesso em 10 ab. 2001.

PERNETTA, José C.; BARROS, Vera R.M. de; XAVIER, Antônio J. O que acontece quando o leite vira longa vida. **Revista Balde Branco,** São Paulo, nov 1995

PONDÉ, João Luiz S.P. de Souza. Coordenação e aprendizado: elementos para uma teoria das inovações institucionais nas firmas e nos mercados. Campinas, 1993 (Dissertação – mestrado em Economia). UNICAMP.

PRIMO, Wilson M. Matrizes de restrições ao desenvolvimento do segmento da indústria de lácteos na região sul. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus;

CUNHA, Aércio S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001. p. 265-274.

REVISTA BATAVO. O revolucionário leite longa vida. Carambeí: Batávia, v 9, n. 113, ab./mai. 2002.

REVISTA CONSUMIDOR S.A. Avaliação do leite longa vida. n. 61, nov. 2001. Disponível em: <http://www.server.digipronto.com.br/idec.org.br/consumidorsa/nov0101.htm>. Acesso em 14 jan. 2003.

REVISTA EXAME. Maiores e Melhores, julho, 2001.

REVISTA GLOBO RURAL. Balde cheio, bolso vazio. São Paulo: Globo, v. 17 n. 196, fev. 2002.

REVISTA LEITE B. O que acontece quando o leite vira longa vida. Abril, 2002. Disponível em: <http://www.abilp.com.br>. Acesso em 14 dez. 2002.

REVISTA MUNDO DO LEITE. Pool rende mais preço no Paraná. São Paulo: DBO, n. 3, nov. 2002.

REZENDE, D.C. **Integração entre ECT e enforque evolucionista: um estudo de caso no *agribusiness* do leite.** In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 23, 1999, foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ENANPAD, 1999.

RIOS, Helena. Consumidor: o ator principal do agronegócio do leite no Brasil. In: GOMES, Aloísio Teixeira; LEITE, José Luiz Bellini; CARNEIRO, Alziro Vasconcelos. **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001, p. 101-110.

RUBEZ, Jorge.; MEIRELES, Almir J. Setor lácteo: história recente e construção de um novo tempo. In: Vilela et al. **O agronegócio do Leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA,2002. p. 30-38.

SANTOS, Oswaldo Vieira dos, et. al. Panorama e relocalização geográfica da produção de leite em Santa Catarina. In: PEREIRA, Laércio Barbosa; CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz; KOEHLER, Márcio: Padrão produtivo e dinâmica da economia competitiva: estudo sobre os setores selecionados em Santa Catarina. Florianópolis: 2001. p.177 - 186.

_____.**Considerações sobre os fatores sistêmicos da competitividade da cadeia agroindustrial do leite brasileira e catarinense**. 2001. 174 p. Dissertação (Mestrado em Economia). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ. Site oficial contendo legislação e normas estaduais, estatísticas de produção de agricultura e pecuária do estado do Paraná. Disponível em www. pr. gov /seab/. Vários acessos.

SILVA, José Grazziano da; KAGEYAMA, Angela. **A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas**. UNICAMP, 1997. P. 1-40.

SOUKI, G.Q., REZENDE, D.C., SALGADO, J.M., MÓL, A.L.R.**Teoria da Economia de Custos de Transação: um estudo de caso na cadeia de queijos finos em Minas Gerais.** Lavras. p.72

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Teoria da economia de custos de transação: um estudo multi-casos na cadeia de lácteos de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.dce.ufla.br/biblioteca/>. Acesso em 08 jan. 2003.

VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aércio S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001. 483p.

_____. **O agronegócio do leite e política públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: Embrapa, 2002, 546p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Brasil: agricultura familiar ou latifúndio?** In: Lamarche, Hugues (coord.).A agricultura familiar: comparação internacional do mito àrealidade (Volume II).Campinas, SP: Unicamp, 1998.

YAMAGUCHI, Luiz C.T.. MARTINS, Paulo do C.; CARNEIRO, Alziro V.. Produção de Leite no Brasil nas últimas três décadas. In: GOMES, Aloísio Teixeira; LEITE, José Luiz Bellini; CARNEIRO, Alziro Vasconcelos. **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001, p. 33-48.

ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial**. São Paulo: Pioneira, 2000 p.

ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F.. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares.** São Paulo, Pioneira, 2000. p 1-21.

ZOCCAL, Rosangela. Leite em números. In: GOMES, Aloísio Teixeira; LEITE, José Luiz Bellini; CARNEIRO, Alziro Vasconcelos. **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa, 2001, p. 241-262.

ANEXO 1 - Quantidade de leite adquirido pelos estabelecimentos de laticínios sob inspeção no Brasil – 1998/2002.

	Quantidade de Leite (mil litros/mês)					Variação %
Mês	1998	1999	2000	2001	2002	2001/2002
Janeiro	1.030.320	1.028.956	1.083.710	1.193.407	1.195.806	0,20
Fevereiro	881.126	893.282	1.001.475	1.008.155	1.047.923	3,94
Março	905.385	940.534	988.188	1.060.550	1.078.561	1,70
Abril	820.389	874.957	899.857	1.004.622	1.060.683	5,58
Maio	832.587	879.926	901.861	1.014.858	1.063.592	4,80
Junho	825.582	847.894	861.098	1.049.435	1.039.748	-0,98
Julho	869.001	909.341	918.272	1.107.755	1.063.096	-4,03
Agosto	916.544	922.791	968.794	1.117.504	1.099.898	-1,58
Setembro	924.670	898.472	1.024.031	1.102.850	1.058.407	-4,03
Outubro	969.400	935.473	1.123.015	1.169.042		
Novembro	994.168	965.151	1.132.015	1.176.927		
Dezembro	1.026.201	1.042.153	1.205.425	1.207.605		
T O T A L	10.995.373	11.338.930	12.107.741	13.212.710	9.707.714	

Fonte: IBGE/DPE/DEAGRO (Pesquisa Trimestral do Leite)

ANEXO 2 - quantidade de leite industrializado pelos estabelecimentos de laticínios sob inspeção no Brasil - 1998/2002

	Quantidade de Leite (mil litros/mês)					Variação %
Mês	1998	1999	2000	2001	2002	2001/2002
Janeiro	1.027.599	1.022.565	1.076.095	1.190.515	1.192.384	0,16
Fevereiro	880.394	888.630	995.999	1.000.865	1.044.038	4,31
Março	900.323	937.725	983.417	1.058.175	1.073.415	1,44
Abril	817.659	871.729	888.698	1.000.557	1.057.525	5,69
Maio	826.448	872.712	899.593	1.011.908	1.056.810	4,44
Junho	821.011	845.061	858.328	1.046.730	1.034.927	-1,13
Julho	864.419	905.424	914.778	1.094.604	1.060.049	-3,16
Agosto	912.217	919.656	965.684	1.113.450	1.096.630	-1,51
Setembro	916.693	892.467	1.020.832	1.096.002	1.054.441	-3,79
Outubro	964.889	924.783	1.118.625	1.168.839	-	-
Novembro	985.805	962.474	1.127.931	1.177.139	-	-
Dezembro	1.022.897	1.038.870	1.200.919	1.202.018	-	-
T O T A L	10.940.154	11.082.096	12.050.899	13.160.802	9.670.219	-

Fonte: IBGE/DPE/DEAGRO (Pesquisa Trimestral do Leite)

Atualizada em fevereiro/2003

ANEXO 3 - produção mundial de leite de vaca - 1992/2002

Continente	1992	1996	2002	2002/96	2002
Europa	235.711.350	216.800.331	210.801.696	-2,8	42,2
América	120999349	130831064	142808258	9,2	28,6
Ásia	73.877.656	85.599.542	101.238.776	18,3	20,3
Oceania	15.063.791	19.067.345	25.590.906	34,2	5,1
África	15.277.888	17.236.593	18.700.546	8,5	3,7

Fonte: FAO

Elaboração: R.ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

ANEXO 4 - classificação mundial dos principais países produtores de leite - 2002

Produção de Leite (mil t)			Percentual do	
	Países	2002	Total	Acumulado
1º	Estados Unidos	75.025.000	15,1	44,0
2º	Índia(1)	35.000.000	7,1	20,5
3º	Rússia	31.980.000	6,5	18,8
4º	Alemanha	28.100.000	5,7	16,5
5º	França	25.100.000	5,1	14,7
6º	Brasil	23.260.000	4,7	13,6
7º	Reino Unido	14.980.000	3,0	8,8
8º	Ucrânia	13.959.000	2,8	8,2
9º	Nova Zelândia	13.907.885	2,8	8,2
10º	Polônia	12.000.000	2,4	7,0
11º	Itália	11.848.000	2,4	7,0
12º	Austrália	11.620.000	2,3	6,8
13º	Holanda	10.450.000	2,1	6,1
14º	Argentina	8.200.000	1,7	4,8
15º	México	9.560.200	1,9	5,6
	Outros Países	170.410.919	34,4	100,0
	T O T A L	495.401.004	100,0	

(1) A Índia produziu também, em 2001, 45.650.000 mil toneladas de leite de búfala

Fonte: FAO

Elaboração: R.ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

ANEXO 5 - Produção de leite nos países europeus - 1992/2002

Produção de Leite (t)				Variação %	% total
Países	1992	1996	2002	2002/92	2002
Rússia		39.098.000	31.980.000		15,17
Alemanha	27.991.008	28.778.862	28.100.000	0,39	13,33
França	25.738.060	25.108.800	25.100.000	-2,48	11,91
Reino Unido	14.776.300	14.808.300	14.980.000	1,38	7,11
Ucrânia	18.955.008	15.592.200	13.959.000	-26,36	6,62
Polônia	13.153.172	11.695.786	12.000.000	-8,77	5,69
Itália	10.897.900	11.575.100	10.700.000	-1,82	5,08
Holanda	11.901.700	11.012.592	10.450.000	-12,20	4,96
Espanha	6.183.900	6.133.400	6.200.000	0,26	2,94
Irlanda	5.326.100	5.297.100	5.400.000	1,39	2,56
Romênia	3.463.469	4.686.204	4.450.000	28,48	2,11
Dinamarca	4.404.700	4.695.200	4.600.000	4,43	2,18
Bielorrussia		5.070.100	4.300.000		2,04
Suíça	3.873.000	3.862.000	3.939.500	1,72	1,87
Bélgica/Luxemburgo	3.774.800	3.681.200	3.750.000	-0,66	1,78
Áustria	3.286.583	3.033.581	3.450.000	4,97	1,64
Suécia	3.133.000	3.258.000	3.254.000	3,86	1,54
Outros Países	21.550.626	23.094.981	22.708.896	5,37	10,77
Total Europa	235711350	216.800.331	210.801.696	-10,57	100,00
MUNDO	460.931.434	469.536.224	499.141.532	8,29	

Fonte: FAO

Elaboração: R. ZOCCAL- Embrapa Gado de Leite

Atualizado em agosto/2002

ANEXO 6 - Produção de leite nos países da América 1992-2002.

Produção de Leite (t)				Variação %	% total*
Países	1992	1996	2002	2002/92	2002*
Estados Unidos	68.423.000	69.855.000	75.025.000	9,6	15,0
Canadá	7.633.000	7.890.000	8.100.000	6,1	1,6
Bermudas	1.400	1.350	1.350	-3,6	0,0
América do Norte	76.056.000	77.745.000	83.125.000	9,3	16,7
					0,0
México	7.182.162	7.821.600	9.560.200	33,1	1,9
Costa Rica	469.863	535.600	800.000	70,3	0,2
Cuba	622.300	640.000	614.100	-1,3	0,1
Honduras	395.860	528.526	593.766	50,0	0,1
Bahamas	650	550	550	-15,4	0,0
Outros países	1.787.972	1.864.329	1.969.748	10,2	0,4
América Central e Caribe	10.458.807	11.390.605	13.538.364	29,4	2,7
					0,0
Brasil	16.273.320	19.089.400	23.260.000	42,9	4,7
Argentina	6.795.320	9.139.815	8.200.000	20,7	1,6
Colômbia	4.344.530	5.332.030	5.750.000	32,4	1,2
Chile	1.540.000	1.924.000	2.200.000	42,9	0,4
Equador	1.663.830	1.951.160	2.191.626	31,7	0,4
Venezuela	1.602.840	1.405.205	1.400.000	-12,7	0,3
Uruguai	1.073.168	1.302.050	1.422.000	32,5	0,3
Peru	768.400	904.865	1.118.000	45,5	0,2
Paraguai	255.281	403.824	331.000	29,7	0,1
Outros Países	167.853	243.110	272.268	62,2	0,1
América do Sul	34.484.542	41.695.459	46.144.894	33,8	9,2
Total da América	120.999.349	130.831.064	142.808.258	18,0	28,6
MUNDO	460.931.434	469.536.224	499.141.532	8,3	

* Percentual em relação ao total do bloco / total da América ou total do mundo

Fonte: FAO

Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

Atualizado em agosto/2002

ANEXO 7 - Produção de leite nos países da Oceania 1992-2002.

Produção de Leite (t)				Variação %	% total
Países	1992	1996	2002	2002/92	2002*
Nova Zelândia	8.050.000	10.010.000	13.907.885	72,8	2,8
Austrália	6.941.000	8.986.000	11.620.000	67,4	2,3
Outros Países	72.791	71.345	63.021	-13,4	0,0
MUNDO	460.931.434	469.536.224	499.141.532	8,3	

* Percentual em relação ao total do bloco ou total do mundo

Fonte: FAO

Elaboração: R. ZOCCAL- Embrapa Gado de Leite

ANEXO 8 - Produção de leite por habitante em países selecionados, 2001.

Produção de Leite por Habitante (litros/hab.)

	Países	1992	1996	2001
1º	Nova Zelândia	2.333	2.745	3.456
2º	Países Baixos	785	708	659
3º	Austrália	399	491	562
4º	França	449	430	429
5º	Alemanha	348	351	344
6º	Polônia	343	303	308
7º	Argentina	203	260	253
8º	Estados Unidos	263	257	262
9º	Ucrânia	365	304	274
10º	Reino Unido	254	251	246
11º	Federação Russa	--	265	227
12º	Itália	191	202	206
13º	Brasil	107	118	132
14º	México	83	84	96
15º	Índia	28	29	82
	MÉDIA MUNDIAL	85	82	96

Fonte: FAO

Elaboração: R. ZOCCAL- Embrapa Gado de Leite

ANEXO 9 - Produção de leite, vacas ordenhadas e produtividade em países selecionados, 2002.

Produção de Leite			Vacas Ordenhadas	Produtividade
País		(mil ton.)	(mil cabeças)	(litros/vaca/ano)
1º	Estados Unidos	75.025	9.120	8.226
2º	Reino Unido	14.980	2.228	6.724
3º	Países Baixos	10.450	1.540	6.786
4º	Canadá	8.100	1.084	7.472
5º	Alemanha	28.122	4.545	6.187
6º	França	25.871	6.705	3.858
7º	Itália	11.848	10.058	1.178
8º	Austrália	11.620	2.206	5.267
9º	Argentina	8.200	2.300	3.565
10º	Polônia	12.001	2.769	4.334
11º	Chile	2.211	1950	1.134
12º	Nova Zelândia	13.908	3.756	3.703
13º	Ucrânia	14.249	5.550	2.567
14º	Federação Russa	33.029	13.300	2.483
15º	México	9.700	7.600	1.276
16º	Brasil	23.398	20.580	1.137
17º	Índia	86.320	94.100	917

Fonte: USDA - Anualpec 2002

Observação: os dados são de responsabilidade da FNP Consultoria & Agroinformativos

ANEXO 10 - Ranking da principais mesorregiões produtoras de leite no Brasil – 1991/2001.

			(milhões litros)		(litros/vaca/ano)	
	UF	Mesorregião(1)	1991	2001	1991	2001
1	MG	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	953	1.366	720	1.185
2	RS	Noroeste Rio Grandense	647	1.293	1.394	2.120
3	GO	Sul-Goiano	605	1.094	504	1.218
4	MG	Sul / Sudoeste de Minas	840	1.006	1.232	1.569
5	GO	Centro-Goiano	316	711	520	1.094
6	SC	Oeste Catarinense	283	666	1.146	1.947
7	MG	Zona da Mata	532	586	1.193	1.443
8	MG	Central Mineira	250	537	1.001	1.689
9	MG	Oeste de Minas	293	530	1.003	1.743
10	MG	Metropolitana de Belo Horizonte	299	469	1.049	1.712
11	RO	Leste Rondoniense	240	425	578	964
12	PR	Oeste Paranaense	253	403	1.329	1.985
13	MG	Vale do Rio Doce	352	399	766	1.099
14	SP	São José do Rio Preto	351	369	654	818
15	PA	Sudeste Paraense	134	358	278	741
16	PR	Centro Oriental Paranaense	148	320	2.175	2.883
17	MG	Noroeste de Minas	159	320	611	1.509
18	PR	Sudoeste Paranaense	162	318	1.375	1.882
19	MG	Campos das Vertentes	238	265	1.533	1.866
20	PR	Norte Central Paranaense	197	245	1.006	1.296
21	MG	Norte de Minas	175	234	495	760
22	RS	Nordeste Rio Grandense	199	233	1.234	1.371
23	PR	Noroeste Paranaense	179	227	822	1.220
24	BA	Centro Sul Baiano	219	215	451	452
25	RS	Centro Oriental Rio Grandense	164	201	1.255	1.811
26	SP	Campinas	266	196	1.457	1.782
27	SP	Vale do Paraíba Paulista	225	194	1.365	1.244
28	SP	Ribeirão Preto	261	178	1.000	1.338

Pela ordem, as mesorregiões que produziram, em 2001, mais de 200 milhões de litros de leite

Fonte: Banco de dados EMBRAPA - Gado de Leite.

ANEXO 11 - Produção e importação de leite longa vida no Brasil – 1993/2001.

Ano	Vendas[1]	Importação[1]	% da Participação nas importações
1993	456	7	1,5
1994	730	17	2,3
1995	1.050	36	3,4
1996	1.700	86	5,1
1997	2.450	120	4,9
1998	3.100	135	4,4
1999	3.425	125	3,7
2000	3.600	96	2,7
2001	3.910	50(1)	1,3

[1]Em milhões US$

Estimativa preliminar da ABLV

Fonte: Associação Brasileira de Leite Longa Vida – ABLV

Atualizado em abril/2002

ANEXO 12 - Consumo brasileiro de leite pasteurizado – 1990/2000.

Milhões de litros					
Ano	UHT	Tipo A	Tipo B	Tipo C(1)	T O T A L
1990	184	28	347	3.655	4.214
1991	204	34	445	3.245	3.928
1992	341	36	358	2.924	3.659
1993	386	48	433	2.245	3.112
1994	759	48	388	2.305	3.500
1995	1.050	55	460	2.432	3.997
1996	1.700	44	405	2.327	4.476
1997	2.450	40	360	2.120	4.970
1998	3.150	45	400	1.800	5.395
1999	3.300	50	450	1.300	5.100
2000(2)	3.700	40	400	1.060	5.200

Inclui leite reidratado

Preliminar

Fonte: ABPLB

Elaboração: Anualpec 2001

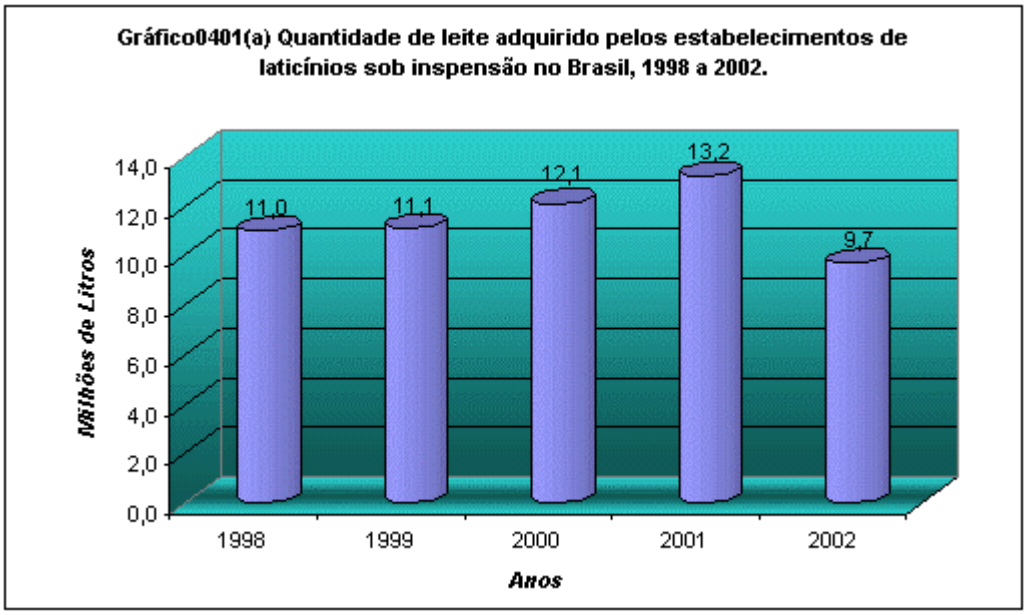
ANEXO 13 - Classificação mundial de laticínios por faturamento global, 1999.

Ranking	País sede da Empresa	Empresas	Faturamento[1]
1º	Suíça	NESTLÉ	13.4
2º	EUA	DAIRY FARMERS OF AMERICA	7.3
3º	França	DANONE	6.7
4º	Itália	PARMALAT	6.5
5º	EUA	SUIZA FOODS	6.0
6º	Dinamarca	ARLA FOODS	5.5
7º	França	LACTALIS	5.4
8º	Holanda	CAMPINA MELKUNIE	5.2
9º	Japão	SNOW BRAND	4.7
10º	Reino Unido	UNILEVER	4.5
11º	Holanda	FRIESLAND COBERCO DAIRY FOODS	4.5
12º	EUA	PHILIP MORRIS	4.3
13º	França	BONGRAIN	3.9
14º	EUA	LAND O'LAKES	3.3
15º	Japão	MEIJI MILK PRODUCTS	3.2
16º	França	SODIAAL	3.1
17º	EUA	DEAN FOODS	3.0
18º	Japão	MORIGANA	2.9
19º	Alemanha	NORDMILCH	2.7
20º	Irlanda	GLANBIA	2.0

Fontes: Rabobank International

[1]Em US$ Bilhões

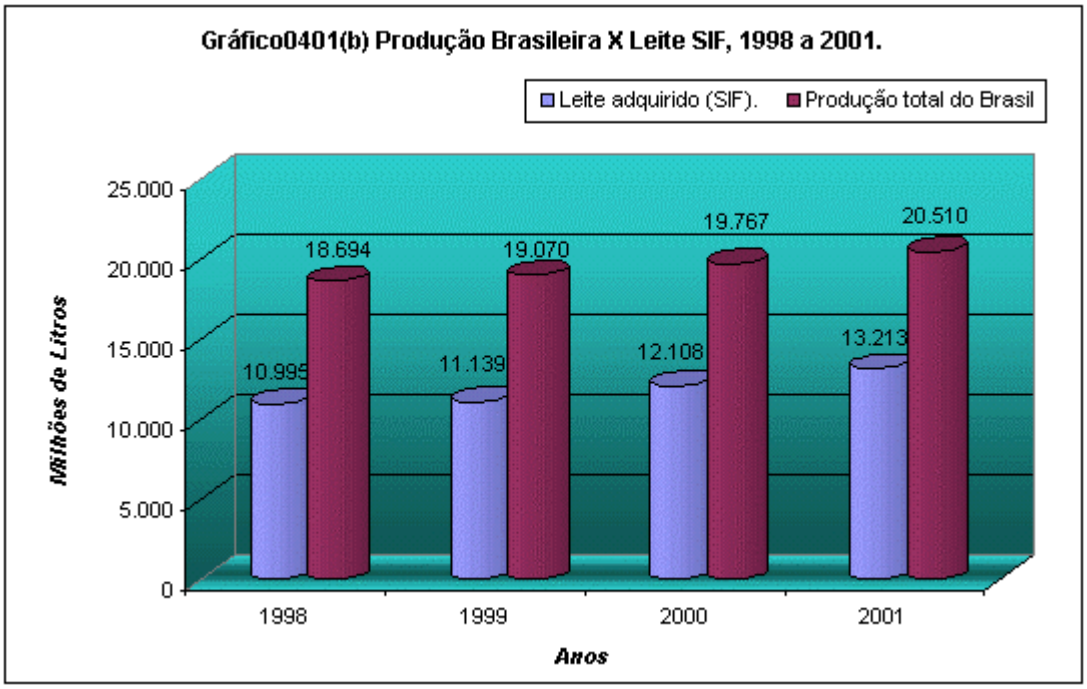
ANEXO 14 - Quantidade de leite adquirido pelos estabelecimentos de laticínios sob inspeção no Brasil, 1998 - 2002.



No ano de 2002 estão apenas os dados de Janeiro àSetembro.

Fonte: Banco de dados EMBRAPA - Gado de Leite

ANEXO 15 - Produção brasileira x leite sif, 1998 - 2001



Fonte: Banco de dados EMBRAPA - Gado de Leite

ANEXO 16 - Questionário da pesquisa de campo

Questionário da pesquisa de campo

Nome _____Data_____

localidade: _____município: _____

área da propriedade: (ha)_____

área ocupada com leite (ha) _____

Qual o grau de importância atribuída àprodução de leite na renda total da atividade? (Identifique as demais).

(1.º)_____(2.º)_____(3.º)_____(4.º)_____

Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na atividade leite? _____

Possui empregados? _____ Quantos ?_____

Há quanto tempo está na atividade? _____

A produção média de leite na propriedade está :

( ) estável ( )diminuindo ( ) aumentando

Preço atual do leite: R$_____ (US$?)_____

Recebe pagamento diferenciado por qualidade?_____

Outras produções/fontes de renda:_____

Produção: _____l/dia Rebanho total:_____ N.º de matrizes:_____

Raças utilizadas: _____ grau de sangue_____

Animais em lactação:_____

Faz algum tipo de controle da produção/produtividade? _____Há quanto tempo?_____

Assistência técnica:

Agronômica : ( ) efetiva ( ) parcial

Veterinária: ( ) efetiva ( ) parcial

Sistema de resfriamento: _____ capacidade:_____ Há quanto tempo faz resfriamento na propriedade?_____

Sistema de coleta:_____ Há quanto tempo?_____

Sistema de ordenha:( ) manual ( ) mecânica ( ) balde ao pé capacidade_____

( ) canalizada capacidade_____

Alimentação do rebanho:

pastagens naturais _____ ha tipo_____

pastagens cultivadas : inverno - tipo_____ área _____ha

verão - tipo _____área _____ha

silagem: quantidade:_____ ton Período de fornecimento:_____

mineralização:_____

arraçoamento:_____

22. Tem idéia do seu custo de produção de leite?_____

Condições do estábulo/ local da ordenha _____

Considera que a qualidade do leite produzido na propriedade, nos últimos anos

( ) melhorou ( ) piorou ( ) não sofreu alteração

24. O que acha do pagamento por qualidade do leite?_____

_____

25. Melhoramento genético: IA ( ) sim não ( )

Outros: transferência embriões? _____

Sazonalidade da produção (diferença entre a produção de inverno e verão)

_____

27. Perspectivas da atividade: permanecer? Aumentar a produção? Diminuir? Por que?

_____

_____

_____

28.Na sua opinião, quais os maiores limitadores da atividade leiteira, por ordem de importância?_____

_____

ANEXO 17 - Sistema de bonificação de leite por qualidade - Frimesa

SISTEMA DE BONIFICAÇÃO DE LEITE POR QUALIDADE

1. Grupo de avaliação da qualidade: 650 pontos (50,38%)

Gordura

Não há pontuação por gordura.
A gordura é paga em separado na nota fiscal, valor referência de 3,1%.

Redutase: 470 pontos (36,43%)

Redutase em minutos (horas)	Pontos
121 a 130 (2:01 a 2:10)	250
131 a 140 (2:11 a 2:20)	300
141 a 160 (2:21 a 2:40)	330
161 a 180 (2:41 a 3:00)	360
181 a 200 (3:01 a 3:20)	390
201 a 220 (3:21 a 3:40)	410
221 a 250 (3:41 a 4:10)	430
251 a 300 (4:11 a 5:00)	450
301 ou mais	470

Crioscopia: 50 pontos (3,87%)

Faixa de crioscopia	Pontos
542 ou mais	+ 50
540 a 541	+ 30
538 a 539	+ 10
534 a 537	00
532 a 533	- 20
530 a 531	- 50
Menor 530	- 100

Temperatura: 130 pontos (10,07%)

Temperatura	Pontos
4º C ou menos	130
5º C	120
6º C	110
7º C	100

Descontos na pontuação de análises laboratoriais

Análise Positiva	Pontos (descontos)
Conservantes	- 150
Antibióticos	- 50
Mastite	- 25

2. Grupo de avaliação de desempenho da produção: 350 pontos (27,13%)

Volume de produção (média mensal em litros por dia): 350 pontos

Litros/dia	Pontos
Menor 50	00
50 a 69	100
70 a 89	130
90 a 119	170
120 a 149	220
150 a 199	240
200 a 299	260
300 a 399	280
400 a 499	300
500 a 599	320
600 ou mais	350

3. Grupo de avaliação de controle sanitário: 90 pontos (6,99%)

Exame de brucelose	30
Vacina de brucelose	30
Exame de brucelose	30

4. Grupo de avaliação da propriedade: 200 pontos (15,50%)

Resfriador de imersão	50
Resfriador àgranel ou expansão	100
Ordenhadeira balde ao pé	50
Ordenhadeira canalizada	100

Tabela de Pontos

Classificação	Fator de Acréscimo	Pontos
Faixa 12	8%	1141 a 1290
Faixa 11	4%	991 a 1140
Fator de Desconto		
Faixa 10	0	900 a 990
Faixa 09	1,5%	810 a 899
Faixa 08	3%	720 a 809
Faixa 07	4,5%	630 a 719
Faixa 06	6,5%	540 a 629
Faixa 05	8,5%	450 a 539
Faixa 04	14%	180 a 449
Faixa 03	15%	0 a 179

ANEXO 18 - Sistema de bonificação de leite por qualidade - pool abc

Tabela de Temperatura do Leite – Antes de Março

Padrão para duas ordenhas		**Padrão para três ordenhas**	
Horário	**Temperatura**	**Horário**	**Temperatura**
6:30 – 8:30	10	6:00 – 7:30	10
8:31 – 9:30	8	7:31 – 9:00	8
9:31 – 16:00	6	9:01 – 13:00	6
16:01 – 19:00	10	15:00 – 17:30	10
19:01 – 20:30	8	17:31 – 19:00	8
20:31 em diante	6	19:01 em diante	6

Tabela de Temperatura do Leite – a partir de julho de 2002

Padrão para duas ordenhas		**Padrão para três ordenhas**	
Horário	**Temperatura**	**Horário**	**Temperatura**
6:30 – 8:30	9	6:00 – 7:30	9
8:31 – 9:30	7	7:31 – 9:00	7
9:31 – 16:00	5	9:01 – 12:00	5
16:01 – 19:00	9	12:00 – 15:00	9
19:01 – 20:30	7	15:00 – 17:00	7
20:31 em diante	5	17:00 – 19:00	5
		19:00 – 23:00	
		23:00 – 01:00	
		01:00 em diante	

Bonificação 5% - cada coleta fora do padrão – desconto proporcional ao volume coletado

Tabela de Bonificação por Volume	
Faixas	%
0 – 250	0,00
251 – 500	2,00
500 – 1000	2,50
1001 – 1500	3,00
1501 – 2000	3,50
2001 – 2500	4,00
2501 – 3000	4,50
3001 – 3500	5,00
3501 – 4000	5,50
4001 – 5000	6,00
5001 – 6000	6,50
6001 – 7000	7,00
7001 – 8000	7,50
>8000	8,00

Gordura – Antes de Março		
Maior que	3,40%	Bônus de 7% para cada ponto %
Menor que	3,40%	Desc. de 7% para cada ponto %

Gordura – A partir de Março de 2002		
Maior que	3,40%	Bônus de 6% para cada ponto %
Menor que	3,40%	Desc. de 6% para cada ponto %

Proteína – Antes de Março		
Maior que	3,1%	Bônus de 5% para cada ponto %
Menor que	3,40%	Desc. de 5% para cada ponto %

Proteína – A partir de Março de 2002		
Maior que	3,40%	Bônus de 6% para cada ponto %
Menor que	3,40%	Desc. de 6% para cada ponto %

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CONVÊNIO UFSC/FACE

MÁRIO NORBERTO SLOMP

CADEIA AGROINDUSTRIAL DO LEITE
AS MUDANÇAS NO AMBIENTE COMPETITIVO E
AS NOVAS DEMANDAS PARA O SEGMENTO DA PRODUÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC
2003